



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 070 - TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.054, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cocalzinho, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.227, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cocalzinho, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Macambira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 24 de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de outubro de 1998, a concessão da Rádio Macambira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de setembro de 1997, a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 26 de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.588, de 9 de agosto de 2002, que autoriza a Associação Comunitária 26 de Julho a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Província FM Stereo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.085, de 6 de dezembro de 1994, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de fevereiro de 1994, a permissão outorgada à Província FM Stereo S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369, de 5 de julho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina Do Norte (CE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 896, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE) a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 956, de 7 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de dezembro de 1997, a permissão outorgada à Stúdio Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Doze de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 1999, a concessão da Rádio Doze de Maio Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guamá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de maio de 1997, a concessão da Rádio Guamá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.425, de 29 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 31 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Jangadeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.903, de 20 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 1998, a permissão outorgada à FM Jangadeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Itajaí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Canindé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canindé, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de maio de 1997, a concessão da Rádio Jornal de Canindé Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canindé, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral de Cascavel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 1992, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de outubro de 1989, a concessão da Rádio Litoral de Cascavel Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1997, a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Ipojuca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.706, de 28 de agosto de 2002, que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Ipojuca a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 687, de 2003, 309, 946, 1.164, 1.191, 1.192, 1.216, 1.217, 1.225, 1.226, 1.230, 1.239, 1.274, 1.276, 1.277, 1.279, 1.282, 1.297, 1.313, 1.315, 1.322, 1.326, 1.327, 1.330, 1.332, 1.343, 1.346, 1.347, 1.352, 1.353, 1.364, 1.369, 1.372, 1.375, 1.378, 1.381, 1.392, 1.398, 1.401, 1.402, 1.406, 1.412, 1.413, 1.416, 1.418, 1.428, 1.431, 1.438, 1.441, 1.450, 1.457, 1.458, 1.471, 1.472, 1.475, 1.478, 1.479, 1.480, 1.484, 1.486, 1.491, de 2004, 29, 45, 46, 77 e 88, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. *À promulgação.* 16516

1.2.2 – Parecer

Nº 685, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 34, de 2004, (nº 2.140/2004, na origem), que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6). 16520

1.2.3 – Ofícios

Nº 16, de 2005-CN (nº 2005/387, na origem), do Presidente do Banco do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2004, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. 16531

Nº 17, de 2005-CN (nº 1.954/2005, na origem), do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005. 16531

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à política econômica do governo. Aponta política econômica Chilena como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Alerta sobre a gravidade da corrupção no país. Defende realização de comissões parlamentares de inquérito (CPI) para apurar casos de corrupção denunciados pela imprensa. 16532

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Registra participação no 1º Encontro de Habitação para Agricultura Familiar, realizado no município de Cordilheira Alta – SC, no dia 27 do corrente. 16534

SENADOR PEDRO SIMON – Lamenta rejeição da Constituição Européia pela França. 16538

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação frente aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sobre o desmatamento da Amazônia. 16540

SENADOR JOÃO ALBERTO DE SOUZA – Considerações acerca do trabalho escravo no país. Defesa das ações judiciais de descendentes de escravos que reivindicam compensação financeira pelos trabalhos forçados a que os negros foram submetidos no Brasil. 16542

SENADOR WIRLANDE DA LUZ – Elogios à pesquisa de opinião realizada pelo Senado Federal sobre a violência doméstica contra mulheres no país. Considerações sobre notícia publicada no jornal Correio Braziliense a respeito de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. 16544

SENADOR RAMEZ TEBET – Endividamento dos aposentados, através de empréstimos a juros altos oferecidos pelas instituições financeiras. 16545

SENADOR EFFRAIM MORAIS, como Líder – Em defesa da criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano. 16547

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Alerta para o aumento da obesidade no país. 16549

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Razões que levaram S.Exa. a assinar o requerimento que cria a CPI dos Correios. 16551

SENADORA HELOÍSA HELENA – Críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores. 16558

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL*, como Líder – Alega que o senador Eduardo Suplicy quebrou a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT. 16559

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Resposta a pronunciamento do Senador Delcídio Amaral. ... 16564

SENADOR *PAULO PAIM* – Encaminhará documento com os nomes dos senadores integrantes dos Partidos dos Trabalhadores dispostos a assinarem o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. 16565

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Solidariedade ao posicionamento do Senador Eduardo Suplicy para a criação da CPMI dos Correios. 16565

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES*, como Líder – Aplauso à atitude do Senador Eduardo Suplicy, que impôs sua assinatura no requerimento de criação de CPMI dos Correios. ... 16567

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Parabenizando a atitude do Senador Eduardo Suplicy, pela assinatura do requerimento de criação da CPI dos Correios. 16569

SENADOR *ALMEIDA LIMA*, como Líder – Análise das declarações do Ministro da Educação Tasso Genro em que critica os parlamentares do Partido dos Trabalhadores que assinaram o requerimento de criação da CPMI dos Correios. 16570

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Notícia publicada no jornal Folha de S.Paulo, sobre o mau uso dos recursos do fundo de pensão PREVI e a nomeação dos conselheiros com a intenção de atender sindicalistas. 16573

SENADOR *IDELI SALVATTI* – Considerações sobre os indicadores da economia brasileira, apesar dos últimos acontecimentos políticos. Luta do governo Lula no combate a corrupção. 16574

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Críticas as novas estratégias do governo para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. 16575

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 572, de 2005, de autoria do Senador João Alberto Souza, solicitando licença por 130 (cento e trinta) dias, a partir de 1º junho de 2005, para tratamento de saúde. 16577

Nº 573, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 10 de junho, em função do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, que acontece em 12 de junho. 16578

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro de matéria do escritor João Ubaldo Ribeiro, intitulada

Somos um país corrupto, publicada na revista Veja, edição de 18 de maio do corrente. 16578

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Registro de artigo intitulado *Boquinha livre*, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 22 de maio do corrente. 16582

SENADOR *ALVARO DIAS* – Matéria intitulada *Ligações perigosas*, publicada na revista Veja, edição de 8 de maio do corrente. 16584

SENADOR *PAULO PAIM* – Satisfação com aprovação, na última terça-feira, do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e institui seu conselho gestor. 16585

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 31, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 16586

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 9, apresentadas à Medida Provisória nº 250, de 2005. 16590

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 72, de 2005. 16600

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.334 a 2.372, de 2005. 16602

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 70ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2003** (nº 1.509/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Vida de Sobradinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2004** (nº 2.050/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2004** (nº 565/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à L & C Rádio Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Roque, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.164, de 2004** (nº 752/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.191, de 2004** (nº 912/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.192, de 2004** (nº 913/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Barretos OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.216, de 2004** (nº 1011/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade Macarani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.217, de 2004** (nº 1.012/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tabajara de São Benedito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Benedito, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.225, de 2004** (Inº 414/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Jeremoabo – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.226, de 2004** (nº 528/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de São Mamede – PB (Amsam) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mamede, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.230, de 2004** (nº 630/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Eduardo Sá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.239, de 2004** (nº 598/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.274, de 2004** (nº 1.104/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Justino José de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.276, de 2004** (nº 1.212/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.277, de 2004** (nº 1.213/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.279, de 2004** (nº 1.215/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.282, de 2004** (nº 131/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.297, de 2004** (nº 674/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Russas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.313, de 2004** (nº 965/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.315, de 2004** (nº 968/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vitória FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.322, de 2004** (nº 1.017/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Planto de Cajuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.326, de 2004** (nº 1.065/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Central de Rádio e Notícias de Itatiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.327, de 2004** (nº 1.070/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.330, de 2004** (nº 1.075/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Difusoras de Pernambuco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.332, de 2004** (nº 1.077/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Jequié Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jequié, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.343, de 2004** (nº 1.098/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Vida de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.346, de 2004** (nº 1.107/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.347, de 2004** (nº 1.108/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Aramoc – Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.352, de 2004** (nº 1.129/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Copacabana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.353, de 2004** (nº 1.130/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Gazeta de Nova Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.364, de 2004** (nº 837/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Amambaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.369, de 2004** (nº 978/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Estrada da Sapata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.372, de 2004** (nº 1.013/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.375, de 2004** (nº 1.045/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Água Boa Associação Comunitária/Abac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.378, de 2004** (nº 1.074/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.381, de 2004** (nº 1.086/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Planetário Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.392, de 2004** (nº 1.136/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.398, de 2004** (nº 1.161/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Assunção Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.401, de 2004** (nº 1.165/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.402, de 2004** (nº 1.168/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.406, de 2004** (nº 1.174/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Independente de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412, de 2004** (nº 1.189/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.413, de 2004** (nº 1.193/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapaci, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.416, de 2004** (nº 1.201/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joaninha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tauá, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.418, de 2004** (nº 1.206/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Quipapá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quipapá, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2004** (nº 1.196/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.431, de 2004** (nº 1.202/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abadia de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.438, de 2004** (nº 1.264/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Voz Ativa Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.441, de 2004** (nº 1.271/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – Sideral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.450, de 2004** (nº 678/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Parque de Exposição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.457, de 2004** (nº 981/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brodósqui, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.458, de 2004** (nº 1.008/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Caçula Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.471, de 2004** (nº 730/2003 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Arjona e Chaves Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.472, de 2004** (nº 750/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.475, de 2004** (nº 714/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.478, de 2004** (nº 724/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Nova Florida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alexânia, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.479, de 2004** (nº 726/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.480, de 2004** (nº 767/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.484, de 2004** (nº 781/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.486, de 2004** (nº 784/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491, de 2004** (nº 245/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2005** (nº 1.188/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2005** (nº 1.267/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2005** (nº 1.277/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2005** (nº 1.282/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2005** (nº 1.316/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Itajá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte parecer:

PARECER Nº 685, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 34, de 2004 (Aviso nº 2140/2004, na origem), que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC – 011.582/2003-6).

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

O Tribunal de Contas da União encaminha para conhecimento e exame desta Casa o TC nº 011.582/2003-6, relativo ao Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Petrobras, que trata da compensação de débito de ICMS com crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Estadual.

O assunto foi submetido ao Senado, pelo TCU, em razão do entendimento de que, desse procedimento adotado pelo referido Estado, resultou o descumprimento, por este, de obrigações constantes do

contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às consequências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal.

Quanto às demais questões suscitadas no referido documento, informa o TCU que as mesmas estão submetidas aos respectivos órgãos competentes para as devidas providências.

Através do Ofício nº 131/2005, de 2 de maio de 2005, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo interessado no esclarecimento dos fatos, encaminhou a este Relator para juntada aos autos e servir de subsídios à apreciação da matéria, cópia dos seguintes documentos:

a) Ofício/SERC/GAB/nº 162/03, de 6 de junho de 2003, expedido pelo Secretário de Estado de Receita e Controle do referido Estado ao Dr. Luiz de Lima Stefanini, Procurador Regional da República, na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul;

b) Parecer, emitido em 6 de maio de 2004, por Paulo de Barros Carvalho, em atendimento à solicitação de parecer jurídico sobre o assunto, feita pelo Estado de Mato Grosso do Sul;

c) Parecer PGE/62/01, emitido no Processo nº 15/000815/2001, pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul;

d) Contestação à Ação Civil Pública c/c Ação de Improbidade Administrativa (Autos nº 2004.60.00.002359-4), movida perante a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande (MS);

e) Processo nº 154/9, relativo ao Projeto de Lei nº 108/99, e Processo nº 137/01, relativo ao Projeto de Lei nº 96/01, pelos quais foram aprovadas a Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, e a Lei nº 2.262, de 16 de julho de 2001.

Juntamente com os documentos mencionados, foram encaminhadas cópias contendo os textos dos dispositivos legais nos quais o Estado embasou para adotar os procedimentos em análise.

II – Análise

1. Os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul

A análise da questão exige, primeiramente, a compreensão dos procedimentos adotados pelo referido Estado na realização da referida compensação.

Examinando o assunto, nesse aspecto, tendo por base os elementos existentes nos autos, verifica-

se que os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Secretaria de Estado de Receita e Controle, relativamente a essas operações, envolveram duas situações distintas, com características próprias.

Um dos procedimentos consistiu na transferência de crédito de ICMS, de um estabelecimento para outro, para que o estabelecimento destinatário da transferência, no caso a Petrobras, utilizasse o crédito de ICMS recebido na compensação com o seu débito de ICMS.

O outro procedimento consistiu na transferência que o credor do Estado de Mato Grosso do Sul fez a contribuinte do ICMS, no caso a Petrobras, do crédito que possuía contra a Fazenda Pública, decorrente de cumprimento de contrato celebrado com o Estado, para que o destinatário da transferência (Petrobras) compensasse o crédito recebido do credor da Fazenda Pública com crédito tributário que devia ao Estado, configurando a operação entre o credor do Estado e o contribuinte do ICMS uma cessão de crédito e a operação entre o contribuinte do ICMS e o Estado uma compensação entre obrigações.

1.1 A transferência de crédito de ICMS

A transferência de crédito de ICMS é procedimento admitido pelos Estados, em determinados casos, como forma de beneficiar os contribuintes que não realizam operações tributadas em quantidade suficiente para absorver os créditos de ICMS que acumulam em decorrência do direito que lhes é dado para a manutenção de crédito em hipóteses em que, em regra, devem estorná-lo.

Ou seja, existem situações em que, para beneficiar contribuintes ou alguma atividade, os Estados exoneram da tributação determinadas operações e, cumulativamente, permite que os contribuintes que realizam essas operações (não tributadas) mantenham o crédito do ICMS correspondente a entrada das respectivas mercadorias. E na permissão para a manutenção do crédito, desde que a legislação não imponha restrição, está implícita a autorização para utilizá-lo na compensação com débito do ICMS de qualquer operação tributada.

Ocorre que, muitas vezes, os contribuintes não realizam operações tributadas em quantidade suficiente para absorver os créditos de ICMS resultantes da manutenção do crédito, tornando-se inútil a sua manutenção, não se alcançando, conseqüentemente, o objetivo pretendido com a manutenção do crédito. Para se atingir esse objetivo, é que os Estados permitem a transferência de crédito de ICMS, uma vez que, de outra forma, o benefício fiscal da manutenção do crédito resultaria

– repita-se – uma concessão ineficaz, porquanto sem qualquer resultado útil para o beneficiário.

1.1.1 A isenção dos insumos agropecuários e a manutenção do respectivo crédito de ICMS pelas empresas comercializadoras

2.1.1.1 Fundamento legal

No caso em análise, a isenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, foi deferida aos insumos agropecuários.

Autorizado pelo Confaz (Convênios ICMS nºs 36/92 e 100/97), o referido Estado concedeu a isenção do ICMS nas operações internas com insumos agropecuários destinados a agropecuaristas (art. 29 do Anexo I ao Regulamento do ICMS do referido Estado).

Com base na autorização legislativa constante no art. 74 da sua Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, o Poder Executivo, no caso, permitiu a manutenção do crédito pelas cooperativas, nas vendas para os seus associados, e pelas empresas executantes de atividades integradas, nas áreas de avicultura e de suinocultura (Art. 29, § 1º, III, do Anexo I ao seu Regulamento do ICMS). Anote-se que o art. 156, § 2º, II, **b**, da Constituição Federal ressalva a possibilidade de a legislação permitir a manutenção de crédito.

Não obstante na autorização contida no art. 74 da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, no inciso VIII do seu art. 8º, reforçou essa autorização no que especificamente à manutenção de créditos fiscais do ICMS originados de entrada de insumos agropecuários.

Com isso, o Poder Executivo do referido Estado passou a dispor de autorização legislativa de forma genérica (para todos os casos), prevista no art. 74 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1999, e de forma específica para os casos de insumos agropecuários, prevista no inciso VIII do art. 8º da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, para permitir a manutenção de crédito.

Com amparo nessas autorizações legais, empresas comercializadoras de insumos agropecuários foram autorizadas a manter os créditos decorrentes das entradas de insumos agropecuários em seus estabelecimentos cujas saídas ocorreram com isenção do ICMS.

1.1.1.2 Fundamento econômico-social

A isenção aos insumos agropecuários foi deferida, pelo referido Estado, com o objetivo de incentivar a produção agropecuária no seu território. Por tratar-se de um Estado em que a sua economia esta assentada, em grande parte, na produção agropecuária, a isenção desses produtos apresentou-se como uma forma

de estimular essa atividade, como fator de desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse contexto, a manutenção do crédito teve a função de somar-se aos efeitos da isenção para amenizar os preços dos produtos e beneficiar, assim, os agropecuaristas, estimulando as respectivas atividades.

1.1.2 A transferência para a Petrobras de crédito de ICMS mantido pelas empresas comercializadoras de insumos agropecuários

1.1.2.1 Fundamento legal

No Estado de Mato Grosso do Sul, tanto o art. 68, § 8º, do seu Regulamento do ICMS, que, por sua vez, encontra fundamento de validade no art. 76, § 1º, da sua Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, com o art. 8º, VIII, da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, autorizam a transferência de crédito de ICMS de um para outro estabelecimento, valendo destacar que este último dispositivo refere-se especificamente aos créditos mantidos por empresas comercializadoras de insumos agropecuários.

Assim, a transferência de crédito de ICMS para a Petrobras foi procedimento legítimo, amparado na Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, na Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, e no Regulamento do ICMS, todos do referido Estado.

1.1.2.1 Fundamento econômico-social

A manutenção do crédito de ICMS, no caso, como exposto acima, foi permitida como fator de redução dos preços dos produtos agropecuários comercializados pelas empresas que exerciam a respectiva atividade no Estado, na expectativa de reflexo positivo no resultado da atividade agropecuária.

Mas ao lado da manutenção do mencionado crédito surge a transferência desse mesmo crédito com função complementar, também de cunho social.

Como a maioria dos produtos comercializados pelas mencionadas empresas estavam alcançados pelo benefício da isenção, não houve oportunidade para que elas mesmas utilizassem os créditos de ICMS que acumularam em decorrência do seu direito à manutenção dos mesmos.

Essa acumulação exigiu que se autorizasse a transferência dos respectivos valores sob pena de não se alcançar o objetivo pretendido com a manutenção.

A necessidade dessa transferência, como forma de estimular as empresas comercializadoras de insumos agropecuários e, conseqüentemente, a atividade agropecuária, pela redução dos preços dos seus insumos, foi compreendida pelo próprio Poder Legislativo

do referido Estado que, por iniciativa de alguns de seus membros, apresentou e aprovou emenda destinada a aditar o Projeto encaminhado pelo Poder Executivo, do qual surgiu a Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, mediante a inclusão do inciso VIII ao **caput** do art. 80, contendo a autorização para a manutenção e a transferência dos créditos de ICMS relativos a insumos agropecuários.

A possibilidade da transferência do crédito de ICMS apresentou-se, assim, como fator integrante do conjunto de medidas destinadas ao incentivo da produção agropecuária.

Com essa possibilidade, o Estado procurou incentivar a permanência das empresas comercializadoras de insumos agropecuários em seu território e, ao mesmo tempo, beneficiar a produção agropecuária, com a redução dos preços dos respectivos insumos.

A transferência do crédito, em tal hipótese, evitou a inutilidade da sua manutenção e fez com que as empresas beneficiárias se mantivessem no território do Estado, fornecendo aos produtores agropecuários, a preços reduzidos, os insumos de que necessitavam para o desempenho de suas atividades, livrando-os das dificuldades e dos custos que teriam que suportar no caso de aquisição desses produtos fora do território do seu Estado.

Nessa transferência, a Petrobras surge, no caso dos autos, como destinatária. Isso, pelo que se verifica, decorreu de uma escolha embasada na certeza de que, pela sua idoneidade e pela circunstância de se tratar de uma empresa submetida a controle por diversos órgãos, a empresa teria as condições ideais para colaborar no atingimento dos objetivos pretendidos pela manutenção dos créditos pelas referidas empresas. Isto somado ao fato de se tratar de empresa que realiza, em quantidade considerável, operações tributadas pelo ICMS, condição necessária para a efetivação dos objetos pretendidos pela manutenção do crédito de ICMS.

1.2 A transferência para a Petrobras de crédito contra a Fazenda Pública de credores do Estado e a sua compensação com débito de ICMS

1.2.1 Fundamento legal

A transferência que determinados (empresas construtoras) fizeram à Petrobras (contribuinte do ICMS), do crédito que possuíam contra a Fazenda Pública, decorrente de execução de obra, é procedimento permitido pelo direito civil.

Por seu lado, a compensação dos créditos que em transferência com débito do ICMS encontra respaldo no art. 274 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que atribui ao Secretário de Estado de Receita

e Controle do Estado de Mato Grosso do Sul a competência para autorizá-la.

Essa possibilidade jurídica da compensação de crédito que o contribuinte possui contra a Fazenda Pública, inclusive aqueles recebidos por cessão, com crédito tributário foi inclusive, objeto de resposta da Procuradoria-Geral do Estado (MS) à consulta, nesse sentido, formulada pela mencionada Secretaria de Estado Receita e Controle (Processo nº 15/000815/2001).

De fato, para a adoção deste procedimento, consistente na compensação de crédito contra a Fazenda Pública Estadual com débito de ICMS, na modalidade referida, isto é, no momento da apuração do referido imposto, a Secretaria de Estado de Receita e Controle solicitou a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, a qual, como órgão competente para, em caráter exclusivo, exercer as funções de consultoria e de assessoramento jurídico ao Poder Executivo daquele Estado, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 95, de 26 de dezembro de 2001, emitiu parecer favorável.

Nesse particular, a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, ratificando entendimento da Secretaria de Estado de Receita e Controle foi expressa, no Processo nº 15/000815/2001, nestes termos:

“É possível autorizar que o sujeito passivo possuidor de crédito líquido e certo contra a Fazenda Pública “compense”, na apuração do ICMS, o valor do seu crédito com os débitos do referido imposto em relação ao qual seja o sujeito passivo, extinguindo-se, com a efetivação dessa compensação, a obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora, a exemplo da compensação prevista no parágrafo único do art. 273 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, relativamente ao crédito do sujeito passivo decorrente deferimento de pedido de restituição.

O ICMS é um tributo em cujo regime jurídico impera princípio da não-cumulatividade, o que significa que, no seu caso, o valor devido ou o objeto da obrigação tributária, denominada crédito tributário, surge do encontro do valor do imposto incidente na operação ou prestação praticada pelo contribuinte com o valor do imposto pago na operação ou prestação antecedentes. Do encontro desses dois valores (valor devido na operação ou prestação realizada pelo contribuinte e valor pago na operação ou prestação antecedente) resulta o objeto da obrigação tributária ou o crédito tributário.

A Lei nº 1.810/97, no parágrafo único do seu art. 273, valendo-se dessa possibilidade matemática, incorporada no regime jurídico do referido imposto, estabelece que, no caso do ICMS, a restituição deve ser feita, preferencialmente, em forma de crédito, para ser compensado como débito do mesmo imposto, nas condições estabelecidas no Regulamento.

A aplicação do referido dispositivo implica a extinção da obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora, relativa à restituição do tributo pago indevidamente, mediante a encontro do seu valor (objeto da obrigação em que a Fazenda Pública é devedora) com o valor do imposto incidente nas operações ou prestações realizadas pelo contribuinte (credor da Fazenda Pública). A extinção, no caso, efetiva-se sempre que o valor do débito do imposto seja igual ou superior ao crédito do sujeito passivo ou no momento em que aquele venha a ser (em decorrência de operações ou prestações posteriores) suficiente para observar este. Na falta dessa suficiência, a obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora remanesce pelo saldo do valor que representa o seu objeto.

É uma possibilidade que o parágrafo único do art. 273 da referida lei previu para o caso de restituição de ICMS pago indevidamente, mas que pode ser aplicada também em relação a créditos de outras origens que o sujeito passivo de obrigações tributárias relativas ao ICMS possua contra a Fazenda Pública.

O objetivo da regra do art. 274 da referida Lei é possibilitar que o credor da Fazenda Pública, em havendo autorização do Secretário de Estado de Receita e Controle, utilize seus crédito para a quitação de seus débitos fiscais que porventura possua.

No caso específico do ICMS, cujo regime jurídico contempla uma técnica de apuração em que envolve o encontro de créditos e débitos do mesmo imposto para se obter o valor efetivamente devido pelo sujeito passivo, o objetivo pretendido pelo referido dispositivo Pode ser alcançado mediante a inclusão, nesse encontro de valores, do crédito que o sujeito passivo possua contra a Fazenda Pública.

Em tal caso, a exemplo do que ocorre no caso de restituição de ICMS pago indevidamente mediante compensação como débito do mesmo imposto, a extinção da obrigação relativa ao crédito que o sujeito passivo pos-

sua contra a Fazenda Pública ocorre com o encontro do seu valor (objeto da obrigação em que a Fazenda Pública é devedora) com o valor do imposto incidente nas operações ou prestações realizadas pelo contribuinte (credor da Fazenda Pública). E efetiva-se sempre que o valor do débito do imposto seja igual ou superior ao crédito do sujeito passivo ou no momento em que aquele venha a ser (em decorrência de operações ou prestações posteriores) suficiente para observar este. Na falta dessa suficiência, a obrigação da Fazenda Pública remanesce pelo saldo do valor que representa o seu objeto.

Conclui-se assim que é possível autorizar-se o sujeito passivo possuidor de crédito contra a Fazenda Pública, ainda que não decorrente de pedido de restituição de ICMS pago indevidamente, a ‘compensar’, na apuração do referido imposto, o valor do seu crédito com os débitos de ICMS de sua responsabilidade, extinguindo-se, com a efetivação dessa compensação, a obrigação da Fazenda Pública.

Incluem-se, nessa possibilidade, os créditos que o sujeito passivo possua contra as autarquias estaduais, vez que, na expressão “Fazenda Estadual”, contida no art. 274 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, estão compreendidas essas entidades”.

Com base nesse entendimento, é que se permitiu que a Petrobrás adotasse o critério de compensar os créditos contra a Fazenda Pública Estadual, que recebeu de terceiros, no procedimento de apuração do ICMS de sua responsabilidade.

1.1.2. Fundamento econômico-social

Os créditos contra a Fazenda Pública objetos da transferência e compensação em questionamento são oriundos, na sua quase totalidade, pelo que se constata, da realização de obras públicas, por empresas do ramo da construção civil, para o Estado de Mato Grosso do Sul, em gestões anteriores ao do Governo que permitiu a quitação dessa dívida por esses procedimentos.

Pelo que se depreende, a opção pela quitação dessa dívida por meio de compensação foi feita, primeiramente, por se tratar de uma forma permitida pelo ordenamento jurídico, como já demonstrado, e, além disso, por se revelar um meio mais simplificado de solução das obrigações do Estado com as referidas empresas.

A decisão do Estado pelo pagamento dessa dívida, valendo-se da possibilidade da compensação, foi

tomada, conforme se deduz, tendo em vista, por um lado, a necessidade dessas empresas quanto ao recebimento de seus créditos contra a Fazenda Pública, para o prosseguimento normal de suas atividades, e, por outro, o interesse do Estado em que essas empresas, na condição de colaboradores do desenvolvimento econômico e social do Estado, continuassem prestando os seus serviços ao Estado e às demais pessoas integrantes dos setores econômicos da região, contribuindo, com isso, para a manutenção ou elevação do nível de emprego no Estado, uma vez que essas empresas, nesse aspecto, se incluem dentre as que mais contribuem para o desenvolvimento social.

2. A compensação dos débitos de ICMS, a sua caracterização ou não como receita pública e a necessidade ou não de sua contabilização

Esclarecidos os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul, impõe-se analisar se o valor do débito de ICMS objeto da compensação realizada tem a natureza de receita para o Estado e se, em razão disso, deveria ter sido contabilizado, nos termos da legislação aplicável.

Como acima esclarecido, os procedimentos adotados foram de duas naturezas: um consistente na transferência de crédito do ICMS, com a conseqüente autorização para a sua compensação com débito de ICMS de responsabilidade do destinatário da transferência, e outro consistente na compensação de crédito contra a Fazenda Pública estadual, recebido de terceiros, credores do Estado, com débito de ICMS, de responsabilidade do novo possuidor do direito de crédito, que, no caso, era a Petrobrás.

Embora a Petrobrás afirme que apenas tenha atendido solicitação do Estado, o próprio TCU reconhece que houve, por parte da referida empresa, a aquisição de crédito:

“Da análise dos documentos, e conforme afirmado pelos próprios servidores da Serc em seus depoimentos no inquérito do MPF (...), verifica-se que a natureza das operações realizadas é de aquisição de crédito, ainda que não tenha sido aplicado deságio, ao menos aparentemente, e não tenha havido negociação entre empresas e Petrobrás” (TC 011.582/2003-6 (com 2 volumes) – Natureza: Representação).

2.1 Os créditos de ICMS recebidos em transferência e a sua compensação

No caso de crédito de ICMS recebido em transferência, a compensação foi feita pela Petrobrás observando-se o regime jurídico do referido imposto, o qual,

para operacionalizar o princípio da não cumulatividade, prevê a compensação dos créditos de ICMS decorrentes das entradas das respectivas mercadorias ou do recebimento de serviços com elas relacionados, com débitos de ICMS relativos às operações de saídas.

Os créditos recebidos em transferência não perdem a sua natureza e são compensados pelo destinatário da operação da mesma forma – como são compensados os créditos decorrentes das entradas de mercadorias que promovem ou do recebimento dos serviços que contratam.

Em relação a essas compensações, não há questionar-se a existência ou não de receita. Tratou-se, como se verifica, de compensação de crédito do imposto com débito do próprio imposto, procedimento que integra as características desse tributo.

A compensação, nesse caso, produziu os mesmos efeitos que teriam sido produzidos se a compensação tivesse sido realizada pelas próprias empresas que, na transferência, foram as remetentes dos respectivos créditos: simples redução no valor do imposto devido ao Estado.

2.2 Os créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública recebidos em transferência e a sua compensação

A questão da existência ou não de receita e, conseqüentemente, da sua contabilização limita-se ao caso de compensação de créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública com débitos de ICMS.

Quanto aos créditos contra a Fazenda Pública Estadual, verifica-se que não houve, de fato, a contabilização como receita dos valores compensados. Isto porque a compensação deu-se na fase da apuração do imposto, nos termos da resposta da consulta formulada à Procuradoria-Geral do Estado, modalidade em que não ocorre, em relação ao valor compensado, receita correspondente. Ou seja, o encontro do valor do crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública dá-se com o débito de ICMS, no momento da sua apuração, resultando para o sujeito passivo, como imposto a recolher, resultante da apuração, apenas a diferença, a qual, uma vez recolhida, caracteriza, esta sim, produto de arrecadação. E esta é a justificativa porque também não houve repasses para os Municípios. De conformidade com a resposta da Procuradoria Geral do Estado à consulta formulada por aquela Secretaria, que concluiu pela sua possibilidade, a compensação dos créditos das empresas construtoras, cedidos à Petrobrás, foi realizada com débito do ICMS, já na sua apuração. Em tal caso, o valor do imposto apurado e recolhido pela Petrobrás, sobre o qual recaiu a repartição de receita, por configurar produto de arrecadação,

surgiu em momento posterior à compensação. Em relação à parte que deixou de ser recolhida, em face da compensação, não houve repasse, porque, em relação a ela, não houve produto de arrecadação.

O fato de não ter havido produto de arrecadação quanto ao valor compensado também foi a razão por que não houve, por parte do Estado de Mato Grosso do Sul, a aplicação obrigatória em ações e serviços públicos de saúde de que trata o art. 198 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constituição nº 29, de 2000, nos percentuais definidos pelo art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela referida Emenda Constitucional.

O mesmo se diga quanto à não-aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma exigida pelo art. 212 da Constituição Federal. Também nesse aspecto, a falta da aplicação dos referidos recursos nessa área, relativamente ao valor compensado, está justificada no fato de não ter havido, quanto ao referido valor, produto de arrecadação.

Essa modalidade foi permitida por redundar em vantagem para o Estado, na medida em que possibilitou a redução do seu passivo sem implicar a inclusão dos respectivos valores do cálculo das transferências previstas. Ou seja, essa modalidade permitiu a redução do passivo do Estado sem que o valor do débito de ICMS utilizado no processo fosse convertido em produto de arrecadação, que é utilizado para o cálculo do valor de algumas de suas obrigações. Não servindo o débito de ICMS utilizado na compensação ao cálculo dessas parcelas, esse procedimento resulta em vantagem para o Estado, haja vista que implica a elevação da sua capacidade financeira.

Esse procedimento assemelha-se ao adotado pela União relativamente ao Imposto de Renda e IPI. As destinações pecuniárias _ abatíveis do IR _ para incentivo das atividades Culturais, Artísticas e Audiovisuais (Leis nº 8.313/91, art. 26, e Lei nº 8.695/93, art. 1º); para o Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente (Lei nº 8.069/90); para os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Agropecuário (PDTA) _ Dec.Lei nº 2.433/88, art. 6º, II, programas em que as contribuições são também abatíveis do IPI), bem como destinações para os Programas de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/76, art. 1º), e cujas destinações e seus posteriores abatimentos dos débitos de IR e IPI ocasionam, no campo da União, alterações negativas nas bases de cálculo do Fundef, dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Dívida Pública da União, bem como no cálculo dos repasses de recursos para os Poderes Legislativos e Judiciário e para os outros destinatários constitucionais.

2.3 O entendimento de Paulo de Barros Carvalho

Consultado sobre o assunto, Paulo de Barros Carvalho, Titular de Direito Tributário da PUC/SP e da USP, autor de renome nacional, além do seu entendimento quanto à possibilidade da compensação de crédito contra a Fazenda Pública, ainda que recebido de terceiros, com débito de ICMS, por ocasião da apuração deste, corroborando entendimento da Secretaria de Estado de Receita e Controle, concluiu pela desnecessidade de se escriturarem, para efeitos orçamentários, os valores do ICMS que forem compensados nessa modalidade. Afirma o referido professor:

“Considerando que a receita pública consiste na entrada de recursos que se integram ao patrimônio do Estado, apenas os tributos efetivamente arrecadados devem ser contabilizados como “receita corrente” e computados na receita líquida real da pessoa política. Assim, nas hipóteses em que não haja esse ingresso financeiro, como ocorre na compensação entre créditos e débitos da Fazenda Pública, descabido falar-se em receita.

Uma coisa é a extinção do crédito tributário, outra é a ocorrência de receita. Há receita quando a extinção se dá pelo pagamento, mas, nos casos em que o motivo do desaparecimento do liame é outro, sem a correspondente entrada de pecúnia, inexistente receita. É o que ocorre nas hipóteses de compensação, decadência, prescrição, decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Por isso, dissolvido o vínculo obrigacional de ICMS em virtude de sua compensação com relação em que a Fazenda Pública estadual ocupe o pólo passivo, o valor do crédito tributário deve ser excluído do cômputo da receita líquida real do Consulente e, por via de consequência, do cálculo da parcela mensal da dívida do estado para com a União...”

Dessa forma, não tendo havido ingresso de recurso no procedimento de compensação, não houve a necessidade de se escriturar, porquanto nada se incorporou ao patrimônio do Estado.

Por outro lado, inexistindo receita em relação à parte do débito de ICMS compensada, o seu valor, como conclui Paulo de Barros Carvalho, “deve ser excluído do cômputo da receita líquida real do Consulente e, por via de consequência, do cálculo da parcela mensal da dívida do estado para com a União”.

Entendendo assim, não houve o propalado descumprimento de obrigações contratuais por parte do Estado, consistente na falta de pagamento de parte da sua dívida para com a União, decorrente da não inclusão dos valores compensados na receita líquida, não estando o Estado, dessa forma e em razão disso, sujeito às implicações previstas no parágrafo unido do art. 2º da referida Resolução.

3. A compensação de débitos de ICMS e a inexistência de prejuízo para a União

O entendimento, como se vê, é de que não houve, por parte do Estado, o descumprimento de obrigações constantes nos contratos firmados com a União.

Mas ainda que se entenda que em tais hipóteses o Estado está obrigado a computar os débitos de ICMS compensados na base de cálculo dos valores a serem pagos à União a propósito de quitar a sua dívida para com ela, é de se considerar que, do procedimento ao contrário, adotado pelo Estado, nenhum prejuízo importou para a União.

De fato, existem dois contratos pelos quais o Estado de Mato Grosso do Sul ajustou com a União as formas e condições de pagamento de várias de suas dívidas: um contrato celebrado 23 de dezembro de 1993 e outro, determinado pelo nº 9/98/STN/COAFI, celebrado 30 de março de 1998, reunidas neles as chamadas dívidas intralimites.

Por esses contratos, embora as dívidas tenham sido parceladas em um determinado número de prestações, fixando-se, teoricamente, o valor de cada prestação mensal, o valor a ser efetivamente pago, a cada mês, em respeito à capacidade financeira do Estado, é definido pela aplicação de percentuais (11% e 15%), previstos nos referidos contratos, sobre a Receita Líquida Real, como neles definida, observadas as demais regras estabelecidas.

Nesse critério, as eventuais diferenças entre o valor teórico da prestação mensal e o valor efetivamente pago em cada mês são registradas em uma conta de “saldo residual”, em favor da União, quando o valor pago é inferior ao valor teoricamente apurado no respectivo mês, e em favor do Estado, para abatimento do saldo devedor do Estado, quando o valor pago é superior ao valor teoricamente apurado.

Quando a esse saldo residual, há previsão de estabelecimento, no final do contrato, de novas regras para a continuidade do seu pagamento, o permite concluir que os eventuais pagamentos mensais em valor menor que o teoricamente previsto nunca representarão prejuízo para a União.

Exemplificando, caso o valor teórico da prestação seja de R\$30.000,00 (trinta mil reais) e o valor pago, determinado com base na receita líquida, seja

de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), a diferença, de R\$2.000,00 (dois mil reais), permanece como dívida do Estado para com a União, na forma de saldo residual, com formas e condições para o seu pagamento, o que demonstra que a variação da Receita Líquida Real não tem o condão de, por si só, reduzir o crédito da União em face do Estado.

O caso assemelha-se com a hipótese da equivalência salarial adotada pela Caixa Econômica Federal em contratos com seus mutuários, no financiamento da casa própria, em que o fato de se reduzir a prestação, para compatibilizar-se com a capacidade financeira do assalariado, não significa redução do valor da sua dívida para com a credora.

A Receita Líquida Real, no caso, assume a simples função de parcela, integrante do critério de cálculo do valor a ser pago em cada mês. A sua variação altera o valor a ser efetivamente pago em cada mês, mas não exclui, em prejuízo da União, qualquer parcela ou valor da dívida do Estado sem que tenha havido o correspondente pagamento.

Na determinação dessa Receita Líquida Real, este Estado não está levando em consideração o valor do débito de ICMS compensado com crédito do sujeito passivo, na forma acima exposta, por entender, com respaldo inclusive nos pareceres citados, que esse valor, pelo efeito da compensação, não representa receita.

3.1. O entendimento do TCU

O próprio TCU, em sua análise, conclui pela inexistência desse prejuízo, o que se verifica nesta afirmação:

“Ao contrário, a não contabilização como receita estadual dos pagamentos efetuados pela Petrobras, tanto para compensação de créditos de ICMS como para compensação de créditos não tributários de empresas de construção, implicou efetivamente um cálculo a menor da receita líquida real e, portanto, a ausência de repasse de percentual devido à União para amortização da dívida do estado, conforme previsto no art. 2º da Resolução nº 69/98 do Senado Federal.

Entretanto, a dívida estadual não deixa de existir porque não está sendo quitada e portanto, permanecerá sofrendo atualização monetária e incidência de juros. Ou seja, há uma burla ao acordo e um atraso no pagamento, permitindo a capitalização momentânea do estado, mas não seria correto afirmar que efetivamente houve prejuízo à União.” (TC nº

011.582/2003-6 (com 2 volumes) – Natureza: Representação).

Os procedimentos adotados pelo Estado não implicou, assim, conforme entendimento do próprio TCU, qualquer prejuízo para a União.

4. A adoção de procedimentos idênticos por outros estados

Embora, nos presentes autos, a questão limita-se ao Estado de Mato Grosso do Sul, registre-se que vários outros Estados adotaram procedimentos idênticos, inclusive envolvendo a empresa Petrobrás. Todavia, não estão sendo alvo de censura ou de investigação por qual órgão da União.

III – Voto

Em face do exposto, a conclusão é de que não há nenhuma sanção a ser imposta ao Estado de Mato Grosso do Sul com base no § 2º do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal, por qualquer que seja o ângulo que se analisa o resultado do seu procedimento na compensação de débitos do ICMS.

Efetivamente, no entendimento de que os débitos de ICMS compensados com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública não caracterizam receita, porquanto não há entrada de recursos no tesouro do Estado, não se pode afirmar que o Estado deixou de cumprir as suas obrigações decorrentes do contrato firmado com a União, relativamente ao refinanciamento de sua dívida.

Isto porque, em tal hipótese, a parte do débito de ICMS absorvida pela compensação não implica receita para o Estado, não podendo ser considerada, por isso, na base de cálculo da parcela mensal da dívida a que o Estado está obrigado a pagar à União.

Por outro lado, ainda que se entenda que os referidos débitos deveriam ter sido contabilizados como receita, não se pode afirmar que a falta dessa contabilização implicou prejuízo para a União. Isto porque, conforme conclusão do próprio TCU, com o procedimento adotado pelo Estado a sua dívida para com a União não deixou de existir, mas permanece sofrendo atualização monetária e incidência de juros.

O Estado é obrigado a pagar a dívida na sua integralidade, independentemente do valor das parcelas mensalmente pagas. A eventual redução nas parcelas não implica a redução da dívida. A parte reduzida da parcela teoricamente estabelecida permanece no total da dívida, tendo como consequência apenas um eventual adiamento no prazo do seu pagamento.

Assim, não tendo havido prejuízo, nenhuma sanção deve ser aplicada ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Realmente, se a sanção tem por objetivo forçar o cumprimento das obrigações para evitar prejuízo decorrente do seu descumprimento, não tendo havido,

no presente caso, qualquer prejuízo, não há motivo para a sua aplicação.

Diante do exposto e uma vez o Senado Federal tendo tomado conhecimento dos fatos, sugerimos o encaminhamento da matéria ao arquivo.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
AVISO Nº 34, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/05/05, OS SENHORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUÍZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
BARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
ALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
GOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

ISMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO V
Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única, em cada esfera de governo;;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes. *(Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da

aplicação de percentuais calculados sobre: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

I – os percentuais de que trata o § 2º *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma

da lei. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)*

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

I – no caso da União: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 dos recursos de que tratamos arts. 158 e 159, inciso, alínea b e § V. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art.

74 da Constituição Federal. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre a dedução, ao lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

Art 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento desta Lei.

§ 1º A dedução a que se refere o **caput** deste artigo não poderá exceder em cada exercício financeiro, isoladamente, a 5% (cinco por cento) e cumulativamente com a dedução de que trata a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

§ 2º As despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderão ser transferidas para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá

Deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais: *(vide art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.532, de 10-12-97 e MPV 2.189-49, de 23-8-2001)*

I – no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II – no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual de renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (Vetado)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

LEI Nº 8.695, DE 20 DE AGOSTO DE 1993

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de CR\$ 424.215.000,00, para os fins que especifica.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de CR\$ 424.215.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões e duzentos e quinze mil cruzeiros reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

DECRETO-LEI Nº 2.433, DE 19 DE MAIO DE 1988

Dispõe sobre os instrumentos financeiros à política industrial, seus objetivos, revoga incentivos fiscais e dá outras providências.

Art. 6º As empresas que executarem, direta ou indiretamente, programas de desenvolvimento tecnológico industrial no País, sob sua direção e responsabilidade diretas, poderão ser concedidos os seguintes benefícios, nas condições fixadas em regulamento:

II – dedução até o limite de oito por cento do imposto de renda devido, de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto sobre a Renda ao valor das despesas de custeio incorridas no período-base, em atividades voltadas exclusivamente para o desenvolvimento tecnológico industrial, podendo o eventual excesso ser deduzido nos dois períodos-base subsequentes;

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação ao **Parecer nº 685, de 2005**, que acaba de ser lido, referente ao Aviso nº 34, de 2004, a Presidência, em observância à conclusão do referido parecer, encaminha a matéria ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Ofício nº 16, de 2005-CN (Of. PRESI-2005/0387, do Presidente do Banco do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei 7.827, de 27-09-1989, as Demonstrações Contábeis de 31-12-2004, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Ofício nº 17, de 2005-CN (GP-O nº 1954/2005, do Presidente da Câmara dos Deputados), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 116 da Lei 10.934, de 11-8-2005 (LDO/2005), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19-10-2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável, para falar, se possível, logo no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita, nos termos dos arts. 158 e 14, inciso VII, do Regimento Interno, intercalando com os oradores regularmente inscritos.

Também faço a minha própria inscrição.

Com a palavra o Senador Mão Santa, por dez minutos, com cinco de tolerância.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem através do sistema de comunicação do Senado Federal, é impressionante a audiência da TV Senado.

Senadora Heloísa Helena, continue no seu sonho ideal, que hoje vou me reportar sobre uma civilização, como se diz em espanhol, bem *cercana*, o Chile. Senadora Heloísa Helena, no Chile, o candidato à Presidência preferido dos chilenos é uma mulher.

Senador Tião Viana, pode parecer que tenho um perfil pessimista, mas não é verdade. Sou extremamente otimista, convicto, Senador Pedro Simon, tanto que uma das fontes da minha inspiração é o discurso de V. Ex^a do dia 23 de maio de 2005.

Creio muito na ciência médica, como o Presidente Tião Viana. Na Psicologia, uma ciência médica, surgiu a neurolingüística. Senador Pedro Simon, segundo a neurolingüística, devemos ter um modelo. Quem quiser ser jogador de futebol deve buscar um modelo, o Pelé ou o Ronaldinho. Se quiser ser cantor, o Roberto Carlos.

Para mim, na minha geração, por ser médico, o meu modelo foi Juscelino. Era médico como eu, cirurgião de Santa Casa, sorridente; foi prefeito, governador, cassado nesta Casa. Ele dizia que era melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

Diante desses fatos, ainda estou otimista. O nosso País vai mal e muito mal, nunca esteve tão mal. Agora, a verdade é que toda mídia é paga pelos bancos, Senador Paulo Paim, pelos banqueiros. Pode-se ver na televisão quem financia as novelas boas, os jogos de futebol. Os banqueiros estão bem.

O Senador Pedro Simon, no dia 23/05/2005, fez um dos pronunciamentos mais contundentes sobre os banqueiros. Os banqueiros levam a mídia de roldão, mostrando a farsa de que este País vai bem, mas nunca esteve tão mal nos seus 505 anos e nos meus 62 anos de existência. Nunca, nunca, nunca.

Senador Tião Viana, essa corrupção passou do momento do isolamento, da endemia. Hoje, ela é uma epidemia, uma vergonha. Respira-se corrupção.

Todas as capas de revista, todas as manchetes de jornais e noticiários trazem notícia da corrupção. O teor da corrupção está muito maior, Senador Augusto Botelho, do que o do oxigênio necessário à vida, à combustão, para transformação da energia térmica e mecânica em vida. É a corrupção.

Entendo, Senador Pedro Simon, como médico, que isso é uma doença, uma praga, uma epidemia. Como médicos, temos de buscar a causa. É a etiologia: onde está o micróbio?

Senadora Heloísa Helena, o micróbio dessa corrupção, que se transformou em epidemia desavergonhada, está em Santo André. É lá o foco, a malignidade; o maligno veio de lá e se multiplica. É uma metástase.

Entendo, Senador Pedro Simon, na minha maneira de entender as coisas e de falar como o povo quer entender, que CPI é como vacina. Se não houvesse vacina contra poliomielite, Salk e Sabin, estava aí a poliomielite da qual até o Presidente Franklin Roosevelt foi acometido. Tem que haver a vacina.

A CPI é uma das vacinas contra a corrupção. Se não se repetirem as doses de vacina, vem a patologia, a doença isolada que está na falta de moral dos homens do PT de Santo André, que não dissecam, não exploram e não buscam o agente responsável por esse mar de corrupção. Essa é a verdade.

Foi praticamente proibida a CPI. Ela era um mecanismo de controlar, sobretudo, a corrupção, como vimos na história deste País. Uma CPI afastou um Presidente, outra investigou os “anões parlamentares do orçamento”. Era uma vacina. Mas o núcleo duro e corrupto impediu da aplicação dessa vacina no País. Alastrou-se! Nunca vi na história do mundo e do Brasil tanta corrupção. Quais são as causas?

Senador Pedro Simon, está aqui o seu pronunciamento de 23 de maio. Permita-me falar ao Brasil de um Parlamentar para quem ainda há esperança, virtude, honestidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Rui Barbosa nos advertia que chegaria o dia de rir de tanto vermos as nulidades subirem ao poder, de tanto vermos a corrupção, fazendo com que tivéssemos vergonha de ser

honestos. Isso tudo nasce porque este Governo não está servindo nem ao trabalho, nem ao trabalhador, mas aos que se utilizam das riquezas criadas pelo trabalho e pelo trabalhador, ou seja, o capital e os banqueiros. São os banqueiros que pagam a mídia.

Bastaria o que o Senador Pedro Simon trouxe, um texto fundamentado, cujas palavras faço minhas: “Se um correntista tivesse depositado R\$100,00 na poupança no dia 1º de julho de 1994, data do lançamento do real, ele teria hoje a conta fantástica de R\$374,00”.

Se você, trabalhador, brasileiro ou brasileira honrada que trabalha, colocou em um banco R\$100,00 em 1994, quando começou o real, hoje você teria R\$374,00, segundo pesquisa de Pedro Simon.

Se, no mesmo instante, esse mesmo correntista tivesse tirado R\$100,00 de um banqueiro, de um cheque especial, na mesma data, teria hoje uma dívida de R\$139.250,00, no mesmo banco. Ou seja, com R\$100,00 do cheque especial, ele ficaria devendo nove carros populares; e com uma poupança no mesmo valor, ele compraria apenas três ou quatro pneus. Esse é o sanguessuga.

Senador Tião Viana, Lula chegou. V. Exª é um homem do Acre. V. Exª é a esperança. Vá lá e diga: “Lula, Vossa Excelência vai acabar de assassinar muitos aposentados com a mentira desse negócio do empréstimo para servidor público, de que ele é barato”.

Barato onde, Senador Pedro Simon? Os juros deste País são os mais imorais e estratosféricos do mundo e da história do mundo, são um pouco menos do que o cheque-ouro, mas são exorbitantes, e uma transação indigna e vergonhosa, sem qualquer risco, já tira.

Senador Pedro Simon, haverá muitos suicídios. Presidente Lula, Vossa Excelência estudou pouco, mas quero dizer o que sei. Senador Paulo Paim, conheço o que é o velho porque sou medido e trabalhei muito. O Lula trabalhou muito pouco, quase não trabalhou. Sei que foi acidente, tenho sensibilidade para isso. Um acidente lamentável! Senador Augusto Botelho, conheço, e não há quem tenha mais honra, dignidade e vergonha do que nossos velhos, porque eu os tratei.

Senador Pedro Simon, eles vivem com um orçamento estreito. E sei da generosidade dos velhos, que conheci e assisti, através de minha profissão e de meus conhecimentos de psicologia, pois vi muitos se suicidarem pelo descontrole do seu orçamento. De repente, eles que vão ganhar R\$400,00 e não têm essa dívida, foram atraídos por um consumismo, compraram um aparelho elétrico, uma televisão e uma moto. São comprometidos com os netos, pagam os estudos dos netos, pagam luz, água, alimentação, aluguel – pois nunca conseguiram comprar a casa própria porque o

Governo não desenvolveu um plano de habitação – e remédios. E agora, Senador Pedro Simon, mais esse compromisso, mais essa prestação, essa escravidão que são os juros altos, a dívida. Uma escravidão moderna. Senador Tião Viana, sei que o Presidente Lula não gosta dele, mas bastaria aprender isto de Abraham Lincoln, que disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”.

Portanto, muitos velhos vão desequilibrar seu orçamento com essa dívida, e vai haver suicídio.

Essa é a verdade, é a ignorância do nosso núcleo duro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, Senador Pedro Simon, que foi a fonte inspiradora deste pronunciamento.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Gostaria de dizer a V. Exª, que faz mais um dos seus pronunciamentos, que, quando ando pelo Rio Grande, todos me perguntam: “Aquele Mão Santa é seu amigo?”. Respondo: “É meu grande amigo”. Perguntam ainda: “Ele, na vida real, é tão bom quando como fala?”. Respondo: “É, exatamente. O apelido dele é Mão Santa e o nome dele é Mão Santa porque, como médico, ele era um santo que operava de graça e curava todo mundo”. V. Exª está fazendo mais um desses pronunciamentos que têm um grande embasamento na sensibilidade popular. V. Exª tem razão, principalmente quando vemos noticiar, mais uma vez, mais uma reunião do Copom e mais um aumento nos juros deste País. Isso é incompreensível. Parece que esse Ministro Presidente do Banco Central, pelo fato de noticiarem que ele deve sair, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal, está sendo denunciado, estão escancarando sua vida, parece que quer dar uma demonstração de firmeza, de homem que está acima do bem e do mal e que não tem medo, e está anunciando mais um aumento de juros neste País. O que é ridículo. É algo que não tem mais razão de ser, nenhuma lógica, nenhum significado de ser. Por isso, V. Exª, de certa forma se antecipando a essa reunião do Copom, vem dizer que todos estamos na base do insustentável. É impossível conviver com a estupidez dos juros que estamos vivendo. Meu abraço muito carinhoso e meus cumprimentos a V. Exª, indiscutivelmente, que traz a voz do povo quando fala em seus pronunciamentos nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, agradeço. E digo que não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa, porque ela é terceira franciscana, como V. Exª. Mãe Santa. Estas mãos são mãos humanas, comuns, que Deus as guiou em uma Santa Casa, que salvava uma vida aqui, outra acolá.

Mas elas são – o Piauí e o Brasil sabem – limpas, honradas, trabalhadoras, porque para se fazer oposição tem que se ter coragem e vida limpa; não apenas as mãos, mas a vida toda.

Senador, gostaria de me demorar mais. Estudei o pronunciamento de V. Ex^a: a dívida desde os primórdios, como ela foi fundada e como chegou até aqui. Como médico, tenho que dar a terapêutica.

Senador Tião Viana, tenho que dar o tratamento. E está aqui o Chile. E tanto acredito no Chile, Senador Augusto Botelho, que quarta-feira irei àquele país. Houve a oportunidade de participar de um Congresso Parlatino, e já me inscrevi, porque gosto de ver a civilização para mostrar aqui.

Senador João Alberto, não estou falando em Primeiro Mundo, em Estados Unidos, em Alemanha, em Inglaterra; mas no Chile, que está bem aí. Mas a nossa mídia reconhece por que o Chile dá certo. Está na **Veja**. Eu apenas gostaria de dizer, sobre a reportagem, que se criou uma lei que impede o Estado de gastar mais do que arrecada. Até hoje, a responsabilidade fiscal é um dos pontos fortes da política chilena.

Senador Pedro Simon, eu teria que vir como médico dar o tratamento, o caminho, orientar o núcleo duro e o Lula. Senador Tião Viana, naquele país, os impostos foram reduzidos, e a arrecadação simplificada. Atualmente, as empresas pagam um único imposto de menos de 20% – sabemos que a carga tributária do Brasil é de 40% –, medida que ajuda a aumentar os investimentos, fazendo com que a sonegação no Chile seja a mais baixa da América Latina.

No que tange à educação, há uma lei, agora, estabelecida pelo Presidente daquele país, Senador Pedro Simon e Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a já extrapolou em cinco minutos o tempo de prorrogação, e peço que conclua em mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atendo a V. Ex^a. Obrigado por esse minuto. Nos primeiros segundos, agradeço a sua generosidade. Tenho esperança de que V. Ex^a possa convencer o núcleo duro.

Mas aqui está! Então, Ricardo Lagos assinou um decreto em que aumentou o quadro de estudos do chileno para 12 anos. E, para terminar, diria apenas que o Chile tem 3% de analfabetos. É plantar nesse país a semente do saber.

Essas são minhas palavras, na esperança de que, agora, depois...

(Interrupção de som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...da perda daquilo que é mais importante, a dignidade do povo,

a moral do povo, a vergonha abalada pelos escândalos, possamos nos inspirar em Rui Barbosa, que disse que o único caminho é acreditarmos no trabalho, no trabalhador, que é quem propicia e faz as riquezas, e não nos banqueiros que, segundo a Senadora Heloísa Helena, engordam suas panças com o trabalho e o suor de nossos brasileiros e brasileiras, que são quem mais paga impostos e juros!

Muito agradecido, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma breve comunicação, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno. A seguir, ao Senador Pedro Simon.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só vou pedir a V. Ex^a um terço de generosidade para extrapolar o tempo!

Tenho ouvido aqui na tribuna algumas falas, alguns discursos, nos quais se diz que nunca viram tanta corrupção! Há várias falas sobre o tal do mar de lama! Minha comunicação não é sobre isso, apenas gostaria de fazer um registro.

Em depoimento, o líder da quadrilha da falsificação dos concursos públicos, Senador Tião Viana, declarou que fraudava concursos públicos há 24 anos! Há 24 anos! Ou seja, se formos fazer uma regressão, desde o Governo Figueiredo, passando por Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar, os dois do Fernando Henrique, e ele foi preso no Governo Lula. Só para deixar assinado esse fato, porque estamos falando de corrupção. Mas há muita gente que não enxergava corrupção, nem combatia, nem prendia! Então é só para registrar!

Vim à tribuna, hoje, para fazer uma outra comunicação que considero importante. Na sexta-feira, dia 27 de maio, tivemos um grande encontro da agricultura familiar dos três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mais de 3 mil agricultores se reuniram, comandados pela Fetraf-Sul, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. Os Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, que estão aqui, sabem da importância da agricultura familiar para os nossos Estados.

Esse encontro tinha como objetivo central fortalecer a luta e a conquista dos agricultores familiares no nosso País, que estão tendo agora, pela primeira vez na história, o direito a linhas de financiamento para habitação, moradia, construção, reforma e ampliação de casas na área rural.

Por mais incrível que possa parecer, nunca a agricultura familiar, aqueles que são responsáveis por tudo, ou pela maioria daquilo que se come neste

País – porque é exatamente da agricultura familiar, do pequeno agricultor, do agricultor que toca a propriedade com a sua família que vêm, fundamentalmente os alimentos que consumimos –, tinham tido linhas de financiamento como essa. Eles tinham financiamento para pocilga, para estrebaria, ou seja, muitas das propriedades de agricultura familiar tinham condições de “habitação” para os animais melhores do que as dos próprios agricultores.

E desse encontro, promovido pela Fetraf, pela Cresol, que são as cooperativas de crédito do sistema que atende os agricultores familiares, pela Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar, a Cooperhaf, entidades que foram fortalecidas, que contou com a presença do Ministro Olívio Dutra, foi retirada uma carta, para ampliar de forma significativa o atendimento – em menos de 2 anos, mais de 4.500 famílias foram atendidas com financiamento.

Inclusive, tive oportunidade, com muita emoção, de participar da inauguração de uma das casas, da família Zanela, que foi entregue durante o evento, na sexta-feira. Presenciei a emoção da família Zanela por poder adentrar a casa, eles que são agricultores familiares de várias gerações e que nunca tinham tido a oportunidade de ter uma casa digna de tijolo, em condições dignas de habitação, onde pudessem morar. Conseguiram isso exatamente a partir desse financiamento.

Para nós é muito importante, porque há muita fala, muita gente agourenta, que diz: “Governa, Lula” e “Nada muda”. Agora, a emoção da família Zanela ao entrar naquela casa nos comove, porque eles a conseguiram a partir do financiamento de um Governo que tem tido sensibilidade, compromisso e ações políticas de fundamental importância para esse setor, que, volto a afirmar, é responsável pela alimentação do povo brasileiro, além de ser responsável por 40% das exportações. As exportações no setor agrícola brasileiro têm participação de uma parcela significativa da agricultura familiar, pois muitos acreditam que somente o agronegócio é que está contribuindo para o crescimento de nossas exportações e da superação dos recordes.

Ouçó com muito prazer o Senador Paulo Paim, contando com a generosidade do nosso Presidente ao nos contemplar com uma prorrogação.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento. Viajei, hoje pela manhã, do Rio Grande do Sul para Brasília com o Ministro Miguel Rosseto, que me falava do seguro agrícola, que este País nunca teve.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nunca teve.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ele viajou por dezenas de cidades da Região Sul. Por onde passava, os agricultores perguntam se efetivamente receberiam o seguro agrícola. E ele nos garantiu que durante o mês de junho os pagamentos começarão a ser feitos. Milhares, e milhares, e milhares de agricultores, principalmente os pequenos, vão começar a receber o seguro agrícola, coisa que eles até duvidavam. Mas, pela fala do Ministro hoje pela manhã, não tenho nenhuma dúvida de que o seguro agrícola vai ser um grande momento para o nosso pequeno produtor que foi atingido pela seca, depois pela chuva e que agora vai poder ter esse retorno. Então quero somente cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Tomei a liberdade de, no seu pronunciamento, falar do seguro agrícola, cuja implantação V. Ex^a acompanhou passo a passo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim. Essa questão do seguro agrícola, junto com o programa de habitação na área de agricultura familiar, são duas conquistas inequívocas desse segmento econômico e social importante, porque, quando se dá viabilidade econômica e dignidade social para esse segmento, isso vai exatamente na contramão do êxodo rural. Se o agricultor familiar tem condição de morar com dignidade, se ele tem condição de, numa intempérie como a sofrida recentemente pelos Estados do Sul, que foram assolados por uma das estiagens mais fortes das últimas décadas, deixando praticamente em situação de insolvência parcelas significativas da agricultura familiar, receber o seguro agrícola, isso lhe traz uma garantia inequívoca.

E nada disso tinha antes! Nada disso! Os governos anteriores ao Governo Lula não tiveram sensibilidade para com esse setor tão importante. Sempre me orgulho e registro isso, do fato de que, na minha primeira relatoria, aqui no Senado da República, tratar exatamente o refinanciamento da dívida dos agricultores. Pela primeira vez, os pequenos agricultores, aqueles com contratos menores, é que foram atendidos no refinanciamento da dívida. Antes, a lógica era atender sempre os grandes. Eram sempre atendidos os grandes devedores da área da agricultura brasileira. Nunca tinha sido atendido o pequeno produtor.

Portanto, para aqueles que insistem na tecla de que nada muda, eu gostaria muito de trazer – disse, inclusive, em meu pronunciamento – à tribuna do Senado, nesta tarde de segunda-feira, a alegria, a satisfação, o sentimento de realização e de atendimento da família Zanela ao entrar em sua casa própria, construída com financiamento do Governo.

Isso nunca ocorreu antes, pois jamais existiu linha de financiamento de qualquer outro governo que não

fosse o do Presidente Lula para o agricultor familiar. Então, solicito, Sr. Presidente, que a Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar, realizada sexta-feira última, em Cordilheira Alta, Município do oeste do Estado de Santa Catarina, reunindo mais de 3 mil agricultores dos três Estados sulistas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constasse na íntegra nos Anais desta sessão.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a ao me conceder um pouco mais de tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 310, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Desmatamento e política

FERNANDO CÉSAR MESQUITA

JORNALISTA

Em 1988, no governo Sarney, em decorrência das queimadas e desmatamento na Amazônia, acentuadas nas décadas de 70 e 80, resultado de desastrosas orientações equivocadas do regime militar para a ocupação e o desenvolvimento daquela região, a questão ambiental era um contencioso tão grave para o país, em termos de imagem negativa mundial, como o foram os desrespeitos aos direitos humanos durante o regime de exceção.

Como tudo que envolve a Amazônia acaba se transformando numa infundável e inconclusa discussão, da teoria conspiratória da internacionalização à idéia fundamentalista da intocabilidade, credite-se à Nova República ter encarado a realidade e adotado as medidas certas para enfrentar o desafio de conter o aumento da destruição em curso. E o fez de maneira certa ao convocar uma equipe multidisciplinar de especialistas e acadêmicos de alto nível para estudar o estado geral dos recursos naturais e propor saídas para conciliar o desenvolvimento econômico com a preocupação ecológica. Foi aí que surgiu o Programa Nossa Natureza, o mais completo diagnóstico do meio ambiente no Brasil, coordenado pelo general Bayma Denys, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Na época, os partidários do PT adotaram em relação àquele trabalho a velha postura do não vi e não gostei.

E registre-se que, em 1988, a devastação tinha sido de 17.770 km², número muito inferior aos 26 mil km² registrados agora e

que só tendem a crescer, se mantida a desorientação que é a marca da atual direção do Ministério do Meio Ambiente.

A repercussão internacional do desmatamento na Amazônia era tão séria que todos os financiamentos de bancos oficiais internacionais para o Brasil – BID, Bird, Eximbank, Comunidade Econômica Européia – estavam suspensos para qualquer tipo de projeto econômico. A propósito, é bom que se alerte o governo para a possibilidade de a divulgação dos números atuais da devastação agravar a paranóia planetária sobre a Amazônia e seus mitos, provocando novamente retaliações econômicas danosas ao estágio do crescimento econômico brasileiro.

Convidado para dirigir o Pro-

E bom que se alerte o governo para a divulgação dos números da devastação

grama Nossa Natureza, após consultas a técnicos experimentados de vários setores, sugeri ao presidente Sarney a idéia de um único ente público para gerir as políticas oficiais relacionadas com a produção dos recursos naturais renováveis e o seu adequado uso, dentro da linha do desenvolvimento sustentável, proposta na ECO 72, em Estocolmo.

Foi então criado o Ibama, com a extinção do IBDF, da Sema, da Sudhevea e da Sudepe, agências que, com exceção da Sema, haviam fracassado no cumprimento de suas finalidades, em meio a conflitos de competência legal, de interesses, corrupção e má gestão administrativa. O presidente

Sarney chegou a ser aconselhado a criar o Ministério do Meio Ambiente, mas não o fez para não incitar mais ainda a estrutura burocrática.

Nessa linha de ação, seguindo as recomendações do Nossa Natureza, Sarney assinou vários decretos importantes, encaminhou projetos de leis ao Congresso e os regulamentou, num curto espaço de tempo, depois de transformados em lei.

Um dos decretos mais relevantes para a defesa da floresta amazônica suspendeu a aplicação de recursos decorrentes de financiamentos governamentais em projetos que implicassem desmatamento. É que o regime militar havia estimulado a agropecuária em terras inadequadas para o plantio até de pasto, com milhares de hectares de floresta queimadas em fogueiras detectadas pelos satélites.

Nomeado primeiro presidente do Ibama, recebi carta branca do presidente Sarney para agir prioritariamente dentro dos objetivos propostos de reduzir as queimadas e os desmatamentos na Amazônia e cumprir as orientações do programa Nossa Natureza.

Com o apoio de uma equipe de técnicos de alto nível, entre os quais se destacava José Carlos Carvalho – depois ministro do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique Cardoso e atual secretário de Meio Ambiente do governo de Minas –, Marília Marreco, Antônio Prado, entre outros, a direção do Ibama traçou um bem sucedido plano de trabalho que rapidamente começou a apresentar resultados positivos. Recursos financeiros foram conseguidos e o Ibama equipado para efetivamente funcionar. Convênios foram firmados com vários órgãos da administração federal e

também dos estados.

Para alívio dos diplomatas brasileiros no exterior e do governo como um todo, ao ser concluído o levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) do período 1988/1989, o desmatamento que tinha sido de 17.770 km² caiu para 13.730 km² no período 89/90. E no período 90/91, ficou em apenas 11.030 km². Isto se deu, repito, graças ao decidido apoio de Sarney, que dotou o Ibama de meios financeiros indispensáveis à execução de sua missão e deu total cobertura ao seu presidente, e prestigiou os esforços e a competência de dirigentes, técnicos e funcionários do órgão, visitando-o mais de uma vez.

Hoje, o Ibama é presidido por um renomado cientista, o professor Marcus Barros, tem alguns bons diretores, mas sem recursos para atuar como deve e boa parte de seu excelente quadro de técnicos foi substituído por pessoas inexperientes e sem qualificação. Foi aparelhado politicamente. Ao contrário do que aconteceu no seu início, quando o recrutamento de seu pessoal não via vínculos partidários, obedecia tão somente a critérios de eficiência funcional. E ainda por cima o Ministério do Meio Ambiente, hoje controlado pelas ONGs, mantém estranhamente uma sistemática política de esvaziar o Ibama: Retirou o controle da pesca e agora quer criar um “novo IBDF” para privatizar as florestas. Infelizmente, o resultado são 26 mil km² devastados no período 2004/2005. Por enquanto, se não conseguirem vencer o INPE a mudar definitivamente os parâmetros de avaliação do desmatamento.

Fernando César Mesquita foi o primeiro presidente do Ibama.

Para a consolidação de uma política nacional de habitação para a agricultura familiar propomos que:

Os Governos:

- a) Que todos os programas criados pelo governo federal através do Ministério das Cidades tenham 30% dos seus recursos destinados para a agricultura familiar;
- b) Que os programas de habitação para agricultura familiar contemplem a construção de casas novas e também reformas, que é hoje a grande demanda;
- c) Que na resolução 460 do FGTS seja garantida a assinatura de um convênio com a Fetrat-Sul/CUT para atender seis mil famílias para o ano de 2005, permitindo a construção e reforma de unidades habitacionais da agricultura familiar;
- d) Que o governo federal crie uma linha específica de crédito para a habitação no PRONAF, o “PRONAF Habitação” para a construção de casas novas e para reformas;
- e) Que os governos estaduais invistam em programas de habitação da agricultura familiar, colocando recursos a fundo perdido para a complementação dos programas, de no mínimo um real para cada dois investidos pelo governo federal, nestes programas no âmbito dos estados;
- f) Liberação por parte do IBAMA de madeiras apreendidas para projetos sociais de habitação, neste caso na agricultura familiar, sendo que os agricultores beneficiados deverão repor árvores em suas propriedades para recompensar a madeira recebida para a construção de sua casa;
- g) Reconhecer as cooperativas de crédito e de habitação e sindicatos para implementação de programas de habitação para agricultura familiar;
- h) Que os governos municipais garantam as obras de infraestrutura, terraplanagem, escavações e criem o fundo municipal de habitação possibilitando o financiamento de recursos aos agricultores para conclusão das casas;
- i) Que os governos federal e estaduais destinem recursos para o desenvolvimento de projetos sociais junto às famílias beneficiadas.

As Organizações da Agricultura Familiar:

- a) Intensifiquem a luta pela implementação de um amplo programa de habitação para a agricultura familiar em âmbito nacional;
- b) Construam cooperativas de habitação da agricultura familiar em outras regiões do país, possibilitando o acesso dos agricultores e agricultores aos programas de habitação.

Queremos finalmente convidar a toda a agricultura familiar brasileira a se envolver no grande mutirão de construção da FETRAF-BRASIL, que será fundada em setembro deste ano, no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar. A articulação de nossa organização em nível nacional será a certeza que as conquistas e alegrias que vivemos de forma localizada serão ampliadas para o conjunto da agricultura familiar brasileira, que, orgulhosamente, é a mão que alimenta esta nação.

Viva a agricultura familiar ! Viva a nossa organização !

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento, Senadora Ideli.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, que terá dez minutos com mais cinco de prorrogação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, sou daqueles que acompanharam toda essa caminhada desde o término da 2^a Grande Guerra, sucedida pela cruel Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, a ponto de com o tempo viver um estado de paz cheio de guerra. Acompanhei com emoção a unificação da Europa e ficava admirado, emocionava-me verificar que se dava entre aquelas nações com tantas guerras, algumas centenárias, como a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra. No século passado, após duas guerras mundiais, o ódio entre França, Inglaterra e Alemanha era brutal. De repente, essas nações começaram a se reunir, começaram a discutir, começaram a dialogar e, aos poucos, foram se achegando. E chegaram à conclusão de que deveriam deixar de lado o ódio, a malquerença, os séculos de lutas por divisas, por mil e uma razões, justas ou injustas, e se aproximar. Primeiro vieram as normas de mercado comum; depois, as normas de intercâmbio, as normas de diálogo cultural, a abertura de fronteiras, a unificação de linguagem, a criação do Parlamento – sem nenhum conteúdo, mas que reunia os representantes de todos os países. Isso foi crescendo, crescendo, e surgiu a União Européia, com moeda única e, agora, com uma Constituição, abrindo as portas a nações européias sem maior tradição e história, mais longínquas, algumas que durante anos tinham sido satélites da União Soviética. E assim se deu o surgimento desta grande comunidade: a chamada Comunidade Européia.

Acompanhei agora o plebiscito da Constituição da unidade européia votada pelo Parlamento europeu. Para que ela possa ser aplicada é necessário que haja plebiscito aprobatório de todas as nações do Mercado Comum Europeu. Ontem, surpreendentemente para mim, exatamente a França, o país que mais havia tido atuação, participação na busca da unidade européia; a França, que mais tinha sofrido na última guerra, e mesmo assim havia tido o gesto de grandeza de aproximação; a França que havia tido a atitude de aproximar inclusive inimigos como Inglaterra e Alemanha; a França que, aos que eram contrários à unidade européia, fazia um mapa de como ficaria a Europa – a Alemanha unificada, enorme, no meio, cercada por dez países, praticamente o centro de tudo –; a França que praticamente coordenou sempre favoravelmente os passos

dados até aqui, ontem, disse: “Não, esta Constituição o povo francês não aceita”. O argumento é o de que se dará muita ação para o liberalismo, que se abrirão as portas para que grandes empresas, com facilidade, se adonem de territórios. Por outro lado, as portas se abrirão em definitivo para que os imigrantes das unidades européias mais pobres, que estão entrando agora, venham fazer concorrência à mão-de-obra francesa. Será preciso novo estudo. Anos passarão. O Mercado Comum Europeu, a Comunidade Européia deverá fazer uma nova reunião, refazer a Carta e começar de novo.

Quando ouvi o Senador Marco Maciel, na sexta-feira, defender a importância do Mercosul e o esforço que devemos fazer para a sua consolidação, e quando vejo alguns se assustarem porque não se avança como deveria, fico refletindo sobre o ocorrido ontem, quando a França atrasou em não sei quanto tempo a consolidação da Comunidade Européia.

As análises todas diziam que, se fosse aprovada ontem pela França, a Constituição praticamente passaria incólume pelos países restantes; mas, derrubada pelos franceses, terá de percorrer um longo caminho e deverá analisar as interrogações levadas pela França para ver qual será o seu destino.

Torço para que os equívocos sejam equacionados e para que a Comunidade Européia seja uma realidade, assim como, desde o início, no Governo Sarney como Ministro e depois como Governador do Rio Grande do Sul, participei e trabalhei para que o Mercosul fosse uma realidade. Porque vejo que a Europa unida será um fator de paz, entendimento e garantia de estabilidade. Com o Mercado Comum Europeu, a Europa está se unindo; a China está crescendo e a Índia está se desenvolvendo. Elas serão forças que participarão da organização mundial, dando equilíbrio, não permitindo, como hoje, a supremacia absoluta dos americanos, que praticamente são a única voz que fala e decide em âmbito internacional.

Recebo com mágoa a decisão da França, mas não acho que ela signifique um retrocesso, apenas a necessidade de parar, de fazer uma revisão naquela Constituição. O Presidente francês fez um esforço dramático à última hora. Parecia que aquela diferença de dez pontos havia sido tirada por ele. As pesquisas mostravam dez pontos de diferença; mas, nas últimas horas, apontavam um empate técnico. No entanto, o resultado foi de dez pontos de diferença. Nem a paixão com que falou o Presidente da França, apelando para que os franceses aceitassem a Constituição, foi o suficiente para que aquele povo deixasse de lado as dúvidas e as angústias que tem com relação àquela Constituição.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, escuto com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e devo dizer que, a meu ver, o povo francês, ontem, votou mais pensando nas questões internas do que nas questões externas. Acho que isso levou à rejeição da nova constituição europeia pela França. A questão não vai afetar tanto – assim o desejo também – a consolidação da União Europeia. Acredito que a União Europeia vai continuar a avançar. É um projeto que não começou agora, já tem – podemos dizer – mais de 50 anos, se formos tomar a Comunidade do Carvão e do Aço, que é do início da década de 50, poderá ser talvez o instrumento mais significativo para a constituição da hoje União Europeia. Tenho a impressão de que a União Europeia vai continuar a avançar. E é bom que continue a avançar porque está construindo um modelo que serve de referência para o mundo todo, para nós aqui no Mercosul, inclusive. Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma outra observação. Vamos admitir que o exemplo da França venha contaminar – perdoe-me a expressão –, venha reverberar sobre outros países, e admitamos que a maioria, ao final, não venha ratificar a nova constituição. Ainda assim eu diria que nada de muito trágico teria ocorrido, porque continuarão prevalecendo as regras de Nice (França) que foi a última grande reunião, da qual brotou a ideia da constituição europeia. Essas instituições progredem entre avanços e recuos. Ali e acolá, questões internas e externas afetam o desempenho das instituições. Mas acho que o resultado da França foi mais um sinal de advertência do que uma condenação ao modelo que se está construindo. Acho muito oportuno que V. Ex^a venha ferir essa questão hoje à tarde, porque o que se passou na França deve servir de exemplo para nós. Estamos fazendo um grande esforço para consolidar o Mercosul, mas é necessário que tiremos lições desses fatos. É fundamental que a União Europeia realmente seja um concerto de êxito das Nações, que já a essa altura congrega um número muito significativo, 25 nações, chegando a quase se discutir um conceito novo de Europa. Com a própria incorporação da Turquia – a Turquia tem pequena parte de seu território na Europa –, e a de novos países, a União Europeia está se convertendo em um modelo que não pode deixar de merecer muitos elogios. Isso vale de exemplo – perdoe-me prolongar um pouco – para o Mercosul. Eu acho que, para nós, não há outro caminho a não ser consolidar o Mercosul. A essa altura, eu nem chamaria de Mercosul somente os países do Prata, mas também os países da América do Sul. Porque este é o nosso destino: integrar todos os países da América do Sul. Felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe e concordo plenamente com V. Ex^a. Eu devia até ter citado: a impopularidade do Governo deve ter sido um fator importante. O próprio Presidente fez questão de dizer que não era o Governo dele que estava em jogo; o que estava em jogo era a França e o Mercado Comum. Mesmo assim, a impopularidade do Presidente deve ter deixado um efeito muito forte na opinião pública.

Também concordo com V. Ex^a que, entre avanços e recuos, a União Europeia chegará lá. Também concordo com V. Ex^a que é importante para nós que o Mercosul, entre avanços e recuos, também chegue a uma posição daquelas.

Encerro, Sr. Presidente, dando as boas-vindas, em nome do Senado, ao Presidente Lula e à sua comitiva. Chegaram, e ontem descansaram. E já ontem estava o Presidente reunido para ver as medidas que vai tomar. Sua Excelência deve ler os jornais. A manchete da **Folha de S. Paulo** falando em declínio ético; o **Correio Braziliense** dando a palavra ao Presidente da OAB, que pede uma faxina moral no governo; e as palavras de equilíbrio de Cláudio Fonteles, do Ministério Público, sobre a realidade do papel daquela entidade.

Eu confio que o Presidente da República, como os jornais de sexta-feira noticiaram, falando aos companheiros do Brasil, lá do Japão, diria que haveria um choque ético no Brasil com a sua chegada. Não sei nem penso, mas acho que Sua Excelência deve refletir, meditar e não ficar apenas naqueles que o cercam, mas olhar por cima o contexto do Brasil inteiro. Hoje é o grande momento que vive o Governo Lula. Ou ele diz a que veio ou ele faz as transformações que lhe dêem condições de credibilidade e de respeitabilidade. Que o povo olhe e diga: “Não, as coisas vão acontecer”. Ou que siga o conselho daqueles que acham que o caminho é afastar parlamentares do seu Partido, que o caminho é uma linha rígida de mostrar quem está com o Governo e quem não está com o Governo, e que para a ação.

Quantas matérias vi hoje, quantos telefonemas recebi, quantas correspondências dizendo exatamente isso! As pessoas que comigo se comunicaram diziam: “Que Deus ajude o Presidente Lula a entender que a hora é de grandeza e de humildade, a hora é de uma visão nacional, a hora é de estadista. A hora não é de picuinha, a hora não é das questões miúdas, a hora não é de fazer uma cobrança de contas de aqui e de acolá, a hora é de olhar para frente”.

Aquilo que o Lula não fez quando assumiu e que não tem feito nesses dois anos e meio, esta é a oportunidade de fazer, é a chance que ele tem, que a história lhe oferece. Tome ele as providências, mostre que o seu

Governo tem uma grandeza de propósito, identificada com o futuro do País, e as dificuldades que estão aí serão superadas. A Nação lhe renderá homenagem, e o Congresso Nacional fará a sua parte com grandeza. Mas, se seguir o conselho daqueles cujas manchetes cobram ação rígida com relação a alguns subirem e outros serem afastados, eu não sei. O Governo já fez o afastamento de um grupo chefiado pela Senadora Heloisa Helena, e continuou. Mas não sei se ele tem condições e capacidade de repetir a atitude, porque lá o povo foi surpreendido, não entendeu direito o que estava acontecendo. Aqui, o povo está entendendo até demais. Se alguém não entender, vai ser o Lula. Mas Deus queira que o Presidente entenda e faça aquilo que deva ser feito, lembrando-se sempre, Sr. Presidente, de que o Lula, o companheiro e líder sindical pode ter amigo de montão; pode ter amigo banqueiro, trabalhador, operário, empresário, intelectual, artista, seja o que for, mas o Presidente da República, esse não tem amigo, esse tem a responsabilidade de olhar a sociedade brasileiro.

Que Deus o proteja, Presidente Lula, para que Vossa Excelência aja como deve agir, como já devia ter agido. Mas ainda é tempo. Aliás, o último tempo.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão pelo tempo de cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca se dirá que o Senador Pedro Simon é radical ou intolerante nem, menos ainda, insensato. As palavras que S. Ex^a pronunciou desta tribuna, apoiado pelo Senador Marco Maciel, são de prudência, sobre as quais devemos todos meditar.

Mas, Sr. Presidente, cuido hoje de outra matéria. Tornou-se um escândalo internacional, amplamente comentado na imprensa e nas tribunas parlamentares, a recente informação sobre o crescente desmatamento da Amazônia brasileira. O que se devastou no período de 2004/2005, segundo levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, corresponde a extensões que superam às de alguns dos nossos Estados e de muitas nações. Justifica-se, pois, a perplexidade que extravasa a nossa, de brasileiros, para repercutir com igual gravidade no mundo inteiro – todos preocupados com a relevância amazônica para o bem-estar da humanidade.

É ilusória a suposta ‘segurança’ de que se pode fazer na Amazônia a devastação que se quiser e o mundo testemunhará de braços cruzados os desmandos que ameaçam as riquezas naturais indescritíveis daquela preciosa região. Não impedir a sua progressiva destruição é uma omissão impatriótica, uma provocação aos que lutam pela preservação do meio ambiente e, infelizmente, um convite a algum processo intervencionista que agrediria a soberania nacional.

O que inspira este discurso, Sr. Presidente, é o artigo do jornalista Fernando César Mesquita – “Desmatamento e Política” – na edição do dia 27 de maio do **Jornal do Brasil**, cuja transcrição agora peço. Ele recorda o grande progresso que se obteve, na defesa da Amazônia, no Governo José Sarney, graças ao decidido apoio às ações do Ibama, então criado e dirigido pelo citado jornalista. O desmatamento de 17.770km² registrado em 1988 caiu para 13.730km² no período 89/90, já sob a administração de Fernando César Mesquita, e para 11.030 km², em 90/91.

Contra fatos não há argumento, já diz o adágio popular. Defrontando agora os 26 mil km² devastados no período 2004/2005, salta aos olhos mais incautos a obviedade de que alguma ou muita coisa se fez ou se deixou de fazer para impedir as ameaças à integridade amazônica. O citado artigo “Desmatamento e Política” esclarece o porquê das fases de sucesso e de insucesso na defesa da Amazônia brasileira, oferecendo informações que deviam merecer a atenção dos nossos dirigentes.

Sr. Presidente, eu era Senador da República e, certa vez, convidei Fernando César Mesquita, Presidente do Ibama, a que comigo comparecesse a Imperatriz e examinasse, ali numa reunião com madeireiros, a situação de devastação que se processava em toda a região.

Fernando César não se fez de rogado, foi comigo à Amazônia maranhense e ali teve um debate pessoal com os madeireiros, mostrando a sua coragem e a sua determinação no sentido de coibir os abusos que então se praticavam.

É assim que um dirigente deve proceder. Ou procede assim, ou os desmandos se sentem animados a prosseguir em razão da impunidade e da falta de ação do próprio Governo.

Sr. Presidente, o jornalista Fernando César Mesquita foi o principal colaborador do então Presidente do Senado José Sarney na idealização, planejamento e execução do Sistema de Comunicação do Senado, entre os quais o **Jornal do Senado**, que completou há dias dez anos de profícua existência. A ele foi igualmente atribuída a incumbência de implementar nesta Casa os serviços de rádio e televisão, hoje considerados e copiados como uma das mais criativas inovações, no

mundo inteiro, em benefício do fortalecimento do Poder Legislativo e da sua inter-relação com a opinião pública de um País.

No meu Governo do Maranhão, Fernando César Mesquita – que anteriormente fora administrador de Fernando de Noronha – exerceu as funções de Secretário do Meio Ambiente, realizando um fecundo trabalho nesse setor e, notadamente na área do turismo, coube-lhe dar dimensão nacional às belezas naturais do meu Estado, entre as quais as dos Lençóis Maranhenses.

Essas são as qualificações que valorizam ainda mais os conceitos por ele emitidos no referido artigo publicado no **Jornal do Brasil**, cujo texto, por sua importância, eu incorporo a este meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.*

Segue abaixo o conteúdo da carta aberta aprovada pelos participantes do encontro:

Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação Para a Agricultura Familiar

“Morar bem faz parte da dignidade humana”

1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar

Dia vinte e sete de maio de 2005, marcará para sempre a nossa história. Nós, mais de três mil agricultores e agricultoras familiares, beneficiados por programas públicos de habitação na agricultura familiar, e representantes de nossas entidades, nos reunimos no 1º Encontro da Habitação da Agricultura Familiar para comemorar as conquistas destes dois últimos anos e propor políticas para ampliação dos programas de habitação na agricultura familiar. Vindos de inúmeros municípios da Região Sul do Brasil, somos homens e mulheres, jovens, adultos, crianças e idosos, todos comemorando a melhoria de nossas condições de residência na roça e munidos de esperança de continuar avançando em conquistas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Queremos partilhar com o conjunto dos agricultores e agricultoras familiares a alegria da conquista nestes últimos dois anos de quatro mil e quinhentas casas novas, sendo o espaço de nossa convivência familiar, o local onde recebemos os parentes, amigos, vizinhos, o espaço da dignidade de morar bem, que foi possibilitado pela luta dos Sindicatos organizados em nossa Federação, a FETRAF-SUL, pela COOPERHAF e pela CRESOL Central (SC e RS), conquistando essa importante política pública para o meio rural, o direito à moradia digna.

Sabendo que a agricultura familiar precisa de um conjunto de políticas públicas, que juntas promovam o desenvolvimento rural, nossa luta vai consolidando sempre com novas conquistas neste caminho, primeiro foi a conquista da condição de segurado especial que possibilitou a aposentadoria dos agricultores aos 60 anos, das agricultoras aos 55 anos e o direito às agricultoras ao salário maternidade. Depois veio o reconhecimento da agricultura familiar, com a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem possibilitado o acesso ao crédito para custeio e investimento, aumentando as possibilidades de renda. Neste último período duas conquistas importantes vêm sendo consolidadas a do seguro da agricultura familiar e a o acesso às políticas de construção de moradias no meio rural.

Estas conquistas são frutos da luta da agricultura familiar organizada pelos Sindicatos da Agricultura Familiar no sistema FETRAF e, em sua consolidação, temos construído organizações econômicas importantes como as Cooperativas de Crédito do Sistema CRESOL Central (SC e RS) e a nossa Cooperativa da Habitação - a COOPERHAF. Estas organizações, somadas a tantas outras que estamos construindo, estão se constituindo como tijolo a tijolo que usamos para construir nossas casas, em tijolos da grande casa coletiva que vai sendo construída pela agricultura familiar, nossa defesa, nosso abrigo, nosso espaço de luta e organização.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, Senador Edison Lobão.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza, do PMDB do Estado do Maranhão.

V. Exª disporá de dez minutos, Senador João Alberto, que poderão ser prorrogados por cinco minutos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho lido manifestações de Srs. Senadores e de Srªs Senadoras sobre o relatório global da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata do trabalho forçado.

O relatório foi apresentado na primeira quinzena deste mês de maio, simultaneamente em Genebra e em Brasília. Foi amplamente comentado pela imprensa nacional e por meio de pronunciamentos nesta Casa.

No documento, o Brasil recebeu elogios pela sua situação no combate à escravidão e ao trabalho forçado. Mesmo assim, apesar do progresso feito, ainda existiriam no Brasil cerca de 25 mil cativos em fazendas e carvoarias, realizando trabalho forçado, em situação de extremo desconforto, que caracteriza verdadeiro atentado à dignidade humana.

São situações em que o trabalhador é obrigado a executar as suas tarefas normalmente árduas, mediante pagamento ínfimo de diárias que ultrapassam em horas a jornada normal de trabalho, sem direito ao descanso semanal, sem comida adequada e suficiente e sem alojamento conveniente. São pessoas que se obrigaram a sair do interior, onde não tinham nem terra e nem trabalho, para procurar sustento alhures, abandonando suas famílias, enfrentando toda a sorte de revezes, desventuras, humilhações e sofrimentos. São as vítimas dos “gatos” que aliciam sem escrúpulo, privados de qualquer sensibilidade para com os desprotegidos, fabricantes de verdadeiras arapucas para capturar e manusear a mão-de-obra necessitada de sobrevivência.

A questão subsiste também por omissão do Estado, seja porque sua presença não é realidade efetiva em muitos espaços deste imenso País, seja porque a legislação, além de omissa, quando existente, é falha, imprecisa e ambígua. Refiro-me, em particular, à grave lacuna da justiça, quando permite que processos parem por existir dúvida sobre se determinado caso é da competência do âmbito federal ou da justiça comum.

Refiro-me também à mediocridade, à parcialidade dos projetos públicos destinados à reforma agrária, quando jogam as famílias na terra e não lhes propiciam as condições para que cultivem a terra, fazendo-a produzir.

O problema do trabalho escravo subsiste por causa da impunidade. O relatório da OIT informa que, no mundo todo, quando os tribunais julgam casos de trabalho escravo, as condenações são parcas se comparadas com a gravidade do delito. “Cabe perguntar-nos, diz o relatório, se as leis não são inadequadas, tanto porque impõem sanções demasiadamente leves quando porque não facilitam as ações judiciais, dada a sua ambigüidade.”

A impunidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prolonga a prática do trabalho forçado, um comportamento nitidamente que ora diminui e, logo em seguida, ressurgir por obra de exploradores de pobres e negros necessitados. Esse problema terá solução somente mediante penas eficazes, de preferência financeiras, partindo do princípio de que “quem faz deve pagar pelo que faz”.

Li, na imprensa, que o parlamento alemão sancionou, em 6 de julho de 2000, uma lei que cria a fundação Memória, Responsabilidade e Futuro, aprovada pelo Conselho Federal da Alemanha, em 04 de julho do mesmo ano. O objetivo da lei é “ajudar, prontamente, trabalhadores forçados e outras vítimas do nazismo, de forma cooperativa, justa e desburocratizada”.

A lei deverá entrar em vigor no próximo mês e agosto. Prevê indenização para os trabalhadores utilizados em campo de concentração ou em outras prisões, inclusive fora do território alemão, para os que foram deportados de seus países para o império alemão, nos limites vigentes, em 1937, para os que sofreram danos em função de perseguição racial; e para aqueles que tiveram prejuízos pessoais, em especial aos casos de experimentos médicos ou morte ou graves danos à saúde. As indenizações constantes da Lei de Criação do Fundo de Indenização, com exceção de danos ao patrimônio, devem ser requeridas pessoalmente. Caso o beneficiário tenha falecido depois de 15 de fevereiro de 1999 ou se o requerimento diz respeito a danos patrimoniais, o respectivo cônjuge e os filhos ainda vivos têm direito a partes iguais. Se o beneficiário não tiver deixado cônjuge nem filhos, a indenização pode ser requerida, em partes iguais, também pelos netos e, caso estes não estejam mais vivos, pelos irmãos. Se estes também não apresentarem requerimento, passam a ter direito os herdeiros deixados em testamento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, li na imprensa que cidadãos brasileiros negros planejam entrar na justiça para pedir indenização, em dinheiro, pelo sofrimento.

mento de seus antepassados que foram escravos. O objetivo é buscar indenizações que lhes dêem condições de acesso a serviços de saúde, educação e moradia. Como vejo, isso devemos aos nossos escravos.

Não há dúvida de que o Brasil possui dívida significativa com os negros que foram trazidos da África e aqui escravizados. É importante, do ponto de vista da justiça e da História que o país se estruture em termos de iniciativa e de legislação para que os descendentes dos escravos requeiram indenização pelos sofrimentos impostos aos seus antepassados. Seria muito justo isso. Só assim poderíamos chegar um pouco perto de indenizar, realmente, os sofrimentos dos negros, que tanto fizeram com que este País avançasse.

Entendo que uma atitude corajosa, forte e concreta nesse sentido será eficaz para corrigir as injustiças do passado e prevenir a repetição de atitudes de desrespeito à dignidade humana, mediante trabalho forçado.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento olhando um pouco para o futuro e na certeza de que um dia o Brasil terá que indenizar os descendentes dos escravos, que tanto fizeram com que o nosso País crescesse.

Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Alberto Souza, acompanho o pronunciamento de V. Ex^a e quero cumprimentá-lo porque, quando a comunidade negra fala de políticas reparatórias, compensatórias, afirmativas, na verdade, o que eles querem é mais investimento na área da saúde, da educação, da habitação, do saneamento básico, mais investimentos para garantir a titularidade da terra dos quilombolas. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para comentar que um grande astro do futebol brasileiro, considerado o melhor do mundo por duas ou três vezes, o Ronaldinho, quando perguntado se era negro, disse que era branco. O pai dele, quando consultado, disse que na certidão de nascimento está registrado que ele é negro. Faço essa reflexão para exemplificar como infelizmente isso está no subconsciente das pessoas, que acabam negando sua própria origem, sua história, sua etnia, sua própria raça, porque entendem que ser negro é ser permanentemente discriminado. Por isso, Ronaldinho fez uma declaração infeliz. Ninguém tem dúvida de que ele é negro, o pai dele não tem, a mãe dele não tem. Porém, quase que em autodefesa, ele, que é considerado uma autoridade mundial, teve como reação primeira dizer que não era negro. Disse ele: “Eu, que sou branco, vejo isso.” Ora, isso demonstra o quanto é importante aprovarmos aqui o Estatuto da Igualdade Racial, que prevê um fundo com o objetivo de haver investimentos em políticas de combate ao racismo e ao preconceito. Não estou aqui fazendo uma

crítica contundente ao Ronaldinho. Ele fez isso quase em autodefesa. Recentemente, houve uma pesquisa na Bahia, onde – todos sabemos – 90% da população são de negros, e somente 15% se assumiram como negros. O racismo é tão forte que Ronaldinho quis demonstrar: “Eu, não!” Quero cumprimentar V. Ex^a, que está fazendo um discurso afirmativo, propositivo, dizendo que este País tem uma dívida de cerca de cinco séculos com a nação negra. E a forma de pagar não é dar dinheiro para um cidadão ou para uma cidadã negra. É, isto sim, fazendo investimentos. Por isso, o fundo que está contemplado no Estatuto da Igualdade Racial é o veio para combatermos o racismo e o preconceito. Sempre digo que é bonito cada um assumir a sua etnia. Eu, por exemplo, tenho orgulho da minha. Meus pais vieram da África. Sou negro. Recentemente, em sala de aula, um menino chamou meu filho de negro. Ele, então, indagou-me sobre o que deveria dizer. Eu disse que ele deveria afirmar que tem orgulho de ser negro e que seus antepassados vieram da África. Acabou o debate, e os amiguinhos ficaram ainda mais amigos dele, porque entenderam que ele não tinha vergonha alguma de assumir a sua identidade. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a. Seu pronunciamento é afirmativo, propositivo, em defesa da igualdade e da liberdade. Parabéns, Senador!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores que a nossa luta deverá continuar para que o Brasil venha realmente resgatar essa grande dívida com a raça negra em nosso território.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação que anunciamos a presença em nossas galerias dos alunos do Colégio Militar Dom Pedro II de Brasília-DF.

Meus jovens, esta é a Casa do povo para que façamos leis boas e justas para o nosso País.

Concedemos a palavra à Senadora Heloísa Helena, inscrita para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero falar como inscrita, porque disporei de mais tempo. Estou inscrita como oradora e falarei quando for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendida. É uma satisfação para nós e para a Pátria ouvi-la por mais tempo.

Concedemos a palavra ao Senador Wirlande da Luz, por permuta com o Senador Augusto Botelho, previamente inscrito.

S. Exª terá direito de usar a tribuna por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei hoje a respeito de uma pesquisa feita por esta Casa sobre a violência doméstica contra as mulheres, mas antes quero reportar-me a uma nota veiculada sábado no **Correio Braziliense** sobre a minha pessoa.

A matéria fala claramente como se eu tivesse dado uma entrevista aos repórteres do jornal. Não conheço os repórteres que assinaram a matéria, não dei entrevista alguma a eles e a nota claramente tenta atingir um outro alvo.

Diz o jornal que eu, Senador Wirlande da Luz, assinei a CPI dos Correios. Assinei-a, sim, porque estou absolutamente convicto de que a CPI ajudará o Governo a chegar mais próximo da verdade. Assinei-a por uma questão de ética. Sr. Presidente, a ética conheço muito bem, por ser médico, por ter formação ética, por estar no segundo mandato de Conselheiro Estadual e Federal de Medicina. Aliás, a palavra “ética” apareceu quase coincidentemente com a prática médica há mais de 2.500 anos.

A matéria publicada no **Correio Braziliense**, de 28 de maio do corrente afirma:

A decisão que pode respingar na relação de Lula com Jucá é colocada por Wirlande da Luz na sua conta de “independência política”. O parlamentar é médico e ex-secretário de Saúde de Boa Vista (RR), e alega que tem perfil técnico e não político e que, por isso, não teria obrigação de se submeter às decisões partidárias ou de governo.

Jamais dei essa entrevista. Não conheço os repórteres que assinaram a matéria. A minha decisão de assinar a CPI foi uma decisão pessoal, de convicção, porque é a melhor maneira de se aproximar da verdade.

Portanto, não fui eu quem deu essa entrevista referida na nota do jornal, com todas as aspas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado Federal, por meio de sua Secretaria de Pesquisa e Opinião, realizou no mês de março próximo passado, pesquisa nacional sobre a violência doméstica contra

as mulheres. Dois pontos merecem ser ressaltados no trabalho feito. Sobre eles passo a discorrer.

O primeiro é o mérito intrínseco de uma tal pesquisa. Quando o Senado Federal se preocupa em ouvir a sociedade sobre fatos em destaque na atualidade brasileira, ele está cumprindo, com louvor, seu papel de fórum de debate das causas públicas. Quando esta Casa sai em busca da informação no seio da própria sociedade para nela fundamentar as discussões que aqui travamos, damos um passo significativo no sentido da conformidade entre a reflexão do Parlamento e os anseios desta Nação. Desse modo, a pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social desta Casa é uma importante contribuição para o esclarecimento dos Parlamentares sobre a violência contra a mulher.

O segundo ponto a ressaltar na pesquisa é o seu resultado. Baseada em sólidos critérios de amostragem, a pesquisa fornece importantes informações para o Congresso Nacional. Recebemos relevantes subsídios para o debate sobre as medidas que ainda são necessárias para prevenir a violência contra as mulheres, em particular a ocorrida no ambiente doméstico.

Entre as informações úteis que podemos colher na pesquisa, gostaria de ressaltar algumas.

A primeira é o fato de que as próprias mulheres, de modo aparentemente contraditório, identificam o espaço doméstico como o local em que maior respeito lhes é dedicado e, simultaneamente, como aquele em que maior desrespeito lhes é impingido. De fato, se 53% das mulheres entrevistadas se referem ao ambiente familiar como o mais respeitoso, 23% o percebem como espaço de desrespeito. Cumpre observar, nobres pares, que na percepção de desrespeito destaca-se também o ambiente de trabalho para 24% das mulheres.

Pasmem, Srªs e Srs. Senadores, pois um terço das mulheres afirmam que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica, seguida pela violência física, com 29% das opiniões. Interessante é conjugar esse dado com o fato de que, também, 33% das mulheres que trabalham fora de casa identificam a violência física como a mais grave e que 32% das donas-de-casa apontam a violência sexual como a pior delas. E o agressor-mor, assinalado por 50% das mulheres, é o marido ou companheiro. E surge, então, como fato inesperado, o namorado como segundo agressor.

Sr. Presidente, mesmo com o natural constrangimento de falar sobre assunto tão delicado como a violência que sofreram, 17% das mulheres entrevistadas afirmam já ter sido vítimas de agressão doméstica em suas vidas. E as formas são algo surpreendente, se compararmos com o que é veiculado no noticiário: 55% delas afirmam terem sido vítimas de violência fi-

sica, 24%, de violência psicológica, 14%, de violência moral e apenas 7% apontam-se vítimas de agressão sexual.

Outro ponto grave identificado pela pesquisa é que, entre as mulheres agredidas no espaço doméstico, a grande maioria o foi mais de uma vez. Estarrecedor é o fato de que 50% delas foram atacadas mais de quatro vezes. Tal situação, Sr. Presidente, revela um grave quadro de reincidência, que coloca em risco a integridade das mulheres agredidas em suas próprias casas.

A situação é tanto mais complicada pelo fato de que 70% das mulheres agredidas e que foram à delegacia dar queixa do ocorrido têm de retornar a suas próprias casas, expondo-se, por conseguinte, ao confronto com o agressor, maximizando o risco de nova violência contra elas. Na maioria das vezes, essas mulheres ainda não completaram 29 anos de idade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um fato social dos mais graves, fato que carece de ação por parte do Estado, mas que exige, também, a ação das organizações sociais.

O Brasil está em franco processo de maturação de sua sociedade. Tal processo, Sr. Presidente, implica, forçosamente, o equilíbrio nas relações, no espaço social, entre brasileiros e brasileiras. Acabou-se a era em que o patriarca era senhor absoluto do universo doméstico e a senhora lhe era submissa, inclusive fisicamente.

Fica patente, pela pesquisa realizada pelo Senado, que temos ainda um bom caminho a percorrer para alcançar esse equilíbrio. Mãos à obra! É o que nos é dito pelas informações colhidas. Ajamos, então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, previamente inscrito, ao Senador Ramez Tebet, do Estado do Mato Grosso do Sul, do PMDB, ao tempo que manifestamos o nosso grande contentamento, assim como o de todo o País, pela recuperação da sua saúde.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é um assunto um pouco diferente do que se vem debatendo nesta Casa.

Há muito tempo, o Senado Federal procurou melhorar e muito – e como conseguimos melhorar! – a chamada Reforma da Previdência, que ainda não acabou, diga-se de passagem, porque a chamada PEC Paralela ainda é objeto das nossas considerações. Felizmente,

nesta Casa, ela está em mãos de um Relator que tem se mostrado um grande estudioso, que é o Senador Rodolpho Tourinho, um homem de vasta experiência, que tão bem representa o Estado da Bahia.

Vou falar hoje nos aposentados deste País, de modo geral. Há pouco eu conversava com o Senador Paulo Paim a respeito. São mais de 20 milhões de aposentados e pensionistas neste País, com toda certeza. São pessoas que trabalharam ao longo da sua vida, que recebem esse pagamento, por parte do Estado, ao fim de cada mês e que, sem dúvida nenhuma, contribuem para o sustento das suas famílias. São homens e mulheres de idade que ou sustentam a sua família diretamente ou ajudam a melhorar a renda familiar e, conseqüentemente, a proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus dependentes, para aqueles que lhes estão próximos, para os seus filhos, netos, bisnetos, enfim, para suas famílias.

Recentemente, o Governo fez loas, vendendo como se fosse uma verdadeira panacéia, o Governo chamou a atenção do País, chamou a atenção dos aposentados – eu diria que fez até um convite aos aposentados do Brasil – para que procurassem os estabelecimentos bancários e contraíssem empréstimos, porque esses empréstimos teriam juros mais acessíveis, o custo do dinheiro lhes seria mais barato.

Sr. Presidente, acredito que, para os aposentados envolvidos com cartões de crédito, para aqueles aposentados do País que acreditam nessa mentira chamada cheque especial, que é um assalto, para aqueles que trabalham com os estabelecimentos de crédito, num primeiro momento, essa medida foi boa. Se, com um cartão de crédito, ele está pagando juros, se um cheque especial não custa menos de 7% ou 7,5% ao mês, trocá-lo por 3% ou 2,9% parece vantajoso ao aposentado.

Para as instituições financeiras, Sr. Presidente, garanto-lhe que não há melhor negócio no mundo do que fazer empréstimo aos aposentados, àqueles que ganham menos. Nesse caso, não há que se falar em inadimplência, pois o valor emprestado é descontado na boca do caixa. Então, que negócio é melhor do que emprestar dinheiro a 2,5%, 3% ou 3,5% ao mês, como estão fazendo com os aposentados do Brasil? As instituições financeiras disputam um *marketing* extraordinário. Liga-se a televisão e vê-se a propaganda ostensiva das instituições financeiras, dos estabelecimentos de crédito, convidando: “Venham que lhes emprestamos dinheiro”!

Sr. Presidente, isso é um assalto! Temos que falar a verdade. É preciso esclarecer o povo sobre situações dessa natureza.

Qual é o negócio do Brasil, hoje, que dá 2%, 1,5%, Sr. Presidente? Não existe melhor negócio no mundo, desde que o mundo é mundo, que emprestar dinheiro a juro. Por isso, as instituições financeiras apresentam em seus balanços lucros extraordinários, cifras astronômicas. Fecham seus balanços com milhões de reais ao ano de lucro. Mas fazê-lo à custa dos aposentados, à custa dos pensionistas, Sr. Presidente, não é justo.

É preciso que o Governo tome uma providência. Esse tinha que ser um dinheiro mais barato não só em razão de o tomador ser uma pessoa necessitada, aquele que está precisando ajudar sua família, aquele que está precisando comprar remédio, não apenas por isso, mas também porque, por parte da instituição, é o melhor negócio que há. Como é que vai tomar prejuízo se o pagamento do fim do mês é feito por ela mesma?

Esse chamado empréstimo já existia por meio de várias instituições financeiras que usavam o servidor público da ativa, que pedia dinheiro emprestado para ser descontado em folha a juros exorbitantes. Há melhor negócio que esse para o tomador?

Pois bem, Sr. Presidente, venho a esta tribuna porque conheço casos de aposentados que estão recebendo o holerite zerado.

Note bem, Sr. Presidente, o aumento para o funcionalismo público federal é de 6% ao ano e, quando toma um dinheiro emprestado, o faz a um juro exorbitante! Isso é justo? Dá para se fazer propaganda de Governo em cima disso?

Há necessidade de uma ampla campanha de esclarecimento a fim de que o aposentado não tenha o holerite zerado, não receba zero por ter empréstimo descontado dos seus vencimentos. Essas pessoas, na maioria das vezes, não sabem trabalhar com instituição de crédito. Se os industriais, se os agricultores, se os proprietários de terra têm dificuldade de trabalhar com estabelecimento de crédito, imaginem as pessoas mais humildes!

O que me traz à tribuna é a necessidade de procurar esclarecer, para que se tome cuidado com isso.

Conheço casos de gente que não está mais recebendo vencimento. Está ficando tudo para alguns estabelecimentos de crédito e para instituições financeiras. Eles ficam com parte do dinheiro, e a pessoa não tem mais o que receber, o que torna a sua situação cada vez mais drástica e difícil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Lembro a todos que esses juros são bastante elevados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; até automóvel se

vende hoje com juros de 0,99%, mas não conheço dinheiro emprestado a aposentado a 0,99%.

Juros para vender automóvel, Senador Mão Santa, variam de 0,99% a 3%, aproximadamente. Mas juros para o aposentado, para aquele que precisa, não conheço abaixo de 2%. Não conheço nenhum mesmo.

Poder-se-á perguntar: mas o Senado tem alguma relação com isso? Tem, sim, porque isso é coisa grave. Temos que proceder em defesa da sociedade; temos que procurar esclarecer a sociedade. O Banco Central pode agir junto às instituições financeiras; o Governo pode fazer uma lei estabelecendo como serão os empréstimos e as taxas, definindo que a taxa não pode ser superior, por exemplo, a 1,5%, o que já é um juro elevado diante da economia por que atravessa o nosso País.

Vamos deixar de fazer propaganda falaciosa. Vamos deixar de afirmar que as taxas cobradas são baixas. Esses argumentos são falaciosos, porque elas somente são baixas em relação às elevadíssimas taxas normalmente praticadas no Brasil em outras modalidades financeiras.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, permita-me um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já darei um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Uma reavaliação desse modelo se faz necessário com a máxima urgência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

Depois, Sr. Presidente, atenderei o chamado de V. Ex^a, encerrando o meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, primeiramente, cumprimento V. Ex^a por trazer mais uma vez ao plenário o debate da PEC paralela. O Senador Rodolpho Tourinho disse que, se depender de S. Ex^a, essa matéria será votada durante este mês de junho. Tenho muita esperança, Senador Ramez Tebet, de que não entraremos de recesso sem que, primeiro, se vote a PEC paralela, fruto de um amplo acordo entre o Senado da República e a sociedade, entre a Câmara e o próprio Executivo. Em segundo lugar, entendo que o alerta que V. Ex^a faz é muito importante. Ninguém é obrigado a tirar empréstimo, mas o *marketing*, a propaganda montada pelos bancos é muito forte. Esse aposentado, que teve um reajuste em torno de 6,5%, tem que lembrar que os planos de saúde aumentaram 11%. Apenas aí a renda dele já diminui. A partir do momento em que ele tira um empréstimo a 1,5%, 2%, 2,5% – não existe milagre –, o recurso sai da conta dele, e ele terá que pagar os juros. Ele tem que entender essa lógica, essa matemática. Eu vim do Rio Grande do Sul agora e perce-

bo que essa máquina de *marketing* dos bancos tem incentivado, e muito, os aposentados a avançarem o sinal e, conseqüentemente, entrarem numa situação de desespero. Por isso, cumprimento V. Ex^a. Tenho esperança ainda de que aprovemos uma lei que garanta ao aposentado receber pelo menos o percentual dado ao salário mínimo, que foi 15,38%. O plano de saúde aumentou 11%, o aposentado ganha de reajuste menos de 7% e ainda entra nessa corrida de incentivo ao empréstimo bancário, o que o deixa numa situação muito difícil. V. Ex^a faz este alerta e, por isso, meus cumprimentos. Lembro-me do tal plano de demissão voluntária que muito servidor público foi incentivado a fazer. Fez, recebeu algumas antecipações e, depois, ficou desempregado.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a. Fazer um pronunciamento defendendo o direito dos aposentados sem ouvir um aparte de V. Ex^a seria uma frustração. Graças a Deus, o meu pronunciamento está enriquecido.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador Ramez Tebet, alguns Parlamentares da Casa já tiveram a oportunidade de tocar neste tema, o que é muito positivo. Entretanto, V. Ex^a ocupar mais uma vez a tribuna para tratar desta realidade objetiva é essencial, porque, às vezes, a mecânica do trabalho legislativo, a mecânica das nossas próprias vidas acaba se encarregando de fazer esquecer um problema gravíssimo por que passam hoje milhares de pais e mães de família e de avós – muitos deles chefes de família –, que comprometem todo o orçamento familiar com esse tipo de política apresentado pelo Governo Lula como a redenção da economia nacional. Se, por um lado, há o aumento da taxa de juros – portanto, o aumento da riqueza para alguns poucos, o aumento do montante da dívida pública, o aumento do comprometimento da receita dos Estados, dos Municípios e do Governo Federal para jogar na lama da especulação acaba criando, como única possibilidade hoje, no País, o artificialismo do consumo via crédito consignado, sem imaginar absolutamente nada. Fico impressionada com a insensibilidade do Governo Federal de não montar... Várias vezes discutimos o assunto aqui. O Senador José Jorge inclusive encaminhou um requerimento ao Conselho de Comunicação Social, que trata do assunto. É inadmissível que o Governo não faça propaganda, não faça publicidade, dentro dos meios de comunicação, mostrando qual é a repercussão disso na vida das pessoas, especialmente de aposentados. Eu também, como V. Ex^a, conheço muitas pessoas que se endividaram para resolver o problema de um neto ou de um filho, e não têm mais como pagar. Pessoas que não

conseguem comprar seus remédios, não conseguem pagar o seguro-saúde, porque estão penduradas nos bancos, que acabam obrigando muitos aposentados a abrir uma conta, seduzem os aposentados a isso. E, quando ocorre essa abertura, significa o desconto em folha, como V. Ex^a disse, na boca do caixa. Isso é um escândalo. Parabenizo V. Ex^a. É inadmissível que uma economia nacional seja “artificializada” pelo crédito consignado, prejudicando especialmente as famílias mais pobres, que muitas vezes têm como única referência o salário de um aposentado. Portanto, parabéns a V. Ex^a.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, encerro, não sem antes dizer que recebo com alegria a solidariedade do aparte da Senadora Heloísa Helena, que lembrou ainda que não estou sozinho nessa parada, que outros Senadores já ocuparam a tribuna com a mesma preocupação, o que para mim é um alento e demonstra que não estou só nessa luta, que é uma prioridade desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a presença do ex-Presidente José Sarney, eu pediria permissão, Senador Ramez Tebet, para associar o pensamento de outro presidente da estatura de S. Ex^a. Trata-se de Abraham Lincoln, que disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”.

Acabamos de receber um documento comunicando que o Senador Efraim Morais fará uso da palavra por delegação da Liderança Parlamentar da Minoria, na sessão de 30 de maio.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem direito a cinco minutos, e, com a sensibilidade e compreensão do Presidente da Mesa, pelo que V. Ex^a representa de grandeza na Oposição e na Mesa Diretora, prorrogo por mais cinco.

Portanto, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, meu pronunciamento de hoje diz respeito à questão da universidade do meu querido Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais importantes sinalizadores do desenvolvimento, ou melhor, de um processo de desenvolvimento social é a existência de centros de estudo e pesquisa bem implantados no coração da Nação. E o mais importante desses centros é a universidade, com sua diversidade cultural, sua pluralidade, seus debates internos, seu diálogo com a sociedade e sua permanente capacidade de renovação. Nas universidades se faz ciência e tecnologia; discute-se o passado e molda-se o futuro.

Sr. Presidente, contrariando esse “quase axioma”, a Paraíba enfrenta hoje, infelizmente, uma situação de atraso socioeconômico e de regressão no ensino superior, cuja superação impõe uma atuação decisiva do Governo Federal.

É preciso que a Paraíba recupere sua outrora destacada posição de centro universitário no Nordeste. Para tanto, devemos promover uma grande expansão do sistema de ensino superior no Estado. Só assim poderemos falar de projeto de desenvolvimento para o Nordeste e a Paraíba.

A realidade é que não é sensato esperar que tal expansão se faça pela rede privada ou pelas Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais ou municipais. A população e os poderes públicos locais não dispõem de condição econômico-financeira compatível com os investimentos necessários. Na verdade, a responsabilidade do Governo Federal com a educação superior pública e gratuita é mandamento constitucional, imperativo crítico no caso de um Estado pobre como a Paraíba.

Obviamente, a rede privada de ensino superior da Paraíba vai continuar se expandindo, mas em ritmo insuficiente para as necessidades do nosso povo. O baixo nível de renda da população é um sério fator limitante, como demonstra a recente evolução das matrículas nas instituições de ensino superior privadas paraibanas, que cresceram 183%, no período 1995-2003. Enquanto isso, o crescimento geral nas instituições de ensino superior nordestinas foi de 231%. Além disso, a rede privada responde por 32% das matrículas no ensino de graduação na Paraíba, e por 46% no Nordeste, em geral. Há que haver solução pelo sistema público federal para suprir as demais matrículas e propiciar a expansão no ritmo imposto pelo crescimento da demanda.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, o sistema público federal de ensino superior do País está entrando em nova fase de expansão. A Paraíba deve se beneficiar dessa fase, como já o fez no período 1970-1980. Para tanto, temos que ter um bom projeto de desenvolvimento educacional, e ser ousados e eficientes na concepção de nossa proposta e nos encaminhamentos políticos necessários.

A Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande passarão, certamente, por um importante processo de expansão no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Isso é indispensável para a consolidação qualitativa acadêmico-científica do sistema de ensino superior no Estado. O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de nosso Estado também colabora nesse processo.

É prudente, contudo, reconhecer que não basta o desenvolvimento e expansão dessas instituições federais. Apenas com elas, a Paraíba não granjeará o salto quantitativo e qualitativo que precisa em sua educação superior. À luz da história do ensino paraibano e da atual situação cultural, econômica, social e política, impõe-se a criação de uma nova universidade federal na Paraíba: a Universidade Federal do Sertão Paraibano. Este é o bom e ousado projeto que propomos para meu Estado e que lhe resgatará a posição de vanguarda na qualificação de terceiro nível.

A Universidade que propomos deverá ter oito centros acadêmicos, abarcando todas as áreas do conhecimento – ciências sociais, humanas, exatas, da saúde e tecnológicas –, distribuídos em oito ou mais cidades do sertão paraibano. Sua abrangência geográfica e acadêmica lhe dará o perfil dos melhores centros de excelência do País.

Essa nova universidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atenderá diretamente a população de uma vasta área territorial, compreendendo todo o sertão paraibano, numa região que engloba 83 municípios e uma população de cerca de 900 mil habitantes, ou seja, 25% dos paraibanos. Na verdade, sua abrangência não se limitará aos rincões da Paraíba, mas alcançará também cidades sertanejas dos Estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, totalizando uma população de pelo menos duas vezes a do sertão da Paraíba.

Sr. Presidente, a principal população alvo do ensino superior é a da faixa dos 18 aos 24 anos. Em consequência, estimamos que nossa nova universidade terá uma demanda inicial mínima de 48 mil alunos, o que a torna, desde o nascedouro, uma das maiores universidades públicas do País.

Há, ainda, outros argumentos de peso em favor da criação da Universidade do Sertão Paraibano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a estimativa de concluintes do ensino médio na Paraíba, em 2005, é de 35 mil alunos. Se somarmos a esses os reprovados nos vestibulares passados, teremos uma demanda efetiva provável de 110 mil vagas no ensino superior paraibano. Ocorre que, hoje, a oferta não chega a 20 mil vagas, o que demonstra a inviabilidade do atendimento da demanda atual. E a permanecer a presente taxa de crescimento da oferta, inferior à taxa de aumento da procura por matrículas, teremos o colapso do sistema em curto espaço de tempo. Chegaremos ao absurdo de viver em um País carente de mão-de-obra qualificada, que não é capaz de oferecer vagas em escolas na quantidade suficiente para atender aos reclamos de formação de nossa juventude.

Sr. Presidente, a implantação da Universidade Federal do Sertão Paraibano poderá ser feita em sete anos, de modo a consolidá-la e torná-la viável do ponto de vista orçamentário e financeiro. Ao cabo desse período, estimamos que a universidade esteja atendendo a 25 mil alunos de graduação e pós-graduação, com 1.200 professores e 2.300 servidores técnico-administrativos. Após esses sete anos iniciais, a universidade estará apta a ingressar em ciclo de expansão e desenvolvimento rumo a um alunado de, pelo menos, 50 mil pessoas. Estará, então, completando sua maturação e oferecendo à Paraíba, ao Nordeste e ao País um centro de excelência acadêmica à altura das necessidades nacionais.

A implantação da referida universidade representará...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...um marco histórico no encaminhamento da questão educacional e na busca da superação do subdesenvolvimento do sertão paraibano. Trata-se de uma instituição estratégica para o crescimento sustentável da região.

A Paraíba, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisa ser mais eficiente na solução do progressivo esvaziamento econômico da sua região sertaneja. O momento não poderia ser mais favorável, quando se vislumbra a regularização da oferta de água, a construção da ferrovia transnordestina, a refundação da Sudene e diversos outros projetos promissores para o Nordeste e a Paraíba.

Com todos esses novos projetos, abrem-se perspectivas de desenvolvimento nas atividades agropecuárias, agroindustriais e terciárias da região, com reflexos positivos para a economia paraibana e nordestina. A Universidade Federal do Sertão de Paraibano poderá ser a mola propulsora desse processo, como provedora de educação superior de qualidade e geradora e difusora de ciência e tecnologia adaptada à região.

Como se vê, Sr. Presidente, a nova universidade trará inúmeros benefícios na área social, cultural, acadêmico-científico e tecnológica. Os efeitos econômicos daí decorrentes serão de grande monta para toda a região envolvida.

As ações do Ministério da Educação com vistas à expansão do sistema federal de ensino superior vêm ao encontro das expectativas da Paraíba de ver criada e funcionado sua universidade sertaneja.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Esperamos que o Governo Federal seja sensível ao justíssimo pleito de meu Estado.

Agradeço, Senador Mão Santa, a tolerância de V. Ex^a, mas se trata de assunto de maior importância para a minha querida Paraíba, porque se faz necessária à expansão da Universidade Federal da Paraíba, ou melhor, da Universidade Federal de João Pessoa e Universidade Federal de Campina Grande. Eu tenho certeza de que a solução é dar oportunidade a quem mais precisa, que são os irmãos sertanejos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, quero afirmar que a minha tolerância foi muito menor do que o desejo do povo da Paraíba em ouvi-lo.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT do Estado de Roraima, em substituição ao orador inscrito Senador Wirlande da Luz.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde (OMS) está seriamente preocupada com uma das mais graves doenças do século XXI: a obesidade.

Se medidas preventivas apropriadas não forem tomadas imediatamente, as perspectivas que se apresentam para este século indicam que mais pessoas morrerão por excesso do que por falta de comida, inclusive no Brasil, conforme pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A excessiva acumulação de gordura no corpo é um problema que está atingindo tanto os países mais ricos como as camadas mais pobres das populações dos países em desenvolvimento.

A Associação Internacional para Estudo da Obesidade estima que 30% da população dos Estados Unidos é obesa e que uma das conseqüências diretas dessa epidemia é uma perda anual de 4 bilhões de dólares, em decorrência de queda na produtividade da economia americana.

Dos anos 80 aos dias atuais, as taxas de obesidade triplicaram nos Estados Unidos, Reino Unido, Europa Oriental, Oriente Médio, Austrália e China.

As estatísticas brasileiras não nos fornecem informações fidedignas sobre obesidade. No entanto, todos os fatores sociais que nos rodeiam indicam que caminhamos na mesma direção dessas regiões mais ricas, apesar de também convivemos com a subnutrição crônica, confirmando nossa condição de país das grandes e cruéis desigualdades.

O endocrinologista Walmir Coutinho, chefe do Grupo de Obesidade e Transtornos Alimentares, afirmou à revista **Veja**, de 30 de junho de 2004, que “na favela tem mais obeso do que desnutrido”, o que comprova a complexidade, a gravidade e a extensão social desse problema.

Não estamos, de modo algum, negando a importância nem a prioridade de programas contra a fome, pois não podemos admitir o escândalo de, em pleno século XXI, ainda existir fome num País que é um verdadeiro celeiro da humanidade e grande exportador de alimentos.

Estamos, sim, preocupados com a saúde e bem-estar da população brasileira, que está sendo constantemente atingida pelos problemas da obesidade, inclusive a chamada obesidade mórbida.

As estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam a existência de mais de um bilhão de adultos acima do peso, dos quais 300 milhões são considerados clinicamente obesos.

No Brasil, são quase 39 milhões de adultos com excesso de peso, dos quais 10,5 milhões são considerados obesos, sem contar as crianças e adolescentes, pois o IBGE não incluiu a população com idade inferior a vinte anos.

Essa é outra grande preocupação, em termos de saúde pública, pois a atual população de jovens está sendo educada, ou talvez deseducada, com hábitos alimentares não saudáveis, que incluem muitos hambúrgueres, doces, sorvetes e outros alimentos com elevados índices de gordura e de açúcar.

Sr. Presidente Mão Santa, infelizmente, estamos preparando as condições para o surgimento de enfermidades graves como diabetes **mellitus** tipo II, doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, algumas formas de câncer e doenças ósseas.

É realmente preocupante o futuro da nossa juventude, por ela não incorporar hábitos saudáveis, como exercícios físicos e alimentação adequada, incluindo frutas, verduras, alimentos integrais e não gordurosos.

A obesidade pode ser diagnosticada facilmente pelo Índice de Massa Corporal, IMC, que é obtido pela divisão do peso em quilogramas pelo quadrado da altura da pessoa.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico, cidadão e homem público, sinto-me na obrigação de pedir a colaboração de todos os membros desta Casa, do Congresso Nacional e do Poder Executivo e de todos quanto têm responsabilidade pública, para que trabalhem efetivamente no sentido de combater o problema da obesidade, que poderá, neste século XXI, matar mais que muitas

guerras, que o trânsito caótico, que o narcotráfico e outras calamidades.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Estou ouvindo com atenção e com certa preocupação a exposição de V. Ex^a nesta tarde, quando revela o número assombroso de brasileiros já acometidos de obesidade: quase 40 milhões de pessoas. Isso, de fato, é uma preocupação nacional. É importante que o próprio Governo cuide disso. Fazendo uma avaliação da minha própria vida – eu que tive oportunidade de frequentar universidade, de visitar escolas e de visitar o Congresso Nacional –, pude observar que são raras as famílias brasileiras que se preocupam em consultar um nutricionista, um profissional da área para avaliar se a sua dieta normal é adequada, se não é causadora de distúrbios inúmeros, entre eles o da própria obesidade. Vimos há pouco tempo uma matéria divulgando a situação preocupante em que vivem os americanos, naturalmente em decorrência da dieta extravagante que ali é praticada. Seguramente essa situação se repete aqui no Brasil. Se temos um número tão elevado de pessoas com obesidade é porque as famílias, as pessoas não tiveram a preocupação, na sua grande maioria, salvo as exceções, de consultar um nutricionista ou profissional habilitado para a indicação adequada e correta da sua forma de se alimentar. Isso é preocupante. Com uma alimentação adequada, naturalmente, preserva-se mais a saúde. E a medicina preventiva fica mais barata para o Estado do que a curativa. V. Ex^a tem razão, é médico, é da área, compreende isso muito bem e coloca com propriedade a questão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Enriquece muito a minha fala a sua observação, Senador.

É obrigação de todos nós trabalhar para reduzir e eliminar as causas e efeitos deletérios da obesidade, que deve ser combatida a partir da infância com medidas educativas a favor de hábitos alimentares saudáveis, que devem ser ensinados e mantidos desde os primeiros anos de vida de nossas crianças, para que possamos ter um País com mais saúde e com um futuro mais promissor.

Trabalhar pela melhoria do bem-estar e da saúde de todos os brasileiros é obrigação de todos os cidadãos, principalmente daqueles que detêm maior poder econômico, político ou social: não é apenas obrigação dos médicos e dos profissionais da área de saúde. Essa é uma obrigação dos meios de comunicação social, dos jornais, das rádios, das emissoras de televisão; é obri-

gação de todas as igrejas, dos professores de todos os níveis, das escolas, das universidades, do Conselho de Comunicação Social e de todos que têm compromisso com a construção de um Brasil desenvolvido.

O Professor Kenneth Cooper, criador do famoso “Teste de Cooper”, afirma – como o Sr. Senador acabou de dizer – que é mais barato e eficiente manter a boa saúde do que recuperá-la depois de perdida. Daí a importância de praticar esportes e levar uma vida mais saudável, com uma alimentação mais adequada.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos perfeitamente que o combate efetivo à obesidade não é tarefa fácil nem de curto prazo, pois requer mudanças de hábitos sociais e comportamentos mais saudáveis. As mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas contribuíram fortemente para o aumento do número de pessoas obesas, atingindo indivíduos de todas as idades e classes sociais e representando uma verdadeira epidemia.

O Brasil não adotou ainda uma atitude firme em relação à obesidade. Existem algumas recomendações do Ministério da Saúde e de instituições médicas sobre o assunto. No entanto, ainda temos uma postura muito tímida em relação a um problema tão grave no tocante a muitas vidas que podem ser perdidas.

A nossa atitude em relação ao cigarro é muito firme e uma das melhores que há no Brasil no que tange ao combate ao hábito de fumar. Mas, no que diz respeito à obesidade, estamos engatinhando. Precisamos adotar uma política mais afirmativa quanto a essa questão, utilizando principalmente os meios educativos, a rede de emissoras de televisão governamental – a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, a Radiobrás, além de emissoras de rádio do setor público – poderia fazer muito mais por uma causa tão importante e meritória, salvando vidas e melhorando a saúde da população brasileira.

Deixo aqui o meu apelo para que todos possamos contribuir para missão tão importante.

Finalmente, eu gostaria de aqui relembrar as recomendações da Organização Mundial de Saúde para um combate mais efetivo à obesidade que servem para todos os brasileiros, de todas as idades, inclusive para mim: redução de alimentos muito energéticos e ricos em gorduras saturadas; redução de açúcar; diminuição da quantidade de sal na dieta; aumento do consumo de frutas e verduras frescas; prática de atividade física moderada durante, pelo menos, uma hora por dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedemos a palavra ao orador inscrito Senador

Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentei agora me comunicar com o Senador Delcídio Amaral, que está presente no Senado Federal, na sala da Liderança do Governo, do Líder Aloizio Mercadante. Pensei em informá-lo deste meu discurso até porque vi nos jornais de hoje que S. Ex^a fará um pronunciamento amanhã de análise do meu procedimento na última quarta-feira. Fiz questão de estar aqui hoje pensando que fosse oportuno e próprio, caso ele desejasse falar hoje.

Li aqui a matéria publicada no jornal **Valor Econômico** de hoje, que menciona: “Aliados pedem a Lula que assuma a articulação política” Legenda da foto de Delcídio Amaral: “Delcídio: Senador fará discurso no plenário acusando Suplicy de ter ignorado acordo entre a bancada e os dirigentes petistas”.

E diz aqui:

(...) Líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, fará um discurso no plenário que deixará Suplicy em situação delicada. Ele contará que os dirigentes do PT deram autorização para que cinco Senadores do Partido assinassem o requerimento de criação da CPI cinco minutos antes do encerramento do prazo regimental, desde que essas assinaturas não alterassem o quadro político. Suplicy ignorou o acordo. “Foi o Waterloo de Suplicy”, disse o líder.

Eu quero aqui reiterar, Sr. Presidente, as palavras que pronunciei naquela quarta-feira. Primeiro, do meu respeito pelo Senador Delcídio Amaral, de como votei nele para Líder, como continuei a confiar nele como Líder. Ele deverá exercer a liderança, para a qual o escolhemos, durante todo o ano. Ele me disse, na quarta-feira, depois da minha decisão, que não teria outra alternativa senão a de deixar o cargo de Líder. E eu lhe transmiti: de maneira alguma, você deve continuar como Líder, eu assumo inteiramente a minha decisão de ter assinado o requerimento de CPI. Inclusive reconhecendo que, naquela tarde, considerando a ponderação do Senador Aloizio Mercadante para nossa Bancada, quando ele disse que, se nós seis – eu, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko e Flávio Arns – considerávamos que era uma questão tão importante para nós, uma questão de consciência, assinar o requerimento de CPI, então poderíamos deixar um documento pronto para ser entregue à Mesa alguns instantes antes da meia noite, com a nossa assinatura, desde que ficas-

se comprovada a inevitabilidade da existência da CPI. Ou seja, desde que não se conseguisse o número de assinaturas necessário para inviabilizar a CPI, sobretudo na Câmara dos Deputados, caso não se tivesse alcançado 171 assinaturas ou um terço.

Aconteceu que, ao longo daquele dia, tantos os fatores foram que me levaram a tomar essa decisão. Inclusive, em artigo para o **Jornal do Brasil** e para a **Folha de S.Paulo** de ontem, expliquei muitas dessas razões.

Vou ler e comentar o artigo que escrevi para a **Folha de S.Paulo**, a qual considerou suficientemente importante para destacar na primeira página:

Assinei a CPI dos Correios na quarta-feira e penso que o mais importante agora é garantir que ela seja realizada da maneira mais séria, isenta, responsável e eficaz. É a melhor maneira de atender ao propósito expresso pelo Presidente Lula, transmitido à nossa bancada do PT no Senado: o de apurar firmemente todas as ações de corrupção e todos os seus responsáveis.

Isso logo depois de termos tomado aquela decisão. Mas, ainda estávamos reunidos quando o Senador Aloizio Mercadante atendeu ao telefonema do Presidente Lula, lá da Coréia, em Seul. E o Presidente Lula soube do resultado da nossa reunião, mandamos um abraço solidário a ele. Todos estamos interessados em defender o seu Governo.

E quero aqui assinalar, Sr. Presidente: desde o início do Governo Lula, votei favoravelmente a todas as suas proposições, a todas as indicações, nunca descumprí. E o fiz porque achava que assim deveria ser feito e porque acredito que as coisas, segundo o que ele tem apresentado, são, no melhor sentido de defesa, do interesse público. Quando, por exemplo, houve o episódio em que o PT avaliou que a Senadora Heloísa Helena, por muitos dos seus dirigentes e do Diretório Nacional, não poderia mais permanecer porque tinha votado contrariamente à reforma da Previdência, eu votei favoravelmente à reforma da Previdência. Discordei no diretório de que ela deveria ser expulsa, preferiria que ela continuasse entre nós, mas em todos os episódios – só quero registrar isso – votei favoravelmente.

Pois bem, disse o Presidente Lula que era o seu propósito apurar firmemente todas as ações de corrupção e todos os seus responsáveis, quaisquer que fossem eles.

A preocupação dos membros do Diretório Nacional do PT, que orientaram os Deputados Federais e os Senadores a não assinar o re-

querimento, era a de que nossos opositores no Congresso Nacional usariam a CPI para desestabilizar o Governo, paralisar a administração pública e até os trabalhos do Congresso Nacional. É claro que esse risco existe, já que muitos da Oposição têm tido esse tipo de atitude.

V. Ex^a sabe quantas das vezes nós vemos aqui atitudes que poderiam, se levadas a um exagero sistemático, tentar inviabilizar até o Congresso Nacional de votar projetos. Felizmente, aqui no Senado, em muitas ocasiões, em que pesem todos os curtos-circuitos havidos, o bom senso prevalece e os nossos trabalhos continuam com a votação de importantes matérias.

Entretanto, penso que isso dependerá muito da própria atitude do Presidente Lula, de seus ministros, de seus líderes e parlamentares da base de apoio, de colaborar para que a CPI possa realizar um trabalho bem feito, coisa que, certamente, espera de nós o povo brasileiro.

Eu quero aqui ressaltar o que mostrou a imprensa hoje. Noto que as declarações do Presidente Lula são exatamente as de que a base do Governo deve estar cooperando com a realização da CPI, da forma tal como eu estou aqui propondo. E o próprio Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Silvinho Pereira, afirmou hoje que ele acredita que a CPI deve realizar-se de maneira serena, como a que eu próprio aqui assinalo.

Tivemos nas últimas décadas exemplos de CPIs que cumpriram os seus propósitos. Em 1992 e 1993, as CPIs para investigar os atos de PC Farias, ex-tesoureiro da campanha do Presidente Collor de Melo, e para investigar as ações e irregularidades relacionadas ao Orçamento da União, foram exemplares.

A primeira desencadeou a memorável Campanha por Ética na Política, que concluiu com o afastamento do Presidente da República. A segunda concluiu responsabilizando inúmeros parlamentares que perderam seu mandato. O povo se sentiu de alma lavada e avaliou que o Congresso estava cumprindo com seus deveres constitucionais.

Há casos de CPIs, entretanto, em que são criadas todas as dificuldades. Foi o que aconteceu recentemente na CPI do Banestado. Foram tantos os desentendimentos entre o Presidente, Senador Antero Paes de Barros (PSDB – MT), e o Relator, Deputado José

Mentor (PT – SP), que cada um produziu um relatório final, e nenhum dos dois foi aprovado pelo Plenário da comissão. Ambos acabaram sendo enviados para o Ministério Público e até agora não sabemos exatamente quais são as conclusões principais dessa CPI.

Esses episódios precisam ser lembrados para que o governo e a oposição ajam bem na escolha dos membros da CPI. Há inúmeros senadores e deputados que, por sua experiência e história, merecem o respeito de todos para ocupar a presidência e a relatoria. O Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), já avisou que obedecerá à tradição e ao regimento, designando o presidente da base de apoio ao Governo e o relator da Oposição ou vice-versa.

Esta CPI, que tem por base as gravações publicadas inicialmente na revista **Veja**, e que indignaram toda a Nação [inclusive o Presidente], cita pessoas que estão no Congresso Nacional. Isso obviamente a justifica. É preciso assegurar todo o direito de defesa a elas, mas não há dúvida de que o caso envolve complexidade suficiente que o Congresso, além da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da República e do Ministério Público possam colaborar entre si para apurar os atos irregulares e seus atores.

Ao assinar o requerimento, tomei a decisão que minha consciência determinou. Pela primeira vez em 25 anos de história do PT, agi em desacordo com a orientação do Diretório Nacional e com a decisão da maioria de minha Bancada. Naquela oportunidade, não houve deliberadamente fechamento de questão e, com a anuência dos Líderes, nós seis que éramos a favor – Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko e eu – estávamos autorizados a entregar a nossa assinatura no requerimento de CPI instantes antes do prazo final, desde que constatada a sua inevitabilidade.

Tudo que se passou ao longo das últimas semanas, inclusive na última quarta-feira, ao receber a comunicação de apoios por minha assinatura vinda de todos os lugares do Brasil, sobretudo da enorme base petista que tanto contribuiu para me eleger Senador, levou-me à decisão de assinar a CPI.

Comuniquei que o faria aos meus dois colegas, Paulo Paim e Cristovam Buarque, que estavam aqui, a quem entreguei o documento com as seis assinaturas. Recomendei que consultassem os demais, pois poderiam querer seguir o mesmo caminho.

O Ministro José Dirceu, que comigo requereu a CPI sobre os atos de PC Farias e também trabalhou na CPI do Orçamento, afirmou, de maneira respeitosa, que sou *hours concours*, que se trata de uma questão de consciência – o que é verdade – e que eu seria estranho, que sou estranho. No dicionário isso quer dizer “fora do comum”, “desusado”, “novo”, “anormal”. Quando ele era dirigente, responsável por minhas campanhas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a fique à vontade porque já consultei o Plenário – que é soberano – e determinou que o Presidente liberasse o tempo para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quando o Ministro José Dirceu era dirigente responsável por minhas campanhas majoritárias, ele aprovou os motes criados pelo querido publicitário, falecido, Carlito Maia, criador de OPTeI e de tantas coisas importantes na história do PT. Esses motes diziam palavras como: Experimente Suplicy! Ele é diferente de tudo o que está aí. Pintou limpeza! É Eduardo Suplicy que o Senado precisa.

Ou seja, quem sabe os adjetivos de José Dirceu estejam consistentes com a história do que ele mesmo aprovou que fosse adequado?

Minha decisão, portanto, levou em conta tudo o que o Presidente Lula e todos nós do PT defendemos nesses 25 anos. E a tomei considerando as razões que fizeram o PT propor ao povo de São Paulo que me elege-se Senador em 1990 e novamente em 1998.

Sr. Presidente, queria transmitir algo aos meus companheiros de Partido. A minha decisão está sendo confirmada como a mais correta, pelo que percebo por toda parte. Eu os convido a sair comigo pelas ruas, como fiz ontem na Parada Gay em São Paulo, onde havia 1 milhão e 800 mil pessoas nas ruas.

Resolvi percorrer com aquela multidão, das 13h30 às 19h30, desde o Masp na Avenida Paulista até a Igreja da Consolação. Por todas as partes, a cada poucos metros que andava, era interrompido. Era difícil caminhar sem receber cumprimentos efusivos das pessoas. Elas me cumprimentavam e batiam palmas exatamente pela decisão que tomei.

Quando fui comprar um remédio na farmácia, o farmacêutico me cumprimentou; o vizinho da janela apareceu dizendo que estava orgulhoso do seu Senador, seu vizinho; a professora de ginástica e as pessoas, no parque, hoje pela manhã, na pracinha onde faço os meus exercícios às 6h45min, vieram interromper a minha ginástica para dar os parabéns; no avião – e estava o Deputado Luiz Eduardo Greenhaug ao meu lado – pessoas vieram me cumprimentar.

Chegaram até há pouco 1.140 mensagens no meu Gabinete, Sr Presidente. Há algumas, talvez entre 10 ou 15 – amanhã irei relatar no fim do dia quantas mensagens – disseram que eu não fiz bem, mas muito mais do que mil mensagens disseram que eu tomei a decisão correta. Sobretudo, são pessoas do PT que assim dizem. Pessoas que não são do Partido, mas também tantas pessoas das centrais de movimentos populares, do MST, dos movimentos pela moradia, de tantos lugares vêm me dizer de como avaliam que agi corretamente.

Também quero dizer uma palavra a um Senador, por quem tenho o maior respeito e amizade e que por mim tem demonstrado também o maior respeito. S. Ex^a sempre age da forma mais aberta. Refiro-me ao Líder do Partido de V. Ex^a, o PMDB.

É fato que eu mencionei que uma das razões que me levaram à decisão foi inclusive o que eu ouvi, porque todos se lembram de que aqui terça-feira à noite nós terminamos a sessão plenária às 21 horas. Tínhamos um jantar para o qual eu fui convidado, onde estavam doze Senadores, na Embaixada da China. Perante o Embaixador da China, na mesa, o Senador Ney Suassuna, assim da forma mais amável, de bom-humor, digamos, engraçado, fazia uma descrição de como era o nosso Partido, cheio de tendências, com mais de quinze tendências. Até mencionou, segundo S. Ex^a, não sei se a Senadora Heloísa Helena o informou, que o P-SOL já teria nascido também com umas quinze tendências. Não sei se é verdade. Mas no nosso PT nós sabemos que há até mais.

Daí S. Ex^a começou a comentar de como era o Governo, com certas particularidades e características. Mencionou como inúmeros Senadores tinham tido compromissos assumidos com o Governo e que o Governo muitas vezes demorava em atender. E por essa razão, subentendi, havia tantas dificuldades em obter a votação em apoio.

Eu noto que o Senador Ney Suassuna hoje disse: “Ah, o Senador Suplicy parece que não entende que as coisas são assim”.

Bom, eu quero transmitir, com muito respeito e amizade, ao Senador Ney Suassuna que eu de fato acredito ter sido convidado para ingressar no PT porque no meu entendimento os Senadores, os Deputados Federais, os Parlamentares normalmente devem votar a matéria por causa do mérito...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode ficar à vontade. Se houve tolerância anteriormente, a Mesa será tolerante com as palavras de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Apreendi, na minha vida política, desde Deputado Estadual, Federal, Vereador, Presidente da Câmara e Senador desde 1990, que o adequado, o correto é apreciarmos o mérito de cada matéria, de cada projeto de lei, de cada emenda, de cada projeto de resolução, de cada nome indicado para ser Embaixador, Chefe de missão diplomática, membro da Aneel, da ANP ou do Cade, tudo por causa do mérito das questões que defendem ou do conteúdo do projeto, e não pelo fato de ter sido designado por determinada recomendação de Senador, de Deputado, nem em face de ter sido liberada determinada verba.

Senador Ney Suassuna, compreendo as coisas diferentemente. O Governo sabe que não tenho um nome sequer em Ministério ou não há um dirigente de empresa que esteja lá porque eu tenha indicado.

Recentemente escrevi um artigo elogiando o Ministro Gilberto Gil, mas, quando saiu Ana Fonseca, também a elogiei. Contudo, nenhuma pessoa está lá porque eu disse que deveria estar. Não há um nome no Governo que esteja lá, não há tampouco nenhum pedido de registro, seja quando o Presidente era José Sarney, ou Fernando Collor de Mello, ou Itamar Franco, ou Fernando Henrique Cardoso ou o Presidente Lula, em decorrência de “Por favor, libere essa verba ou emenda, ou confirme tal pessoa em tal lugar, porque senão não voto mais em qualquer...”

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, com toda esta problemática da CPI, está ocorrendo a oportunidade de o Presidente Lula dizer: “Meus caros Congressistas, meus caros Deputados e Senadores, vamos aqui criar uma sistemática, vamos votar o mérito das questões, o mérito da pessoa designada para esta ou para aquela função. Vamos votar cada projeto de lei, cada emenda à Constituição em função do que entendemos ser mais correto, e não porque foi designada tal e qual pessoa para uma Diretoria da Petrobras, ou da empresa de Correios, ou do IRB ou do que quer que seja”. Pelo menos é essa a compreensão que tenho do que seja a função de cada um de nós no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a pode guardar essa sua solicitação, o seu pedido, porque ele nunca voltará a ser o meu Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, quem sabe posso estar sendo um pouco ingênuo, puro, inocente, mas tenho certeza de que o povo brasileiro gostaria que cada um de nós,

Senadores, agíssemos dessa maneira. E eu vim aqui para agir assim.

Então, se há necessidade de o PT fazer alianças e precisar proceder desta maneira, proponho ao Presidente Lula, da forma mais construtiva e amiga: vamos mudar isso; a oportunidade está aqui, está dada por esta circunstância.

Senador Paulo Paim, transmiti aqui tudo como se passou.

O Senador Cristovam disse algo que o Presidente José Genoíno repetiu: “Ah, o Senador Suplicy agiu por questão de *marketing*, ainda mais porque – vejam só – se aproximava das 20 horas, hora do Jornal Nacional”. Ora, por que razão eu agi naquele horário? Porque estava chegando o momento de encerrar a sessão. Eu era o último Senador inscrito. Aguardei o pronunciamento do Senador Pedro Simon, que me tocou profundamente. S. Ex^a disse à certa altura – e os Senadores Paulo Paim e Heloísa Helena estavam aqui: “Eu quero falar como amigo de vocês, do PT”, algo assim. Eu disse: “Senador Pedro Simon, lembro-me da época em que o MDB e o PMDB tinham tamanha força, e eram apoiados pelo povo brasileiro”. Eles tinham uma força extraordinária. Aos poucos, foram deixando de levar em conta certos valores. Foram tolerantes aqui e acolá, e uma série de coisas foi ocorrendo, esvaziando a força do Partido. S. Ex^a então disse: “Eu quero transmitir a vocês, amigos do PT, que não permitam que isso ocorra com o seu Partido”. Pois bem. Isso também mexeu comigo. Muitas coisas mexeram comigo.

A partir do momento em que foi dada a notícia no *blog* de Ricardo Noblat de que os Senadores Delcídio Amaral e Aloizio Mercadante tinham informado que, na Bancada do PT composta por 13 Senadores, 7 votaram para que não fosse assinado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...e mesmo Senadores como Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Cristovam iriam respeitar. Eu realmente tinha tomado a decisão de respeitar a decisão da maioria, mas, ao longo daquele dia, chegaram muitas mensagens. Podem observar o *blog* do Ricardo Noblat com 40 comentários, altamente destruidores a minha pessoa e a dos outros Senadores.

Gostaria, inclusive, de agradecer por esses comentários porque isso foi como um despertar, uma luz para eu tomar essa decisão, e digo com toda a sinceridade – e quero fazê-lo pessoalmente ao Ministro José Dirceu, ao Ministro Aldo Rebelo, ao Presidente José Genoíno, a todos os Deputados Federais e Senadores de meu partido e aos meus companheiros no Senado...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, antes de mais nada, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente Mão Santa que lhe conceda mais cinco minutos. Este discurso está fazendo bem ao Senador Eduardo Suplicy, ao País pelo que S. Ex^a representa, pois está prestando contas à sociedade, ao seu Partido, dos motivos que o levaram a tomar a atitude de assinar aquela CPI na quarta-feira. É evidente que apenas um fato justificaria a atitude: o Governo autorizar os companheiros assinarem o documento de instalação da CPI desde que não houvesse mais efeito prático, porque a CPI era inevitável. Aí seria induzi-lo a uma farsa. Mas quem conhece o Senador Eduardo Suplicy sabe que S. Ex^a jamais aceitaria participar de um ato que não fosse motivado pelas suas convicções e, acima de tudo, por aquilo que a sua consciência estaria mandando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a vai pagar um preço alto por isso. V. Ex^a foi consciente desse fato, ao dizer que estaria em jogo o seu futuro político. As coisas acontecem assim. Não é a primeira crise com que o Partido de V. Ex^a convive. Penso apenas que algumas questões são dispensáveis, como a maneira jocosa e desrespeitosa com que o Ministro José Dirceu, seu colega de Partido, tratou V. Ex^a perante milhões de brasileiros na televisão, dizendo que V. Ex^a era diferente e que a questão de V. Ex^a era outra coisa. Pela tradição, pelo serviços prestados ao Partido, V. Ex^a deve merecer mais respeito por parte dos companheiros. Entretanto, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre. V. Ex^a pode ficar tranquilo, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gostaria de pedir permissão, atendendo à solicitação do Senador Heráclito Fortes, aos que estão inscritos, ou seja, a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha e Paulo Paim, para que o Senador Eduardo Suplicy prossiga. Fica a critério dos Srs. Senadores, se considerarem conveniente, eu poderia deixá-lo prosseguir ou encerrar o tempo. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente, em atenção a todos os Senadores inscritos.

Agradeço a palavra do Senador Heráclito Fortes.

Há muitos momentos da história do PT e do Brasil em que estive ao lado do Ministro José Dirceu, não apenas no episódio em que eu e ele, juntos, ouvimos Pedro Collor de Mello e, em minha residência, escrevemos o requerimento de CPI. Também durante a CPI do Orçamento, participamos juntos; durante a campanha das Diretas Já, em 1983, 1984, em que me empenhei bastante, também como ele, que foi um dos coordenadores daquela campanha. Então, sabe o Ministro José Dirceu da estima que tenho por ele. Ele sabe que, algumas vezes, expressei opiniões diferentes da dele, ou da Senadora Ideli Salvatti. No ano passado, a Senadora Ideli Salvatti ficou brava comigo quando falei que seria interessante que o Ministro José Dirceu tivesse vindo aqui. Não era para a CPI; seria apenas para prestar esclarecimentos. Tenho certeza de que ele teria se saído muito bem, teria desanuviado o ambiente aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Agora eu também tenho uma opinião divergente da dele, mas tenho certeza de que ele age de acordo com o que acredita ser para o bem do Presidente Lula e do PT, e eu também assim o faço.

Senador Paulo Paim, com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe, mais do que ninguém, o quanto o respeito e como lhe tenho um grande carinho. Alguns Senadores diziam-me para não fazer o aparte. Mas, em contribuição ao desabafo de V. Ex^a, esclareço-lhe que votei contra o salário mínimo. Avisei ao Presidente Lula, na frente de 13 Ministros, de que eu não votaria a favor do salário mínimo de R\$260,00. E assim o fiz. Alertei a toda a Bancada – e V. Ex^a estava junto – que eu não acompanharia o voto favorável àquele valor. O meu voto foi o único da Bancada naquela situação. Respeito sua decisão, mais do que V. Ex^a possa imaginar, mas, infelizmente, não há como não falar. Eu não dormiria bem com a minha consciência se não falasse com V. Ex^a neste momento. Onde está a discordância? V. Ex^a inclusive viajaria às seis horas da tarde – estou relatando os fatos – e já tinha a passagem comprada. Foi a meu pedido que V. Ex^a não viajou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu disse a V. Ex^a: “Senador Suplicy, existe uma decisão da Bancada, de uma questão de convicção nossa, já que per-

demos de seis a sete e somos contra a CPI, de que possamos encaminhar à Mesa a assinatura dos seis Senadores que perderam na Bancada.” V. Ex^a, de forma muito equilibrada, disse que a unidade da Bancada estava em primeiro lugar. V. Ex^a inclusive entregou-me um cartaz, quando o Senador Aloizio Mercadante falava com o Presidente Lula depois da nossa decisão, no qual estava escrito: “Diga ao Presidente que a decisão foi em solidariedade a ele.” V. Ex^a é testemunha desses fatos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sim. Mandeí um abraço solidário ao Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

Conversamos aqui no plenário. O seu gabinete fez esse documento. Não fui eu que fiz. Então, a situação que estamos enfrentando é delicada e desgastante para todos nós. Esse documento foi feito no seu gabinete. V. Ex^a me perguntou se eu queria assinar em primeiro lugar ou em segundo, e respondi que, para mim, tanto fazia. Assinei em primeiro lugar, V. Ex^a assinou em segundo lugar...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Na mesma linha.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Na mesma linha, e seguiram-se as assinaturas de seis Senadores. Diz o requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de meu nome no Requerimento (...) que cria a Comissão Parlamentar (...)” É o mesmo que V. Ex^a preencheu. Faço apenas esse desabafo com V. Ex^a, porque não tenho nada contra a sua decisão. Disseram-me antes que foi uma questão de foro íntimo. O que me deixa chateado – V. Ex^a sabe – é que, depois de firmar um acordo com parceiros, com companheiros, sou daqueles que nunca deixa ninguém para trás. Tenho a convicção de que a CPI é importante e de que o PT não tem que ter medo dela. V. Ex^a me acompanhou nesse debate ao longo das reuniões que fizemos na Comissão. Entretanto, V. Ex^a assinou o acordo do meu lado e ainda me disse: “Senador Paim, gostaria que V. Ex^a fosse até a Câmara dos Deputados ver como está lá o debate.” Fui, cumprindo a orientação de V. Ex^a, que me liderava nesse assunto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Acompanhado do nosso nobre Colega Eurípedes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente, Eurípedes foi junto comigo. Fui para a Câmara e, quando voltei, V. Ex^a me entregou seu celular e disse: “Vou para a tribuna, porque vou assinar agora.” Essa foi a única fala que conseguimos ter. Em seguida, comuniquei ao Senador Cristovam, que disse: “Não acredito que isso vai acontecer.” Estamos dialogando. Respeito-lhe muito, V. Ex^a sabe disso, mas eu tinha que fazer esse desabafo. Senti que V. Ex^a rompeu o

acordo que nos unificou durante todos esses anos aqui neste Parlamento. Continuamos juntos, mas, de fato, fiquei chateado. Se tivéssemos conversado... Veja bem, Senador Suplicy, que estávamos com a procuração dos seis Senadores. Poderíamos ter conversado e decidido em bloco, naquele momento em que V. Ex^a assinou – e foi o 52º –, de encaminharmos à Mesa o documento. Mas V. Ex^a decidiu e rompeu um acordo que havíamos feito. Nós seis sabíamos que a CPI era irreversível. Sempre soubemos disso! Não seriam retiradas 80 assinaturas na Câmara, nem mais de 20 assinaturas no Senado, como, de fato, ninguém retirou. Quero até lembrar, por questão de justiça, que o Senador Zambiasi deixou uma procuração comigo para que eu pudesse, a meu critério, retirar o nome dele. Não considerei correto tirar o nome de S. Ex^a, porque o problema ocorreu dentro do PT. Fomos nós que não nos entendemos. Então, a minha questão, Senador Suplicy, é apenas de método: depois de acordo firmado, não consigo voltar atrás. Conversamos com os outros seis Senadores, e todos pediram que eu não mais encaminhasse à Mesa o documento. Concluindo, Senador, quero dizer que respeito muito V. Ex^a. Sei que o conflito interno era muito grande e que V. Ex^a teve que tomar uma decisão. Posso discordar do método. Por isso, eu tinha, à luz da verdade dos fatos, de fazer esse pequeno relato. V. Ex^a tem todo o direito de rebatê-lo se considerar que usei uma palavra sequer indevidamente. O Senador Tião Viana, que tinha a mesma posição nossa na Bancada, submeteu-se e não assinou o documento, mas os seis que assinamos fizemos um tipo de pacto, um pacto de procedimento com a nossa consciência. Foi isso o que me moveu, e por isso, infelizmente, essas assinaturas não foram encaminhadas. Mas quero dizer que decisão de foro íntimo eu respeito. Mas eu tinha de esclarecer essa situação, até porque, Senador Suplicy, lá no meu Rio Grande, tive que relatar esses fatos, para o bem da verdade somente. Quero dizer que respeito V. Ex^a, que tomou uma decisão de foro íntimo, embora eu tenha discordado do método. E V. Ex^a sabe que isso que estou afirmando falarei também para a Bancada. Enfim, não há como os fatos não serem relatados. Era isso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço as suas palavras e o seu respeito, Senador Paulo Paim. V. Ex^a sabe que não foi uma estratégia senão a de solicitar que V. Ex^a obtivesse a melhor informação sobre o que ocorria na Câmara, para que visitasse a Câmara.

Acontece que o momento de tomada de decisão, conforme já revelei aqui, deu-se enquanto eu ouvia o discurso do Senador Pedro Simon, que terminou no

momento em que V. Ex^a estava para cá retornando. Eu então disse...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Suplicy, um instante. Quero primeiro justificar ao Presidente de fato e de direito, que está chegando, que utilizamos aqui o entendimento de Montesquieu em **O Espírito das Leis**. O Plenário concordou em que V. Ex^a usasse o tempo que julgasse conveniente. E V. Ex^a, então, fez uso da palavra.

Com muita satisfação, passamos a Presidência ao Senador Tião Viana, Presidente de fato e de direito neste momento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero apenas responder às observações do Senador Paulo Paim e, como chegou agora o Senador Delcídio Amaral, reiterar o que disse há pouco sobre S. Ex^a.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe que houve um detalhe importante, que aconteceu um episódio a mais no meu processo de decisão. Havíamos combinado de entregar aquele documento, porque havia a perspectiva de que a CPI seria inevitável. Mas, por volta das 19 horas, outro Senador que estava comigo conversou com o Dr. Carreiro, Secretário-Geral da Mesa – que sabe muito bem do que se passa no Congresso Nacional –, perguntando-lhe como estava a perspectiva. E ele fez um cálculo, estimando que a Base de Apoio do Governo – PT, PTB, PL e PP – teria o volume de assinaturas necessárias para baixar de 171 assinaturas e, conseqüentemente, inviabilizar a CPI, o que tornaria inócuo, inexistente o nosso documento.

Quando aqui falei, instei – eram 20 horas – que teriam V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque a possibilidade de também fazer o mesmo. Isso ficou inteiramente livre. Conversamos a respeito. Inclusive falei: “Quem sabe possa V. Ex^a consultar os outros três que não estavam presentes.”

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Consultei, Senador. Consultei todos, e me disseram: “O acordo foi rompido”. Então, conseqüentemente, me desautorizaram a entregar à Mesa o requerimento que V. Ex^a havia construído.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Talvez, então, esses Senadores não tenham obtido todos os sinais, todas as informações que obtive e que levou...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a já está na tribuna há quase uma hora. Darei apenas mais um minuto a V. Ex^a, que poderá, posteriormente, na fala do Senador

Delcídio Amaral, ao ser citado, recorrer ao art. 14 para ter mais tempo para falar. Apenas mais um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Portanto, talvez os demais Senadores, os outros cinco, inclusive V. Ex^a, não tenham obtido todas as informações que eu tive para tomar a decisão. Mas agradeço o respeito de V. Ex^a por essa minha decisão e tenho todo o respeito pelo procedimento e ação de V. Ex^a, que tanto tem honrado o povo do Rio Grande do Sul e o povo brasileiro neste Senado.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Suplicy e concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu ia falar sobre outra coisa, mas vou voltar ao debate sobre o covil dos reinos da política. Eu estava querendo mesmo era falar sobre os novos dados do superávit, que é construído sob a infame prática de cortar recursos sociais, retirando recursos das áreas da saúde, da segurança pública, do saneamento básico, da moradia popular, recursos essenciais para os pobres do País, preferindo o atual Governo, repetindo o anterior, jogar mais da metade da riqueza nacional na lama da especulação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu me sinto forçada a entrar no debate da corrupção não apenas pela fala do Senador Suplicy, que acabou por incluir o processo de expulsão, de criação do P-SOL e outras coisas mais, mas também pelo que está apresentado na mídia desse fim de semana e também hoje. Sem dúvida, isso nos obriga a comentar um pouco sobre o fato.

Primeiramente, quero dizer ao Senador Suplicy e a todos os parlamentares que deixaram o nome no requerimento que não haverá expulsão nenhuma. Isso é blefe. Não vai haver expulsão, não vai haver punição, nada disso, porque os meses de glória da cúpula palaciana do PT e do Governo Lula, que acabaram motivando a expulsão do Deputado João Fontes, da Deputada Luciana Genro, do Deputado Babá e a minha, os meses de glória do Governo Lula já passaram. Então, não vai haver expulsão. Isso é conversa fiada.

Não vai haver expulsão, não vai haver punição também porque, se fosse respeitado o Estatuto, nós

nem seríamos expulsos, pois o Estatuto do PT possibilita que o parlamentar, mesmo após o fechamento de questão, recorra de uma decisão, alegando questões de natureza ética, filosófica ou de foro íntimo para não votar. Pautados nos meses de glória e para dar à pocilga do capital um sinal de que expulsavam, aniquilavam e acorrentavam qualquer parlamentar do PT que fosse contra esse tipo de política econômica, eles nos expulsaram, evidentemente sob o silêncio de muitos militantes do Partido, a despeito da rebeldia e da solidariedade de muitos outros, como, também, do próprio Senador Eduardo Suplicy.

Não é somente por isso que não haverá expulsão. Não vai haver a expulsão do Senador Suplicy por uma coisa óbvia que move os neurônios oportunistas da cúpula palaciana do PT. Não é por respeito, por amor à história de vida. Não é nada disso! É porque sabem que, se expulsarem o Suplicy, haverá uma repercussão negativa nas candidaturas do PT ao Governo do Estado e à Presidência da República. Portanto, não haverá expulsão. É só conversa mole, conversa fiada. Não haverá nada, pois os meses de glória do Governo já passaram.

Hoje, qualquer pessoa honesta intelectualmente e que não está se lambuzando no banquete farto do poder sabe que, infelizmente, para a tristeza de todos nós, que somos militantes da esquerda socialista, para profunda tristeza de todos nós, qualquer pessoa honesta intelectualmente sabe que, no atual Governo, onde se toca sai secreção purulenta. Portanto, não há como discutir mais nada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que não há novidade em relação aos detalhes da corrupção. Toda semana, minuciosamente, é apresentada a promiscuidade entre camarilhas de políticos, empresários, agentes públicos, base de bajulação e o aparelho de Estado, o aparelho público.

Os detalhes como esses crimes contra a Administração Pública são apresentados particularmente nos causam nojo, náusea, ânsia de vômito, porque, quando eram atos patrocinados pelo Governo Fernando Henrique, nos nossos adversários históricos, pelos nossos supostos inimigos de classe, adversários ideológicos, quando os crimes contra a Administração Pública, as negociatas, a promiscuidade e as camarilhas faziam o que queriam nos governos passados, de alguma forma nós nos animávamos ainda mais a fazer o debate ideologizado, programático, o debate de classe.

No atual Governo, é especialmente triste, Deputado João Fontes. É especialmente triste porque é o mesmo detalhamento, são as mesmas denúncias nos jornais, é tudo a mesma coisa: a cúpula de um partido, a base de bajulação, personalidades do mundo

empresarial. É o mesmo negócio. É por isso que os que compartilham com a omissão e a cumplicidade para se lambuzar no banquete farto do poder perdem a autoridade moral de falar das malas-pretas, da corrupção dos outros governos porque usam a corrupção e as malas-pretas do governo passado para justificar o balcão de negócios sujos no atual Governo. Por que é triste? Porque os detalhes nos meios de comunicação são terríveis. É a mesma prática: utilizar o aparelho de Estado, o aparato público, entregar determinados e conhecidos delinquentes de luxo. É a mesma visão patrimonialista, onde o aparelho de Estado é usado como uma caixinha de objetos pessoais para alguns conhecidos delinquentes de luxo ou para partilhar o espaço com algumas camarilhas. Isso é muito triste, especialmente triste.

O Senador Eduardo Suplicy brincava conosco do P-SOL dizendo que soube que no nosso Partido já havia mais de quinze tendências. Não sei se há essas quinze tendências. Se houver, o Senador está sabendo mais do que eu. Pode até ser que haja muitas tendências mesmo, o que pode nos transformar num balaio de gatos. Mas é melhor um balaio de gatos do que um ninho de ratos. É melhor um balaio de gatos onde as disputas sejam ideológicas, programáticas, do que os velhos e conhecidos ninhos de ratos onde se disputam outras coisas que não as idéias, onde se disputam os velhos e conhecidos espaços de apropriação indevida daquilo que é patrimônio de todos, que é patrimônio público.

Portanto, Sr. Presidente, tive que fazer esse breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para explicar claramente os últimos acontecimentos, especialmente os ocorridos na quinta-feira, aliás, na quarta-feira – como muito bem me corrigiu a Senadora Heloísa Helena –, frutos de uma decisão que a Bancada do PT, por consenso, deliberou.

Quero registrar que não têm sido fáceis, ou não o foram, os debates na Bancada do PT com relação às assinaturas da CPI dos Correios.

Foram momentos importantes para mim, um Senador novo, que nunca havia tido mandato. Mas coordenei reuniões muito ricas em que todas as Senadoras e todos os Senadores foram ouvidos. Todos os nossos

Líderes manifestaram seus entendimentos de maneira sincera, honesta e leal.

Penso que crescemos muito, Sr. Presidente, como Bancada, que tem V. Ex^a como uma das suas principais estrelas.

Confesso que essas decisões não foram fáceis. Sempre por consenso, sem votar absolutamente nada na Bancada, fomos não só fazendo uma avaliação dos fatos como um todo, mas, com muita maturidade, com respeito ao Partido, com respeito à história do PT, das nossas Senadoras e dos nossos Senadores, procuramos encaminhar a decisão mais conveniente para o momento, que ajudaria o Governo a enfrentar essa situação, até porque temos como Presidente o nosso principal líder, o grande ícone do Partido dos Trabalhadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na quarta-feira, depois de uma longa reunião e de uma série de encontros promovidos por esta Liderança, encaminhamos – não votamos – a não-assinatura da CPI dos Correios, a despeito, Sr. Presidente, de muitas posições contrárias a esse consenso, contrárias não somente fruto da sensibilidade dos nossos Senadores e Senadoras, como também da própria história de cada um. Mas, em respeito ao PT e ao Governo, nós, de comum acordo, não colocamos em votação essa questão e, consensualmente, deliberamos pela não-assinatura.

Ao final da reunião, por uma sugestão do próprio Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, a Bancada não só entrou em consenso sobre a assinatura, como decidiu que, depois, se todos os esforços de convencimento que ocorriam na Câmara não tivessem sucesso, aqueles Senadores e Senadoras que tivessem interesse em assinar poderiam fazê-lo. Com isso, estávamos protegendo uma decisão de Bancada e, acima de tudo, sendo coerentes com todo o trabalho que o Governo vinha desenvolvendo e, mais do que nunca, com as ações incisivas e rigorosas na apuração dos fatos pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, com demissão dos funcionários que prejudicaram a imagem de uma das instituições mais respeitadas do Brasil, senão a mais respeitada: os Correios.

Encaminhamos as questões dessa maneira. Traçou-se de um fato histórico, de um comportamento exemplar, Sr. Presidente, da nossa Bancada.

As horas foram passando. Ainda estávamos em sessão no plenário do Senado quando o nosso caro Senador Eduardo Suplicy assomou à tribuna e, falando de pressões e de todas as preocupações que perpassavam sua mente naquele instante, disse que quebraria o acordo, porque efetivamente se sentia constrangido, não se sentia bem em relação aos fatos.

Evidentemente, Sr. Presidente, o posicionamento do Senador Eduardo Suplicy provocou uma reação forte na Bancada, a começar pelo Senador Cristovam Buarque, depois pelo Senador Paulo Paim, pela Senadora Ana Júlia Carepa, enfim, por Senadoras e Senadores que teriam interesse, tendo em vista o acordo feito, de assinar a CPI.

Meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, não vim questionar a história política de V. Ex^a, que é uma das maiores lideranças do Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a tem respeitabilidade e credibilidade na Casa e uma história ilibada. Vim como amigo, aproveitando a oportunidade, meu caro Senador Eduardo Suplicy, para dizer a V. Ex^a que não pretendo tirar-lhe nada.

Quando conversamos pelo telefone, na quarta-feira à noite, V. Ex^a me disse: “Se quiserem expulsar-me do PT, não vou sair do Partido. Por mim, não saio. Se quiserem tirar a minha candidatura ao Senado, será uma decisão do Partido”.

Meu caro amigo Senador Eduardo Suplicy, nenhum de nós da Bancada quer tirar nada de V. Ex^a, o que conquistou com muito trabalho, com muitas horas de dedicação, honrando o PT junto à nossa militância, junto aos movimentos sociais, com toda a história de V. Ex^a.

Venho principalmente, meu caro Senador Eduardo Suplicy, destacar que o que ocorreu na quarta-feira, para um político e companheiro, não é bom, porque entramos em consenso sobre um posicionamento, o que honrou muito toda a Bancada, num momento de extrema dificuldade.

Foi quebrado o acordo, meu caro Senador Suplicy. Estamos no Senado Federal, estamos no Parlamento. Nós aqui não temos caneta; não temos cargo executivo. O que vale, Sr. Presidente, é a palavra.

Senador Suplicy, também não posso deixar de registrar, até para ser coerente com a minha Bancada, que, assim como V. Ex^a foi bastante pressionado, tendo recebido vários *e-mails* questionando o posicionamento – V. Ex^a diz, inclusive, num dos artigos estampados nos jornais, que logo depois que dei a entrevista para a imprensa, choveram reclamações –, V. Ex^a não pode esquecer, meu caro Senador Suplicy, que, assim como V. Ex^a registrou várias mensagens contestatórias àquela decisão que tomamos, outros Senadores e Senadoras da nossa Bancada também o receberam. Muitas, muitas.

Meu caro Senador Suplicy, na Bancada não existem aqueles mais sensíveis, medianamente sensíveis ou menos sensíveis. Todos temos contato com as nossas bases. Todos ouvimos os reclamos das pessoas que acreditaram no nosso projeto, nas nossas propostas. Ninguém nasceu na nossa Bancada e em outro

Partido do Senado com uma espécie de dom divino de sempre repercutir mais intensamente o desejo de nossa gente.

Meu caro Presidente, aproveito a oportunidade para deixar registrado, com todo o respeito, meu caro Senador Eduardo Suplicy, que tenho pela sua história, por tudo que V. Ex^a construiu pelo Partido dos Trabalhadores, que houve uma quebra de confiança. Quando V. Ex^a disse que podíamos retirar sua candidatura do PT, naquele momento, quem nos tirou alguma coisa foi V. Ex^a, que nos tirou a confiança de companheiros e de amigos. O importante, Senador Eduardo Suplicy, é que não quero aqui questionar o mérito da iniciativa de V. Ex^a, não quero nem entrar no mérito da decisão, mas quero entrar no mérito daquilo que consensualmente encaminhamos na Bancada.

Senador Eduardo Suplicy, a maneira como as coisas aconteceram, sinceramente, nós, Bancada do PT no Senado Federal, não ficamos em uma situação confortável, porque foi passada a imagem de que existem em nossa Bancada alguns mais justos e outros talvez menos justos, ou até mais injustos. E isso, meu caro Senador Eduardo Suplicy, não pode acontecer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Delcídio Amaral, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento absolutamente tranquilo. Estou até invejosa da sua tranquilidade. Exercer o cargo de liderança de uma Bancada, como tive a oportunidade de fazê-lo no ano passado, algumas vezes, já disse, com tantas estrelas – algumas delas com pontas que acabam se chocando e até se magoando entre si – é difícil. Parabenizo V. Ex^a pela serenidade com que faz esse pronunciamento, retratando, indiscutivelmente, o sentimento que perpassa – tenho este entendimento – pela maioria da Bancada do PT no Senado Federal. Sou uma pessoa normalmente brava. De vez em quando, fico brava. E não há nada que me deixe mais enfurecida que deliberações tomadas no conjunto e que são suplantadas por decisões individuais. Nada individualmente é melhor ou mais correto que o que se delibera ou que se faz no coletivo. Não digo isso apenas para decisões partidárias. Para mim, isso é uma regra de vida. O que é feito, decidido e construído em conjunto é sempre melhor que qualquer coisa, por melhor que seja, feita individualmente. Penso que esse é um reconhecimento da humanidade. A humanidade tem de ser solidária e agregar interesses, convergir ações. É isso que nos diferencia das feras, dos animais. Atitudes individuais, mesmo que em um

primeiro momento possam parecer as mais corretas e mais justas, sempre são atitudes individuais, que confrontam interesses coletivos quando não respeitam uma decisão coletiva. Outra coisa que me deixa mais brava ainda é quando existe um acordo coletivo e se decide, individualmente, quebrar o acordo. Além de quebrar acordo coletivo, existe outra coisa que me deixa mais brava – quero usar a palavra novamente: é quando se percebe que houve premeditação, ou montagem, algo que pode vir a dar margem de que o ato não foi tão natural assim, que a cena foi construída. Nesse caso, é algo, para mim, mais angustiante, porque não é o arroubo de uma decisão fruto de paixão. É quando paira no ar algo premeditado. Da forma como foi feito, tenho esse sentimento, que não é só meu. Não foi conversado? O Senador Paulo Paim falou, ocupou a tribuna, estava lá com os documentos. Tudo havia sido combinado. Mas, de repente, o fato ocorre em determinado horário. Houve inclusive artigos publicados logo em seguida. Então, deixa-me ainda mais angustiada se houver a confirmação de que os fatos não foram tão emocionais nem impulsivos. Parabenizo novamente V. Ex^a por sua tranquilidade no pronunciamento neste momento difícil. Gostaria de não estar participando deste debate, Senador Delcídio Amaral. Preferiria que a discussão ocorresse na Bancada e não na tribuna do Senado Federal.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Tião Viana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também gostaria de me inscrever para um aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Delcídio Amaral, externo muito respeito pela manifestação de V. Ex^a. Saiba que é difícil para qualquer Senador do PT apartear um pronunciamento da grandeza do de V. Ex^a, primeiramente porque V. Ex^a está conseguindo o que, talvez, nenhum de nós conseguiu: expor de forma muito respeitosa e responsável uma crítica que considera justa e que se identifica com o sentimento de tristeza que envolve nossa Bancada, sem dúvida alguma. Além disso, V. Ex^a consegue preservar todo o respeito à história, à vida, à grandeza pessoal do Senador Eduardo Suplicy. Entendo que S. Ex^a não deve nos causar surpresa neste momento porque age de acordo com o que é. E essa é uma ação diária de S. Ex^a que nunca foge daquilo que é em todos os momentos de desconforto, de dificuldade, de encontrarmos um pensamento comum, uma resultante comum na Bancada; S. Ex^a nunca deixou de ser aquilo que é. E nós, que o conhecemos há muitos anos, temos que aprender a conviver com ele e a valorizá-lo

muito. Apenas entendo que a ação de S. Ex^a nos entristeceu, como V. Ex^a muito bem diz. Por quê? Porque havia um acordo, havia um entendimento. Eu, às 19 horas, estava aqui, o Senador Eduardo Suplicy foi ao cafezinho e me disse que estava mantido o acordo, que todos ficássemos tranquilos, mas S. Ex^a teve um outro convencimento. Mas S. Ex^a representa muito em minha vida, pois quando ainda era militante do movimento estudantil, por volta de 1981, o Senador Suplicy já era uma referência de tese, de conceito de vida, de visão de sociedade. S. Ex^a saberá fazer essa travessia conosco, e penso que todos nós temos a capacidade de procurar compreendê-lo. Devemos ter essa capacidade. Mas não deixo, com isso, de reconhecer que errou, que causou tristeza na Bancada, porque quebrou um princípio fundamental na história do Partido dos Trabalhadores, que é o sentimento da unidade, como disse o Senador Paim. O Senador Paulo Paim também tinha todas as razões históricas e disciplinares para agir da mesma maneira que o Senador Suplicy agiu, mas S. Ex^a renunciou, enfrentou o sacrifício perante o setor da sociedade que o acompanha para preservar o Partido e, com isso, reconhecer a confiança em nosso Governo, o Governo do Presidente Lula. E eu, da mesma forma, assim agi. V. Ex^a é sabedor que defendi a CPI desde o início, acreditando que deveríamos, neste momento, dar uma demonstração à sociedade de que não temos nada a temer, que o aparelho de Estado fará a sua parte. Mas se a Oposição quer, vamos fazer a CPI e mostrar que o PT não tem nada a temer. Não foi esse o entendimento. Segui os líderes, segui a Bancada, entendendo que devo fazer sacrifícios em nome da unidade e da afirmação de um partido que nada tem o que temer em relação à corrupção. Acredito que o aparelho de Estado que o Presidente Lula dirige é capaz de responder a todas as expectativas da sociedade do ponto de vista moral, para elucidar como deve esse episódio dos Correios. Agora, não foi o entendimento de todos. Tivemos esse desfecho e temos que conviver no processo democrático assim. Só gostaria de concluir dizendo a V. Ex^a que é um dos mais maduros momentos que vejo no Parlamento, uma demonstração de grandeza humana, de convergência entre ética e dignidade na atividade de V. Ex^a. Na verdade, são duas coisas indissociáveis. Acho que a manifestação de V. Ex^a traduz apenas um olhar para o Senador Suplicy com todo o respeito histórico que ele merece, mas dizendo que estamos sofrendo. Creio que, pelo que ele representa, ainda vai errar algumas vezes mais conosco, mas temos que ter o coração grande para acolher qualquer erro de uma pessoa com tamanha alma como a do Senador Suplicy.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a maneira amigável e respeitosa com que V. Ex^a, como meu Líder, está me transmitindo seus sentimentos e os da Bancada. Assumo inteiramente a responsabilidade por meus atos. Eu o fiz para o bem do Partido dos Trabalhadores, da Bancada à qual pertencço e da qual V. Ex^a é o Líder e, sobretudo, para o bem do Presidente Lula e de seu Governo. A minha companheira Senadora Ideli Salvatti, junto com quem tantas vezes atuei, inclusive quando era Deputada Estadual, e a quem apoiei como Senador, hoje nem quis dirigir a palavra a mim, nem me cumprimentou, está brava. Vai continuar brava, mas eu queria dizer... Sr. Presidente, vou pedir ao responsável pelo som, não sei se é homem ou mulher quem está lá... Sr. Presidente Renan Calheiros, eu teria até direito ao art. 14, mas acho que será mais respeitoso e amigável falar com o Senador Delcídio assim, em aparte. E para a Senadora Ideli, eu queria relembrar alguns fatos da história. Outro dia assisti ao filme **A Queda**, que mostra a tragédia que foi Adolf Hitler. É um filme maravilhoso do ponto de vista de sua importância feito pelos próprios alemães. Adolf Hitler foi eleito pela maioria do povo alemão. Não estou dizendo que a decisão da Bancada, por maioria, tenha sido algo que faz lembrar. É só para dizer que há ocasiões na história em que mesmo a maioria pode errar, e alguém que queira respeitar essa idéia tem que dizer: “Desta vez, houve erro”. E, nessa ocasião, o Partido dos Trabalhadores – e quero dizer com toda a franqueza – por sua Direção Nacional e pela nossa Bancada, tomou uma decisão que não era a mais correta, que não defende o melhor para o Presidente Lula; uma decisão que nos colocaria em uma situação muito pior. O que a Senadora Ideli Salvatti e V. Ex^a ainda não compreenderam bem é que, por volta das 19 horas, percebi que aquele documento que entreguei ao Senador Paulo Paim, no qual eu dizia que se quisesse poderia também tomar a mesma atitude, se tornaria inócuo. É possível, Senador Delcídio Amaral, que a minha atitude dentro do PT seja considerada um agravante, mas assumo também essa atitude. Por que razão? Na hora em que tive a estimativa, de quem sabe muito bem das coisas no Congresso Nacional, de que o PT, PP, PTB, PL conseguiriam retirar as assinaturas necessárias – e faltaram poucas, somente nove –, por volta das 20 horas, resolvi fazer o pronunciamento dizendo que achava adequado haver a CPI e que o Presidente e todos os Ministros não deveriam ter receio algum, como hoje muito bem disse Sílvia Pereira: “Não há por que ter receio disso, vamos

ter uma atitude serena”. Palavras corretas: vamos ter uma atitude serena, colaborar com essa CPI. Naquele momento, é possível que, se eu não tivesse tomado aquela atitude, então aquelas nove assinaturas teriam ocorrido, e o Deputado Arlindo Chinaglia teria chegado aqui, à meia-noite, com o número de assinaturas necessárias para invalidar a CPI, e ela não teria existido. O importante agora é todos nós contribuirmos para que essa CPI se faça da maneira mais isenta, imparcial e responsável. Quero dizer mais, Senadora Ideli: não tenho preocupação alguma. V. Ex^a preferiria que o nosso diálogo fosse apenas entre nós, na Bancada. Eu, por mim, tornaria as reuniões de Bancada abertas, transparentes, poderiam ser gravadas, com notas taquigráficas. Não tenho receio algum de dizer as coisas que penso no Parlamento da maneira mais transparente possível. Quero já dizer que tudo o que eu falar dentro da Bancada todos os meus companheiros podem comentar à vontade, porque não tenho o que esconder na minha vida pública. Muito obrigado. Meus cumprimentos, meu abraço. E confirmo que V. Ex^a é o meu Líder escolhido quando votarmos em fevereiro. V. Ex^a sempre tem me tratado com a maior fidelidade, respeito, amizade, inclusive hoje nas suas palavras. Então tenho a convicção de que essa minha decisão está sendo muito bem compreendida por todos os filiados do PT e, sobretudo, pelo povo brasileiro, e é para o bem do Presidente Lula.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de deixar muito claro que todos os Senadores e Senadoras do PT pautaram o seu comportamento em respeito ao Partido, em respeito ao Governo. E, graças a Deus, no Parlamento, e graças a Deus, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ninguém recebeu o dom divino de ter mais sensibilidade para as questões sociais que outros. Todos nós aqui trabalhamos diretamente e, mais do que nunca, defendemos uma série de posições que encontram a empatia e a esperança nas pessoas que discutem a política e discutem um futuro melhor para os nossos Estados e para o Brasil.

Ouçó o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a conversava comigo hoje e dizia que o bom seria se o debate fosse feito na Bancada – e assim também eu entendia. Mas o Senador Suplicy legitimamente entendeu que poderíamos fazer o debate aqui no Plenário do Senado. Senador Suplicy, darei uma informação, resultado do que V. Ex^a me deu uma missão ao pedir que fosse à Câmara. Pois, bem. Fui à Câmara, e a Bancada tinha encerrado a reunião. Aqueles onze decidiram que não retirariam a assinatura. Consequentemente, os outros Partidos que espe-

ravam essa decisão, também não retiraram. Se V. Ex^a tivesse conversado comigo, antes de subir à tribuna, talvez tivesse cumprido o acordo. Mas, Senador Delcídio Amaral, quero mais é cumprimentar V. Ex^a, que, de forma equilibrada e tranqüila, dialoga com o Senador Suplicy, mostrando a ele que houve uma quebra de acordo – e S. Ex^a reconhece isso –, que lamentamos. Senador Tião Viana foi muito feliz. É claro que nós estamos tristes, porque tínhamos caminhado juntos, do início ao fim, ao longo desses dias. Infelizmente, o Senador teve outra posição. Senador Delcídio Amaral, de forma muito equilibrada – por isso que nem mesmo faria o aparte – V. Ex^a faz o relato fiel da discussão na Bancada. É preciso que fique claro, Senador Suplicy, que, quando V. Ex^a formulou o documento, era apenas para mostrar nossa convicção, que gostaríamos que ficasse registrada nos **Anais** – vou falar depois e entregar para que seja publicada nos **Anais** da Casa. Gostaríamos que ficasse clara a nossa posição em relação à CPI, apenas isso. V. Ex^a se precipitou, mas respeito assim mesmo a sua posição. Meus cumprimentos, meu Líder, pelo equilíbrio e pela forma como estabeleceu o debate desse tema.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, para concluir, deixo bem claro que não questiono o mérito da decisão do Senador Suplicy; não questiono o mérito, mas questiono a política, a decisão política. E política se faz com palavra; política é compromisso! Essa é uma das razões por que eu, Sr. Presidente, mui respeitosamente, vim aqui. Primeiro, quero relatar claramente o que ocorreu, sem esconder nada, sem assumir qualquer postura mais marqueteira, uma postura mais surpreendente, mas, acima de tudo, para relatar, com absoluta sinceridade, o que efetivamente ocorreu.

Sr. Presidente e meu caro Senador Eduardo Suplicy, em 1974, o Brasil perdeu a Copa do Mundo na Alemanha. Aquilo foi uma grande decepção para todos nós, brasileiros, para todos que amamos o Brasil. Eu me lembro de que, naquela ocasião, quando a Seleção Brasileira chegou, encontraram um meio de os jogadores saírem rapidamente; do próprio avião cada um tomou seu carro e sumiu, com medo de uma reação forte da população.

Um dos principais jogadores da Seleção Brasileira à época, Paulo César Caju, quando foi ligar o seu carro, percebeu uma falha. Estava ali perto um dos populares que tinham ido receber a Seleção Brasileira com carinho, apesar da mágoa e da tristeza. O Paulo César Caju ficou preocupado, receoso de receber um insulto. Mas o que aquele brasileiro, tão brasileiro como Paulo César e tão brasileiro como nós, sentia reflete o que nós estamos sentindo. Ele olhou para o

Paulo César Caju e disse assim: “Paulo César Caju, que papelão”. E assim acabou.

Meu querido Senador Eduardo Suplicy, eu quero externar meu sentimento. Sou um homem positivo nas coisas; acredito sempre, acima de tudo, nas pessoas, e eu sei que nós vamos suplantar isso. Mas hoje, confesso a V. Ex^a, é um dia para nós de muita... Nós não merecíamos isso, seus companheiros de Bancada. E parafraseando aquele torcedor brasileiro em 1974, eu digo: Meu caro Eduardo Suplicy – se V. Ex^a me permite chamá-lo assim – que decepção!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14, eu me sinto agora no dever de falar uma palavra a mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo o Senador Almeida Lima e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma explicação pessoal, na forma do art. 14.

V. Ex^a tem a palavra por até cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, darei a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino.

Está inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Antonio Carlos Magalhães e, pela Liderança, o Senador Almeida Lima.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, por ter sido citada, quero também pedir a minha inscrição pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo também V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero pedir também a minha inscrição pelo art. 14 por ter sido citado uma dúzia de vezes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero que V. Ex^a avalie também a possibilidade de eu falar baseado no art. 14. Quero defender aqui os animais que foram atacados, sendo chamados de desunidos. Como eles não têm voz aqui, quero me dar o direito, por questão de justiça, de defender essa espécie que, tirando os peçonhentos, na sua maioria são solidários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O art. 14 diz o seguinte:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra: (...)

VI – Para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

Infelizmente, só poderemos conceder a palavra a dois oradores. É o que manda o Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como fui a segunda inscrita pelo art. 14, estou abrindo mão do meu direito de falar em favor do Senador Paulo Paim, que é o terceiro. Assim, ficamos dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo, na forma do art. 14, o Senador Paulo Paim, que terá a palavra em seguida.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aqui, com o maior carinho e amizade ao Senador Delcídio Amaral, que a decepção seria do povo brasileiro se eu não tivesse tido a oportunidade de refletir durante todo aquele dia. E não foi por estar fazendo *marketing* naquela hora. Foi uma das decisões mais sérias que tomei ao longo da minha vida política, ao longo da minha vida. Fiz isso com base na própria história do Partido dos Trabalhadores; por todos aqueles motivos que me levaram a ser membro do Partido.

A Senadora Ideli Salvatti, o Senador Delcídio Amaral, a quem eu acabo de entregar o meu pronunciamento, vão observar que, em 1979, fui instado a dizer que estava considerando ingressar no PT, cuja direção havia me convidado a fazê-lo por ocasião da

sua fundação. Tendo sido eleito Deputado Estadual com 78 mil votos, solicitei a todas as pessoas que haviam votado em mim que, na medida do possível, se comunicassem comigo por telefone ou carta. Mais de 85% das respostas que recebi foram para que eu ingressasse no PT. Então o fiz conscientemente. Muitos foram os motivos que me levaram a ser do Partido dos Trabalhadores e a defender o PT e o Presidente Lula na campanha, inclusive depois de ter disputado com ele, em 17 de março de 2002, de forma democrática, de uma maneira que levou alguns companheiros a dizerem: “Mas como poderá você ser candidato diante do companheiro Lula?” Mas eles respeitaram.

O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro na história a convidar todos os seus filiados a, diretamente, votarem no seu candidato à Presidência. E, no dia 17 de março, quando Lula teve 84,4% dos votos e eu tive 15,6%, eu disse: a partir de hoje até o fechamento das urnas, eu estarei em campanha pelo companheiro Lula para que ele se eleja Presidente. Tenho certeza de ter contribuído, e muito, para que ele chegasse aonde chegou. E contribuí, durante aquela prévia, para que ele se tornasse muito mais legítimo como candidato à Presidência.

Sr. Presidente, tenho procurado defender que o Partido dos Trabalhadores e o Governo do Presidente Lula sejam sempre o mais transparentes possível. Eu não tenho preocupação alguma de que haja qualquer pessoa, seja no Ministério, seja em empresa estatal, seja na direção do Partido, que não tenha procedido senão com correção. E foi o Presidente Lula que transmitiu à nossa Bancada, no telefonema ao Senador Aloizio Mercadante, que quer a apuração completa dos fatos, mesmo que haja alguém que tenha errado. Então, ele quer que seja definida a responsabilidade e, obviamente, que seja feita a correção, com a responsabilização de quem porventura errou.

Assim, eu acreditei que com a CPI é que nós poderíamos chegar a isso, dada a complexidade dos fatos relatados naquela reportagem da revista **Veja** e também porque são citados membros do Congresso Nacional. Assim, justifica-se inteiramente a CPI. O bom senso levou à população a dizer ao PT: “Está na hora de aceitarmos realizar a CPI”. Então, o fiz não de maneira a decepcionar, mas de maneira a confirmar aquilo que é a expectativa do povo e dos filiados e membros do Partido dos Trabalhadores. Eu tenho a convicção de que essa é a vontade da própria Base do nosso Partido e de que, nesta ocasião, os dirigentes e a maior parte dos Parlamentares não foram sensíveis à vontade do próprio PT.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, nos termos do art. 14, inciso VI – o último a ter direito na presente sessão a recorrer a esse artigo –, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, eu usei o art. 14 porque, apesar de que eu estava inscrito regularmente para falar por dez minutos, percebi que os Líderes e o art. 14 não permitiriam que eu fizesse uso da palavra. Então, eu o faço neste momento.

Qual era a minha intenção, Senador Suplicy? Eu simplesmente quero encaminhar à Mesa e faço questão de que V. Exª esteja aqui neste momento os documentos, requerendo a inclusão dos nossos nomes na CPI. Estão aqui as procurações de todos os Senadores que haviam nos autorizado a encaminhar esse documento à Mesa, já no dia 25, às 17 horas, conforme redação feita pelo próprio Senador Suplicy.

Repito: eu sou o primeiro, o Senador Eduardo Suplicy é o segundo. E entendo, Senador Suplicy, que o Carreiro vai pagar a conta, porque ele, o nosso Secretário da Mesa, induziu V. Exª ao erro, ao dizer a V. Exª que a CPI não seria instalada – pelas palavras do meu Senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que não foi essa a intenção, Senador Eduardo Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi uma previsão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Uma previsão de que a CPI não seria instalada. Tenho certeza de que essa não é a posição do Senador Eduardo Suplicy.

Ele declarou da tribuna – e confirma agora – que havia dito que V. Sª fez uma previsão a ele de que a CPI não seria instalada. Por isso, ele não esperou a minha volta lá da Câmara dos Deputados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas eu esperei!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – ... quando V. Exª subiu à tribuna e abriu o seu voto sem conversar comigo, que tinha uma posição clara de que os onze Deputados do PT não iriam retirar o seu nome. Então, Senador Tião Viana...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas V. Exª pôde acompanhar todo o diálogo, e o meu raciocínio na tomada de decisão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª subiu à tribuna, e eu o respeito, V. Exª sabe disso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E poderia ter acompanhado também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, estou com o documento assinado por V. Exª. Eu vou botar nos Anais da Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu é que lhe dei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E foi V. Exª inclusive que redigiu o documento. Não fui eu. V. Exª me convidou para assinar o documento, depois de um diálogo que nós tivemos. Então, eu não quero fazer que esse debate vire quem é a favor ou contra dentro da Bancada. Acho que houve um acordo, o acordo foi rompido. Quero dizer que eu respeito a decisão do Senador Suplicy, embora – repito – discorde do método. Por isso, para que fique nos Anais da Casa o acordo firmado com a assinatura do meu Senador, estou encaminhando à Mesa o documento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, não vou defender o Carreiro, vou falar a verdade: eu estava sentado ali na ponta da mesa, juntamente com o Senador Raupp, e nós fizemos essa conta. E o Senador Suplicy ouviu a conta. Não foi o Carreiro que fez a conta de que não seria possível. Nós tiramos por Partido, e aí não sobrou ninguém. O Carreiro estava sentado no lugarzinho dele. Estávamos eu e o Raupp na ponta, e o Senador Suplicy ouviu. Talvez ele tenha se confundido na hora em que falou em Carreiro. Até estranhei o fato de ele falar em Carreiro. Quem fez a conta fomos eu e o Raupp, e achamos que não sairia a CPI. Não foi o Carreiro, não.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª a ato de defesa da imparcialidade do Secretário-Geral da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, como Líder do PFL, por cinco minutos. A seguir, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu até não deveria me manifestar sobre assunto que não diz respeito ao meu Partido, mas me vejo na obrigação de dar uma opinião sobre o que se discutiu aqui, até em tom cavalheiresco, em tom civilizado, em tom maduro, um assunto que diz respeito a uma questão intestina do Partido dos Trabalhadores.

Eu queria manifestar a minha opinião ao Senador Eduardo Suplicy, um cavalheiro por excelência, com quem tenho divergido tantas vezes, mas a quem, tanto eu como a Casa, devotamos um sentimento de respeito pela sua vida pública reta, pela sua correção, pelos seus princípios, pela sua probidade pessoal. Mas, fundamentalmente, ele demonstra agora, Senadora Heloísa Helena, o sentido intuitivo de sintonia com a opinião pública.

Senador Eduardo Suplicy, pode-se falar do Presidente Lula muita coisa, abonadora e desabonadora. Eu posso falar, mas uma coisa eu tenho que reconhecer: a incrível capacidade que ele tem de sobrevivência política, por saber sintonizar com a opinião pública. Ele está sempre procurando interpretar o sentimento da opinião pública. Nesse episódio, como em episódios recentes, ele está em rota de colisão com o sentimento da opinião pública, claramente, ao colocar-se contra a instalação e funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão dos Correios, que é uma recidiva do caso Waldomiro. Ele está agredindo o sentimento da opinião pública, que é o de ver a corrupção investigada e punidos os culpados.

“Ao meu rei tudo, menos a honra”. Acho que foi assim, sem nem pensar nessa frase, que V. Ex^a se inspirou para tomar posição. V. Ex^a manifestou apreço, respeito, disse até que a sua atitude iria colaborar com o Governo do Presidente Lula, a quem V. Ex^a ajudou a eleger. Mas V. Ex^a não vai entrar em rota de colisão com a opinião pública.

Aqui foi dito que a Oposição queria a CPI – queria e quer, e foi ela quem tomou a iniciativa. Mas a CPI existiu não foi só pelas fotos e assinaturas do PFL, do PSDB e do PDT. Ela se constituiu pelas assinaturas de Parlamentares de todos os Partidos, inclusive do PT de V. Ex^a. Não é que a Oposição queira, a Oposição tomou a iniciativa. Quem quer essa CPI é o povo brasileiro. Quem não pensar assim vai pegar o bonde errado da história. E V. Ex^a, que tem um sentido intuitivo de sintonia com a opinião pública, percebeu isso em muito boa hora, e, rasgando as carnes, assinou a CPI, para poder andar tranqüilamente pela passeata gay de São Paulo, sendo festejado, aplaudido e admirado.

Sem nenhum desdém às opiniões que aqui foram manifestadas que eu respeito pelo Líder Delcídio Amaral, um cavalheiro, pelos Senadores todos do PT, quero manifestar a minha solidariedade e respeito à posição de V. Ex^a. Sem nenhum **parti pris**, sem entender que a atitude de V. Ex^a tenha definido ou não – e não definiu a CPI, pois ela já estava definida, aplaudo a iniciativa de V. Ex^a, porque está sintonizada com a opinião pública. Eu acho que fazer política com acerto

é fazer a vontade do povo, e V. Ex^a manifesta-se por fazer a vontade do povo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, se o Presidente permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer as palavras de V. Ex^a, de solidariedade e de compreensão. Agora, uma observação sobre o que disse V. Ex^a sobre o Presidente Lula. Se V. Ex^a ler com atenção os jornais de hoje, poderá perceber que o Presidente Lula, também hoje, está sintonizado com a opinião pública, pois ele tomou a postura de dizer à coordenação política, aos seus ministros, que não há mais por que se objetar a CPI. Vamos realizar um esforço para que ela seja a mais séria e correta. Nesse sentido, quero acrescentar que, quando V. Ex^a, na semana passada, assumiu a tribuna para dizer, como Líder do PFL, que quer fazer desta CPI um trabalho sério, competente, imparcial e com neutralidade, isso também me ajudou na decisão e na argumentação, porque considero que a Oposição deve ter a necessária responsabilidade de não fazer desta CPI algo que vá contribuir para desestabilizar o Governo e as instituições, parar o Congresso Nacional e a Administração Pública, como muitos companheiros, na direção nacional, argumentaram. Quero aqui dizer que, a cada momento no decorrer desta CPI, eu vou instar as Lideranças do PFL e do PSDB a honrar a palavra de V. Ex^a. E, na hora de escolher o Presidente e o Relator, que possam os Líderes recordar-se, por exemplo – e citarei uma CPI de extraordinária sensibilidade para todos no Congresso Nacional –, da CPI do Orçamento. Escolheu-se para Presidente o Senador Jarbas Passarinho, que era por todos respeitado, e, para Relator, o Deputado Roberto Magalhães. Ambos tiveram uma atitude harmônica, como todos os membros da CPI, que funcionou a contento. Da mesma maneira, no ano anterior, noutra CPI, o Presidente, Deputado Benito Gama, e o Relator, Senador Amir Lando, tiveram harmonia e foram respeitados pelos demais. Ambas as CPIs puderam dar um salto, que contribuiu para lavar a alma do povo brasileiro e fazer com que providências importantes ocorressem neste País, inclusive a campanha por ética na política, de tão boa memória. Agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Só se fôssemos muito pouco inteligentes, Senador Suplicy, faríamos desta CPI um palco de emoções, um Fla X Flu, um jogo entre o Governo e a Oposição, porque a opinião pública rejeita esse procedimento. O que ela deseja é a investigação correta da corrupção para

o apontamento de culpados. A opinião pública não aceita a procrastinação do caso Waldomiro Diniz e a reincidência no caso dos Correios; ela quer passar a corrupção a limpo. Quem for inteligente e pretender ficar sintonizado deve agir com equilíbrio, moderação e dedicação para encontrar os culpados e entregá-los à Justiça. É o que o PFL deseja e fará. Mas espero que V. Ex.^a tenha razão e que o Presidente da República, que chegou da Coréia, ponha ordem na sua base e que acabe com essa conversa de desmanchar tudo o que foi feito até hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou só concluir o raciocínio. Até hoje, Senador Heráclito Fortes, nas comissões permanentes, nas CPMLs que estão em curso, para estabelecer o debate e o confronto de idéias e para provocar o esclarecimento, existe um acordo e um Regimento que, coordenados, levam as comissões permanentes a terem presidentes de partidos alternados. Senão, o PMDB, que é o Partido majoritário nesta Casa, teria todas as presidências; ou o Bloco PFL/PSDB, que é majoritário, teria todas as presidências. Mas foi feito um acordo de cavalheiros, para que a CAE fique com um Partido, para que a CCJ fique com outro Partido, para que a Comissão de Relações Exteriores fique com outro Partido.

E o acordo feito na CPML é exatamente a mesma coisa. O Partido majoritário na Câmara indica o Presidente ou o Relator; o Partido majoritário que, no caso, é o Bloco PFL/PSDB no Senado, indica o Relator ou o Presidente. Estão falando em um Bloco novo. Espero que a chegada do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, peço a V. Ex.^a que conclua.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...bote ordem nessa questão e se retome a racionalidade, que se estabeleça o acordo amparado no Regimento que se pratica há anos no Congresso brasileiro, e que se honre o expediente que o Bloco da minoria recebeu de S. Ex.^a o Presidente Renan, pedindo a indicação, ao Bloco PFL/PSDB, de cinco membros titulares e cinco suplentes como bloco majoritário. Porque, pela proporcionalidade constante do expediente de S. Ex.^a, o Bloco PFL/PSDB indicará cinco membros, o Bloco PT/PTB/PL/PSB indicará quatro e o PMDB quatro. O majoritário indica cinco.

Então, ou Presidência ou Relatoria – e, no caso, pela tradição e pela seqüência, será a Relatoria – cabe ao Bloco PFL/PSDB. Se o Presidente quer colaborar, precisa dar uma orientação à sua base para procurar o entendimento que sempre se fez.

E aqui quero comunicar que o Bloco PFL/PSDB, Sr. Presidente, para encerrar, está indicando, em atenção ao Expediente nº 215/2005, do Presidente Renan Calheiros, titulares para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito: Senadores César Borges, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Como suplentes os Senadores: José Jorge, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Alvaro Dias e Almeida Lima. Indicará hoje e espera que o acordo se proceda, para que a palavra do Senador Suplicy seja uma palavra com força de verdade pela ação do Presidente que deseja realmente a investigação. Senão, é CPI de um lado só. CPI de um lado só é farsa só. E, de farsa, o PFL não participa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex.^a.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, como Líder da minoria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço, como Líder, a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inscrevo o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que o PT sofreu uma grande derrota com a criação da CPI. Entretanto, essa derrota seria muito maior se a CPI não existisse.

Logo, a formação da CPI foi benéfica para o PT, porque a derrota política existiu no dia da apresentação do número. A luta que o PT realizou foi demasiada e com aspectos que não são os melhores no Parlamento nacional. Mas se ela não existisse, aí, sim, é que a população se revoltaria demasiadamente contra o Partido dos Trabalhadores.

Agora, realmente causa espécie que no meio de tudo isso – e o Senador Augusto Botelho colocou com muita propriedade – se venha culpar o Dr. Carreiro. Tenham paciência. Era o único que não poderia ser culpado. Então, ele passa a ser o bode expiatório nesta CPI? Não está certo. Não está certo. Foi uma frase infeliz do meu querido amigo Paulo Paim, porque – não está presente agora, eu gostaria que estivesse, o Senador Suplicy – o Senador Suplicy agiu em consonância com a população, com o Partido dos Trabalhadores, inclusive. Se o conselheiro de Lula fosse o Suplicy, a situação não seria esta. A derrota política não teria existido, mas, como bem disse aqui o Senador José Agripino, queremos apurar. E hoje o Presidente e alguns de seus auxiliares também já recuaram, já disseram que querem apuração. E queremos apurar este caso e outros que porventura existam. Não é ficar aqui parado só porque está se apurando os Correios

e ocorre o escândalo na Infraero, como o jornal aqui noticia, e não se apura. Não, vamos ver as provas para fazer também, se for o caso, uma CPI. Se amanhã for na Petrobras, que seja na Petrobras. O ideal é que não encontremos culpados, mas é muito difícil não haver culpado com tantas provas evidentes.

De modo, Sr. Presidente, que a minha colocação hoje é de aplauso ao Senador Eduardo Suplicy. E sei que, aplaudindo, estou piorando a sua situação na bancada. Sei que vai ser pior quando receber o aplauso do Senador ACM. Era a prova de que ele... Isto é do temperamento do Senador Suplicy: agir por conta própria. É o mais educado entre os muito educados como ele nesta Casa, merece o nosso respeito e tem idéias próprias.

Quando fiz a CPI do Judiciário, fui ao fórum trabalhista, em São Paulo. Na volta, por acaso, encontrei-o num bar pequenininho conversando com Paulo Nogueira Batista e disse: "Suplicy, você não sabe o que está havendo no Fórum do Trabalho. É um escândalo!" E ele me disse: "Vou lá agora", e foi, e apoiou, e tudo se deu aqui como deveria se dar, e a CPI trouxe resultados magníficos.

Essa CPI dos Correios tem que ser realmente isenta, mas, para isso, também a sua formação tem que ser isenta; do contrário, não existirá isenção. De modo que o meu interesse nesta hora é perante V. Ex^a que tanto elogio com razão e dizer que o Presidente Renan Calheiros tem atuado com muita correção – e V. Ex^a segue o exemplo – e que precisamos imediatamente formar esta CPI. Não queiram protelar, que é pior. Vamos encontrar as soluções, porque, do contrário, estaremos todos os dias nesta tribuna reclamando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer. É uma honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos, quero, primeiro, agradeço as suas palavras. De fato, confirmo o episódio que V. Ex^a relembra. O encontro que tivemos em São Paulo foi no bar e restaurante Supremo, do qual meu irmão era sócio, e ali encontramos-nos num almoço. Eu estava almoçando e V. Ex^a chegou e me disse: "Olha, preciso que verifiquemos o que ocorreu no edifício do TRT". Fui lá fazer a visita e depois V. Ex^a bem conduziu aqui a CPI, que acabou desvendando um episódio muito grave de corrupção. Espero que sempre tenhamos CPIs conseqüentes, com trabalhos sérios, equilibrados, e que seja sempre respeitado o direito de defesa, como aconteceu, inclusive, com o próprio juiz Nicolau, que veio aqui e respondeu a toda e qualquer pergunta, mas ele tinha ... Não respondeu? Ele teve a oportunidade de

responder. V. Ex^a, Senador Ramez Tebet... Não entendi bem... Ele não esclareceu tudo, mas teve a oportunidade de se defender. Foi esse o sentido das minhas palavras. Acabou não respondendo. Teve a oportunidade de fazê-lo, V. Ex^a aqui está me recordando. Ele veio aqui e acabou se recusando a esclarecer, o que poderia ter feito.

Agora, quero ter a oportunidade de esclarecer. O Senador Augusto Botelho me recordou do fato como aconteceu. S. Ex^a esteve com o Senador Valdir Raupp, e eu estava ao lado perguntando ao Dr. Raimundo Carreiro quantos senadores e deputados havia em cada bancada. E de fato foi do diálogo entre ambos... E a informação dada pelo Secretário Carreiro é que ele chegara à conclusão: vai dar um número suficiente para retirar. Esse foi o resultado daquele diálogo. Mas é óbvio que aquela informação levou-me à conclusão de que, muito provavelmente, havia um risco muito grande de se tornar inócuo o documento que entreguei ao Senador Paulo Paim. Muito obrigado pela oportunidade de esclarecer esse episódio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, como sempre, a V. Ex^a, sobretudo a sua participação nesse modesto discurso, que chama à razão todo o PT, do Presidente da República ao mais modesto dos seus representantes. É a hora de se apurar, é a hora de demonstrar a verdade; caso contrário, a situação do Partido dos Trabalhadores vai ficar muito difícil, e não haverá verbas pagas para Parlamentares – e, aliás, vou apresentar um requerimento – na véspera de atos como esse último da CPI que resolva o problema. Não resolve. O caráter dos Parlamentares, em sua grande maioria, é muito bom, e como deve ser melhor ainda para que cresçamos aos olhos da opinião pública. Eu acho, mais do que nunca, que temos que apurar tudo – tudo – que for suscitado que tenha algum veio de verdade.

Sr. Presidente, chegou o momento decisivo deste Parlamento. V. Ex^a e o Presidente Renan Calheiros principalmente têm a obrigação de elevar o nome desta Casa, como o fazem desde que tomaram posse, sucedendo o Presidente José Sarney.

Agradeço a V. Ex^a e espero que todos caiam nesta realidade: é melhor apurar do que colocar embaixo do tapete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna, como líder, por cinco minutos.

A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, e a Senadora Heloísa Helena, como líder.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já havia sido assegurada a palavra a mim, pela Liderança do PSDB, pelo Senador Presidente Renan Calheiros. E requeri bem anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, Senador Almeida Lima, nos papéis de que disponho não consta o nome de V. Ex^a.

Pode ter sido uma falha. A Mesa vai averiguar e dará uma resposta imediatamente. (Pausa.)

Será feita a devida correção. V. Ex^a usará da palavra a seguir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas vezes não estamos no plenário, mas estamos ouvindo tudo o que se passa aqui.

Eu ouvia o discurso do Senador Delcídio e as colocações do Senador Eduardo Suplicy, e quero fazer aqui um parêntese de que S. Ex^a é uma pessoa por quem tenho a maior estima. Para que V. Ex^{as} vejam, já fui relator da renda mínima por duas vezes, ou seja, de duas variantes do renda mínima.

O Senador Suplicy é uma pessoa por quem tenho uma admiração incrível. Não conheço quem não goste de S. Ex^a neste Senado – e por que não estender mais – neste País. Tenho uma estima tão especial, que S. Ex^a foi o meu João Batista, no rio Jordão, em Israel. Ele me batizou no rio Jordão. Tenho por ele a maior estima, mas me surpreendi com a quantidade de jornalistas que me telefonou para saber o que eu tinha dito a Suplicy, que o fez mudar de opinião e assinar a CPI.

Eu disse que não havia dito absolutamente nada de especial. O que conversamos na Embaixada da China? Lá estavam presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, João Batista Motta, eu. Havia vários Senadores na Embaixada da China, e eu dizia da nossa dificuldade em aprender a conviver com o PT – para mim foi um aprendizado complicado, difícil –, que é um Partido feito de várias tendências. Falamos com uma tendência, pensamos que está resolvido o problema, mas temos de falar com mais uma e outra. Tem de haver uma assembléia para se poder resolver a questão.

Qual é a novidade nisso? Não existe novidade.

Além disso, falava da dificuldade que gera no PT a cena paulista, que já divide uma boa parte do Partido, e a cena de 2010, outra problemática. Depois, discutíamos que o Governo vai bem: a economia vai bem, o Risco Brasil caiu, o dólar caiu. Quem observa os índices econômicos deste País percebe que ele está bem. Mas lamentavelmente a política não está.

Eu me queixava exatamente da dificuldade de interlocução. Coisas miúdas, coisas pequenas criam, para quem lidera, dificuldades enormes. Eu dizia que é difícil liderar a Bancada. O que é participar de um Governo? É gerir, administrar junto, participar do Governo. Não conheço outra forma; é assim em todos os países do mundo. Se o Partido dos Trabalhadores – dizia eu ao Senador Eduardo Suplicy, em uma conversa íntima, coloquial na Bancada – chamou alguém para participar e, depois de um ano e meio, ainda não fechou esse assunto, o Senador, o Parlamentar não pode estar satisfeito. E contava eu para S. Ex^a o caso de um colega nosso aqui de Brasília que foi convidado para indicar tal pessoa, fez a seleção entre os amigos, decidiu por alguém e o que fizeram? Chamaram outro para tomar posse. Entendo que participar é isso. Não conheço, não tenho essa hipocrisia de dizer que fulano está participando do Governo, mas não tem cargo. Não. Participar, em qualquer país do mundo, é fazer parte do Governo.

Pois bem. Era essa a conversa que tínhamos com os três Senadores do PT. Eu disse que uns mandam muito e outros mandam pouco. E os três se colocaram como os párias, como os que menos têm, porque são sempre independentes. E eu disse: “Então, vocês são realmente os párias.” E foi essa uma conversa coloquial.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a bem registra o diálogo, ocorrido com o Embaixador presente à mesa. V. Ex^a relatou tal como aqui está dizendo. É fato que estávamos os Senadores Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, eu próprio, dentre outros. Havia, creio, onze ou doze Senadores – V. Ex^a citou alguns que estavam à mesa, mas eu nem quis relatar, porque não vinha ao caso. Nós comentávamos que não sabemos dessas coisas, porque de fato nós... O que eu quero registrar, Senador Ney, é que o PMDB e o PTB, por exemplo, podem ser parte do Governo, podem até sugerir nomes, mas o que não considero

o mais adequado – falo com franqueza a V. Ex^a – é que um Senador diga que só votará em determinada matéria, que até pode julgar boa, ou em algum nome designado para uma agência reguladora, por exemplo, se for designado aquele que nomeou. Então, esse tipo de relacionamento é que considero inadequado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso não falamos. Dissemos que o relacionamento se esgarça quando não se cumpre a palavra.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, há vários oradores inscritos e líderes que desejam usar da palavra. V. Ex^a já aparteu pelo menos dez vezes durante a sessão. É muito importante ouvi-lo, mas peço que seja sucinto em consideração aos demais inscritos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É fato, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a não disse que aqueles Senadores estavam solicitando aquilo como condição de voto, mas V. Ex^a estava dizendo, de alguma maneira, como as coisas se tornavam difíceis aqui no Parlamento, quando não eram atendidos aqueles pressupostos. Desculpe-me V. Ex^a, mas subtendi que algumas vezes o Governo tem dificuldades de obter votações aqui por não atender tão bem o que V. Ex^a descrevia. Foi o que entendi e o faço com todo o respeito e amizade com que V. Ex^a sempre me tratou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – São recíprocos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Serei breve. Tenho que dar um testemunho em seu favor, embora V. Ex^a não esteja em causa. V. Ex^a me mostrou uma carta em que abria mão dos seus cargos no Governo, dirigida há algum tempo, ao Senador Aloizio Mercadante. V. Ex^a antecipou-se a tudo isso que está acontecendo. Tenho o dever de dizer que, se não demitiram, foi porque não quiseram, porque V. Ex^a abriu mão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigador, nobre Senador.

Digo isso com muita tranquilidade, porque não tenho hipocrisia. Sou transparente; sou do “sim” e do “não”. Eu dizia que esgarçar confiança é muito ruim e que a situação fica difícil para qualquer Líder quando um membro da sua Bancada verifica que o que foi pro-

metido não foi cumprido. Não se trata de cargo. Cargo é insignificante. Tanto é que eu mesmo, no tempo do Governo FHC, tinha um indicado na Sudene, outro no Correio, e há um mês entreguei os dois cargos, porque não posso ter algo se meus liderados não estão satisfeitos em vários aspectos.

Estou falando sem hipocrisia. Não vejo outra forma de participar do Governo. Como é que se participa na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França? Fazendo coalizão no Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não vejo outra forma. O que me causa espécie é que tudo isso está na imprensa diariamente, Senador Eduardo Suplicy. Basta ler jornal. Eu mesmo observo que esse assunto está na imprensa todos os dias. Quando me referi a essa dificuldade – com todo o respeito que tenho a V. Ex^a – não disse novidade alguma. V. Ex^a tomou uma atitude que considero correta, diante da sua consciência e do seu comportamento, mas não se pode citar como fato decisivo a minha conversa, porque o que eu disse está constantemente nos jornais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, pela Liderança do PSDB, e, a seguir, ao Senador Hércilio Fortes, para uma comunicação inadiável.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago comigo uma grande preocupação. Considero que, por esses dias, têm ocorrido fatos estarrecedores, evidentemente que não apenas o caso da corrupção no Governo. Estamos presenciando a uma total inversão de valores, e isso tem contribuído para a tentativa da formação de conceitos, de referenciais éticos e morais neste País os mais absurdos possíveis, por conta da criação ou não da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a corrupção nos Correios.

Personalidades da República, pessoas admiradas, apesar das divergências político-partidárias, têm dito cobras e lagartos; têm se expressado de maneira a mais vergonhosa possível, dando exemplos tristes à Nação brasileira, sobretudo à nossa juventude, pessoas como o Ministro da Educação, Tarso Genro, o Ministro Aldo Rebelo, o ex-Governador e Ministro Valdir Pires. E reparem que já não falo de José Dirceu, José Genoíno e outros que para mim

já perderam a credibilidade. As figuras a que me referi têm dado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exemplos horrorosos.

Para Aldo Rebelo e Valdir Pires, apurar a corrupção é golpe das elites contra o operário, é golpe das elites contra as instituições democráticas. Que inversão de valores! Golpe às instituições democráticas, Srs. Senadores, é tentar varrer a lama, a imundice para baixo do tapete.

A revista **Veja** publica reportagem sobre declarações de um nosso colega Senador, mostrando o envolvimento, o enraizamento dessa corrupção. Figuras como estas virem a público, pela TV Senado, por outros canais de televisão, pela Imprensa Nacional, emitindo conceitos os mais hipócritas possíveis, como se devessem ser conceitos referências de valores éticos e morais...!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem golpeia as instituições é a corrupção e, posso até acrescentar, não apenas ela, mas esse tipo de ensinamento ou de novo conceito ou de nova referência de valor ético e moral que estão tentando transmitir à juventude e à sociedade deste País.

O Ministro condena a absurda e irresponsável manifestação de apoio de Parlamentares da base à CPI sob a avaliação, que considero hipócrita, de que, se algum ato for provado contra o PTB ou outro aliado, a aliança ficará prejudicada. Ou seja, o Ministro Tarso Genro, em nome de alianças, pensa que se pode roubar, que pode não se apurar o crime e que o criminoso pode não ser punido. O Ministro chegou a acrescentar: “É profundamente entristecedor para nós termos companheiros que assinaram a CPI, demonstrando falta de solidariedade com o Governo e falta de espírito partidário”. Isso é uma inversão de valores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campainha.) – Interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Isso é uma inversão de valores. Falta de solidariedade ao Governo porque aliados assinaram a CPI? Solidariedade é ao povo, que foi roubado! Solidariedade é àqueles que estão nas filas dos hospitais sem poder serem atendidos! Isto nas palavras de um Ministro da Educação? Que grande exemplo à juventude deste País este senhor está dando! Ora, não assinar a CPI ou estabelecer outro tipo de manobra significa vitória do Governo! A vitória do Governo neste episódio é a derrota da moral, a derrota de princípios os mais elevados.

Pois bem, Sr. Ministro, triste, digo eu, é a nação, é a juventude que tem um Ministro da Educação que pede solidariedade ao Governo pela corrupção praticada pelo próprio Governo. Pois o que isso representa mesmo é a inversão de valores.

Sei que o meu tempo se esgota. Retornarei a esta tribuna porque agora levantam a tese de que não pode haver CPI porque vão transformá-la num palanque político, porque farão política da CPI. Esse é outro grande absurdo.

(Interrupção do som.)

Agradeço pelos mais 60 segundos.

Retornarei, como disse, porque, agora, parece-me que é a própria classe política, em outra inversão de valores, que não quer entender como legítima a sua atuação, porque só entendo classe política exercendo e executando a política, que é a sua atividade. De um minuto para outro, o exercício da atividade política passou a ser condenado pela própria classe política. É preciso colocar os fatos, os conceitos e essas definições em seus devidos lugares. Ora, é necessário dar a interpretação lógica e cabível a esses fatos.

Retornarei e agradeço dizendo que precisamos, sem dúvida, agora, estabelecer a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para não darmos ao povo brasileiro a demonstração de que a classe política se encontra deteriorada. É preciso, sim, estabelecer a apuração dos fatos, fazer da CPI o uso digno que precisa ser feito. Ela deve ser permanente, de uso contínuo, como é de uso contínuo o medicamento para a pressão arterial. O trabalho de fiscalização e de apuração da corrupção precisa ser permanente, efetivo, contínuo e que todas as CPIs possam ser devidamente instaladas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, a Mesa pergunta se V. Ex^a deseja a transcrição, nos Anais da Casa, do referido documento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na íntegra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa defere a transcrição, de acordo com o Regimento.

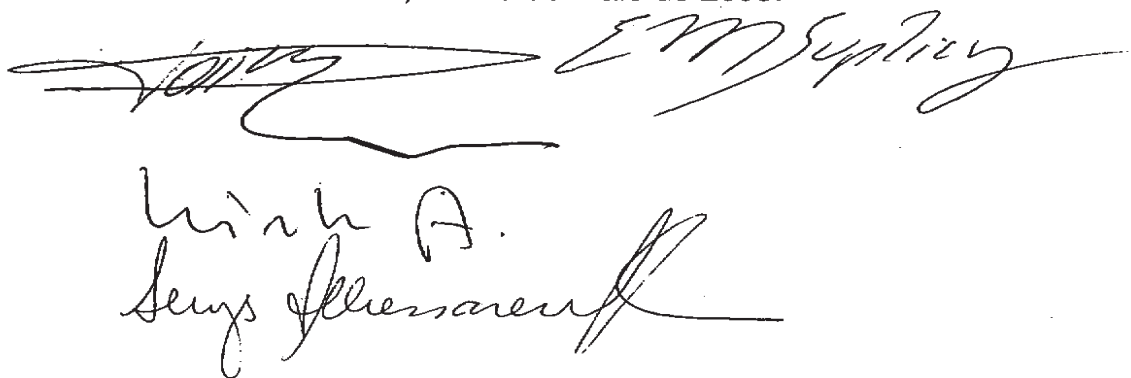
DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO ANTERIOR NESTA SESSÃO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Requerimento

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão de nossos nomes no requerimento 3/2005-CN.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2005-CN**

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do meu nome, no Requerimento nº 03/2005-CN, que cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005.


Senadora ANA JÚLIA CAREPA**REQUERIMENTO**

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de meu nome no requerimento Nº 03/2005 – CN.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005.



Senador FLÁVIO ARNS

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal hoje teve a oportunidade de ver a inauguração de uma nova fase na vida do Partido dos Trabalhadores. Digo isso lamentando profundamente, Senador Tião Viana, por estar presidindo a sessão neste momento V. Ex.^a, que esta Casa tanto admira e tanto quer bem. Fico triste porque vejo aqui o Senador Delcídio Amaral ainda não recuperado da tarde em que teve que subir à tribuna para relatar fatos que, tenho certeza, não seriam do seu agrado, assim como vejo este grande companheiro que é o Paulo Paim e vejo a Ideli Salvatti arrumando seus documentos para novos pronunciamentos.

O PT hoje inaugurou a nova fase, a lavanderia para limpar a sujeira das suas roupas, agora fora de casa, no meio da rua.

Uma das coisas que mais invejávamos no PT era o fato de que as suas decisões eram tomadas internamente e eram obedecidas. Hoje o PT tornou-se igual a todos os outros partidos: já é também um partido insubordinado. Passou de partido ideológico para fisiológico. Está adquirindo, com o poder, todos os vícios que tanto combateu ao longo dos anos.

O Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Agripino mostraram, meu caro Presidente, que não há mais condições de o PT tentar colocar debaixo do tapete fatos que vêm ocorrendo na administração. O primeiro e o segundo casos eram de corrupção isolada, mas agora está parecendo que são fatos endêmicos, diferentemente do que ocorria com os Governos passados, quando as ações eram isoladas. Agora, não. Há grupos – não gosto de usar o termo quadrilha, acho grosseiro –, e há esquemas. Se abrimos os jornais, vamos ver a denúncia do Instituto de Resseguros do Brasil.

Senador Mão Santa, há dias um membro do conselho da Previ, Sr. Waldir não sei das quantas – não sei o sobrenome dele –, vem denunciando o mau uso dos recursos daquele fundo de pensão, a nomeação de conselheiros dirigida para atender sindicalistas.

O jornal **Folha de S.Paulo** desse final de semana mostra mais uma vez fatos graves que estão ocorrendo, negociações de alto vulto sendo feitas pelo Presidente da Previ sem a participação do conselho. O mais grave, Senador José Agripino, é que se omite a direção do Banco do Brasil, que é mantenedora desse fundo. São negócios de bilhões, e o conselho não é ouvido, não é consultado.

Fiquem certos V. Ex.^{as} de que essa será uma área que vai trazer muita tristeza para o Governo. Vê-se denúncia dessa natureza na Funcef, na Previ, na Centrus, o fundo de pensão do Banco Central.

E o Governo? Onde estão os órgãos de informação? Não se comunicam? O Governo não sabe? Não se lê jornal? A verdade é que providência nenhuma é tomada.

Quando estoura um escândalo e há necessidade de uma CPI, tenta-se dizer que é uma ação política das oposições, aliás a mesma prática do Partido do Governo quando estava na situação que estamos hoje. Não é nada disso. O instituto da CPI é um mecanismo que se tem que usar no Congresso Nacional para a apuração de fatos graves como esse. Quanto mais tempo, Presidente Tião Viana, o PT levar esses fatos com a barriga, maior preço pagará por isso, mais perto ficará o período da eleição, mais exposto ficará o Governo.

O Presidente Lula, um homem bem intencionado, deve, de uma vez por todas, dar um basta em todas essas vertentes sobre as quais pairam suspeitas de malversação ou mau uso do recurso público, seja por meio de sindicância, seja por meio de CPI, seja por outra maneira que melhor lhe convier. Deve tomar providências para que o seu Governo não fique à mercê de escândalos um atrás do outro, todos eles envolvendo órgãos vitais para a administração pública do País.

Faço essa reflexão neste final de noite, Sr. Presidente, na certeza de que a CPI dos correios deverá ser uma CPI centrada exclusivamente nos fatos, para apurar denúncias. Não deve ser conduzida de maneira politizada ou ser usada para outros meios ou fins. Sou contra, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Participei da CPI do Banestado e lamentei que, desde o início, o PT quisesse fazer a sua politização, trazendo questões regionais para o seu centro de discussão. V. Ex.^a era Líder na época e sabe muito bem o que se pagou, o que se passou para se tentar contornar o encaminhamento daquela comissão mista.

Infelizmente, ao aproximar-se o pleito eleitoral do ano passado, os fatos tomaram um grau tão grande de politização que a CPI ficou inconclusa. Está aí, lacrada, e ninguém sabe o que realmente pôde ser apurado naquela CPI de grande importância para o País.

Chamo a atenção para esse fato até para evitar que adiamentos, que tecnicamente os Regimentos permitem, sejam usados e terminem caindo exatamente sobre os ombros do próprio Governo. Quanto mais cedo, quanto mais rápido essa CPI for instalada e

concluída, melhor será para o País, apurando os erros e os desmandos e salvando uma instituição tradicional como são os Correios e Telégrafos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti por cinco minutos, mais dois de prorrogação.

Antes, prorrogo a sessão por mais 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, franciscamente, peço todas as desculpas aos animais. Às vezes, é mais fácil pedir desculpas aos animais do que a companheiros. Infelizmente, a honestidade, a franqueza e o jogo aberto, às vezes, são até mal interpretados, mas é de fundamental importância que tenhamos a capacidade de fazê-lo.

Sempre digo que quem assiste à TV Senado e ouve os pronunciamentos muitas vezes acaba tendo uma visão catastrófica que não bate com a realidade. Ao longo da tarde, fui recebendo os informativos *on-line* da imprensa e, Senador Tião Viana, quero apenas trazer dois, por serem de fundamental importância para ilustrar o que estamos debatendo.

Passo a ler alguns trechos de umas notas:

Depois de resistir sem maiores traumas à forte volatilidade externa dos últimos meses, o mercado brasileiro também parece enfrentar sem grandes dramas a piora do cenário político das últimas semanas. Mesmo a bolsa, que tem sido o mercado mais volátil, conseguiu na última sexta zerar as perdas acumuladas em maio e já está no azul. Mas é no câmbio e no risco Brasil, que costumam ser os melhores termômetros do estresse dos investidores, que a serenidade fica mais patente. O dólar acumula queda de 5,65% neste mês, enquanto o risco Brasil caiu 8,5% no mesmo período.

No final da nota, um operador ouvido pela Agência diz: “Por enquanto, não há sinal de que vai acontecer alguma decisão que prejudique o desempenho da economia”.

Portanto, quem ouve o que é dito no plenário acha que há uma turbulência, e estão aí os indicadores econômicos, com a bolsa e o risco Brasil reagindo.

Faço questão de trazer outra notícia:

BRASIL É O 5º MAIOR INVESTIDOR DIRETO ENTRE EMERGENTES.

O Brasil é a nação latino-americana com maior volume de investimentos diretos feitos em outros países (IED), com um total de US\$66

bilhões, e é o quinto maior do mundo em desenvolvimento, atrás apenas de China, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, segundo dados da Comissão da ONU para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), divulgados há pouco no seminário “*Global Players From Emerging Markets: Brazil*”.

Meu inglês é horrível, já fui até admoestada nesta Casa.

De qualquer forma, são essas as notícias da realidade, do que está posto. Muitas vezes o cenário fica meio estranho aqui. Já tive oportunidade de ouvir que estamos vivendo um caos, uma catástrofe. Mas, como todos estão recebendo documentos, eu também não poderia deixar de registrar aqui – e eu nem sabia que tinha virado livro, Senador Paulo Paim – **O Mapa da Corrupção no Governo FHC**. Virou livro. Estão aqui registrados os principais casos de suspeita de corrupção, passo a passo: reeleição, Proer, DNER, Sudam, Pasta Rosa, Sivam e por aí se vão os escândalos. Gostaria de registrar que recebi o livro e vou lê-lo com bastante atenção, até porque não tive a oportunidade de estar no cenário nacional enquanto todas essas situações ocorreram.

Sr. Presidente, em minha fala do início da tarde, citei um único exemplo. Gostaria de citar mais alguns, pois todas as falas da Oposição têm seguido a lógica de que há um mar de lama e de que temos um Governo corrupto. Já tive oportunidade de vir à tribuna e dizer que nenhum outro Governo antes do Governo Lula tem a possibilidade de apresentar o mapa que foi divulgado no domingo passado pelo jornal **O Globo**, citando todas as operações, mais de 70, da Polícia Federal, em que mais de 1.200 pessoas foram presas. Em apenas oito operações, a Polícia Federal combateu em torno de R\$2,7 bilhões em fraudes contra a Administração Pública. Muitas dessas operações desmontaram quadrilhas que atuavam na malha da Administração Pública brasileira, seja no Poder Executivo, seja no Judiciário, seja no Legislativo, na esfera federal, estadual ou municipal, há muitos anos.

Citei uma, mas gostaria de citar outras. A Operação Gafanhoto inclusive chegou a atingir pessoa recém-filiada ao PT, em uma demonstração clara de que o Governo Lula não tem refresco. Seja quem for, se foi pego com a “mão na botija”, tem prisão. A Operação Gafanhoto funcionava desde 1998, mas foram presos agora, no Governo Lula.

Desde 1992, havia o esquema dos Vampiros no Ministério da Saúde, que diz respeito à fraude de hemoderivados. Depois de doze ou quase treze anos é que o Governo Lula desencadeou a operação, também sem dó nem piedade, descobrindo inclusive pes-

soas nomeadas pelo atual Governo, desmontando o esquema.

A Operação Gabiru – que diz respeito à merenda escolar, dos Prefeitos – tinha mais de dez anos.

A Operação Ajuste Fiscal prendeu onze auditores fiscais da Secretaria da Receita Previdenciária, do INSS, que, nos últimos dez anos, mediante recebimento de propina, causaram um prejuízo de mais de um bilhão aos cofres da Previdência.

Portanto, são quadrilhas que funcionam há muito tempo, entra Governo, sai Governo, e não foram desmontadas.

E citei aqui o caso que considero o mais emblemático, que é o da fraude dos concursos. O líder da quadrilha disse que fraudava concursos desde a época do Governo João Batista Figueiredo, há 24 anos.

Portanto, é de fundamental importância trazer-mos dados a respeito do combate efetivo à corrupção. Existe uma questão de ordem acatada e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que será apreciada nos próximos períodos.

O Sr Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou apenas concluir, pois já se passaram vários minutos.

O Sr Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Apenas para perguntar: em que Governo começou o caso Waldomiro, e que providência foi tomada?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, o aparte sou eu quem concedo, regimentalmente. E já se esgotou o prazo.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte? Apenas para ajudá-la, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria apenas de concluir minha fala, dizendo, de forma muito tranqüila, que vamos acompanhar a deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e vamos nos conduzir, com toda a serenidade, nos processos de investigação e de combate à corrupção, como nenhum outro Governo fez na história republicana das últimas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena, como Líder do P-Sol, por cinco minutos.

O SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, já falei, logo no início da sessão, sobre o covil da política brasileira. Mas, diante de murmúrios

e de outros mecanismos mais que passam pelos corredores do Senado Federal, gostaria de falar das novas estratégias, estratagemas, ardis e táticas montadas pelo Governo e pela sua corriola de bajulação para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

É evidente todos nós sabemos que é baboseira e desonestidade intelectual dizer que corrupção sempre existiu e que, como ocorreu no Governo passado, seria justificada a corrupção no atual Governo. Claro que isso é desonestidade intelectual e baboseira política, mas até entendemos, porque não é algo fácil, simples e simplório defender uma estrutura governamental, um aparato público, um aparelho de Estado entregue a vários e conhecidos “ilustres” delinquentes de luxo espalhados pelo Brasil, que a sociedade brasileira sabe quem são. Muitos desses delinquentes de luxo que patrocinaram crimes contra a Administração Pública em governos passados hoje são tratados como amor primeiro pelo Governo Lula, e continuam a parasitar e a privatizar a estrutura do Estado brasileiro, da mesma forma desavergonhada que sempre fizeram.

Espero realmente que seja instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito. A metodologia utilizada pelo Governo, reproduzindo a metodologia utilizada pelo Governo passado, já deu conta de que foi insuficiente. O Governo se comprometeu com o novo balcão de negócios sujos. Certamente, muitos de nós estamos aqui apresentando requerimentos de informação, nós que analisamos o Siafi.

Senador Tião Viana, sei que era proposta de V. Ex^a, do ex-Senador José Eduardo Dutra e minha também que não apenas os Parlamentares tivessem senhas para fiscalizar a liberação de recursos por intermédio do Siafi. E acredito que isso é um crime contra qualquer mecanismo para garantir a transparência pública, primeiro porque, no Siafi, sabemos, são montados mecanismos para obstaculizar a transparência. A própria forma de lidar com o Siafi cria obstáculos para desvendar o que por lá está. Imaginem quando isso é feito apenas com a senha de Parlamentares!

Portanto, isso é essencial em um momento como este, em que ficou clara, perante a opinião pública, a metodologia infame e desonesta que o Governo Lula, copiando o Governo Fernando Henrique Cardoso, utilizou para impedir a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada pior para todos nós do que observar a velha fórmula de liberação de prestígio, de cargos, de poder, a velha metodologia de partilhar a máquina pública como se fosse um banquete para os mesmos delinquentes de luxo, conhecidos da história política brasileira. Isso é realmente muito ruim. Espero que nenhum outro ardil, mecanismo ou tática sejam utilizados.

Vai para a Comissão de Constituição e Justiça, e qualquer um de nós sabe exatamente que nada existe de complexidade no debate sobre fato determinado. Como tática e mecanismo protelatório, é até interessante. Mas fato mais determinado do que fitas apresentadas, do que a ratazana pega exatamente saqueando os cofres públicos é difícil entender.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, o que V. Ex^a diz é muito oportuno. Gostaria de citar fatos que ocorreram quando talvez nem V. Ex^a, nem o Senador Tião Viana, nem a Líder do PT tinham nascido. A Polícia Federal sempre foi o maior símbolo de organização e de moral. Ela é simbolizada aqui pelo nosso Senador Romeu Tuma. Mas eu quero contar um fato. Nos anos 70, quando o PMDB no Piauí era MDB e começou a tomar as capitais, as melhores cidades como Floriano, com Bruno Santos, Parnaíba, eu fui acusado de comunista, subversivo. Eu ia saindo, Senador Tião Viana, de um hospital, e um policial federal, desses conscientes, me disse: “Dr. Mão Santa, eu estou aqui fazendo um inquérito. Andei nesta cidade, e V. Ex^a é uma das pessoas mais dignas e honradas. Então, eu não quero lhe dar o desprazer de ir à Capitania dos Portos, porque lá eu estou fazendo sindicância de bandido, de contrabandista. Então, eu quero ir na sua casa”. E ele bateu ao lado da Adalgisa, para encerrar. Quer dizer, a Polícia Federal é ativa, é digna, descente, é honrada em todos os períodos, até no revolucionário. O que eles fizeram foi me excluir, evitaram até que eu fosse à Capitania dos Portos. Conforme ele disse: “Lá, nós estamos levando contrabandista e nós não queremos maculá-lo, porque eu já andei nesta cidade...” Foi na casa, e nós não tínhamos nem casa, éramos recém-casados. Então, essa Polícia Federal sempre foi digna e honrada e ela é que tem salvo o Brasil, como está salvando agora o Governo Lula.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço V. Ex^a pelo aparte. Compartilho inteiramente da compreensão de V. Ex^a em relação ao aparato da Polícia Federal. Não tenho dúvida disso. Aliás, essa é mais uma desculpa desonesta, a mesma que o governo passado usava, de que não precisava abrir um procedimento investigatório aqui, porque a Polícia Federal já estava fazendo, o Ministério Público também já estava. Os policiais federais, que hoje são tão reivindicados para justificar o balcão de negócios sujos aqui montados para impedir a realização de Comissão Parlamentar de Inquérito, fazem parte da mesma Polícia Federal que foi sufocada, atropelada,

quase aniquilada no movimento de reivindicações por melhores condições de trabalho, feito ainda ano passado, no atual Governo.

Sr. Presidente, encerrando, pois vi que o meu tempo já se esgotou, o Senador da Bahia dizia que fazer elogios ao Senador Suplicy complicava a vida dele. Sei também que muitos dos mecanismos de entrave e de intolerância contra o Senador Suplicy, pela cúpula palaciana do PT, também estão relacionados ao fato de S. Ex^a ter agido da forma correta, solidária, todo o tempo, conosco, ainda no processo de expulsão, de inquisição, de santo ofício, que, tal qual o outro, de santo nada tinha.

Então, deixamos a nossa solidariedade ao nosso querido Senador Eduardo Suplicy. Para mim, machuca profundamente quando vejo algumas declarações de que é jogo de *marketing*, de que é isso ou aquilo outro, porque quem conhece em profundidade o Suplicy, a alma dele, os gestos mais nobres, mais simples, mais humildes que S. Ex^a é capaz de ter, quer seja em uma favela de um periferia de Alagoas ou em uma favela de São Paulo, os gestos tão simples, delicados, humildes e preciosos que o Suplicy sempre tem, e alguém acusá-lo de um jogo sórdido de *marketing*, do que quer que seja, é tão injusto e infame que talvez consideração nem merecesse.

Mas, não poderia deixar de dar o nosso abraço de solidariedade, na certeza de que ele cumpriu aquilo que a grande maioria do seu povo a ele deu, que foi uma eleição. É muito hipocrisia, vigarice política, falar em fidelidade às decisões tomadas pelas cúpulas dos partidos quando essas decisões se confrontam com as decisões do programa do partido e da sua história.

É por isso que o debate da reforma política tem muito de farsa, porque quando fala de fidelidade partidária não fala de fidelidade ao programa do partido, aos compromissos assumidos pelo partido ao longo da sua história e nas campanhas eleitorais. Então, por fidelidade partidária, por fidelidade aos eleitores, o Suplicy agiu absolutamente certo, porque uma cúpula, uma decisão, por mais nobre que seja, não é maior que a consciência, as convicções éticas, filosóficas, pessoais das pessoas e não é maior que a vontade de todos os eleitores.

Então, tenho absoluta certeza de que os eleitores do Suplicy, em São Paulo, com certeza, estão felizes com o gesto de grandeza política que ele deu ao assinar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N. 572, DE 2005

Nos termos do artigo 43 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento por 130 (cento e trinta) dias, a partir de 1º de junho de 2005, para tratamento de saúde, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal em anexo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2005

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Segundo Secretário do Senado Federal
- PMDB/MA -

CONCESSÃO DE LICENÇA A SENADOR**IDENTIFICAÇÃO****NOME DO(A) SENADOR(A)****JOÃO ALBERTO SOUZA****PARTIDO**

PMDB

ESTADO

MA

PRONTUÁRIO**TIPO**☒ **TRATAMENTO DE SAÚDE**☐ **REPOUSO A GESTANTE *****AFASTAMENTO**

A PARTIR DE 1.6.2005

Nº DE DIAS 130 dias

SITUAÇÃO☐ **CONCESSÃO INICIAL**☐ **PRORROGAÇÃO**

Brasília - DF, 1.6.2005

Geto Artiga L. Silva

Médico

CRM-DF 3635

JUNTA MÉDICA**OBSERVAÇÕES**

N 30.1.D 29.1 E 10.0

ORIGEM/MÉDICO**CRM**☐ **HOMOLOGADO**☐ **NÃO HOMOLOGADO****ASSINATURAS/CARIMBOS**

Dr. Carlos Henrique S. Silva
Psiquiatra
CRM-DF 1999
MEMBRO

PRESIDENTE

Dr. Paulo R. R. Ramalho
CRM-DF 2081

Dr. R. Ramalho
CRM-DF 44
MEMBRO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVIGORADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999

DECISÃO DA MESA☐ **APROVADO**☐ **REJEITADO****PRESIDENTE****1º Vice-Presidente****2º Vice-Presidente****1º Secretário****2º Secretário****3º Secretário****4º Secretário**

REQUERIMENTO Nº 573, de 2005

Requeremos, nos termos do **art. 199** do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de junho de 2005, Sessão Especial em função do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, que acontece em 12 de junho, e com intuito de destacar a necessidade de continuar a luta para abolir esta tragédia no Brasil.

Sala das sessões, em 30 de maio de 2005.

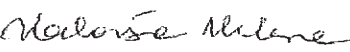

CRISTOVAM BUARQUE
Senador – PT/DF

PAT RÍCIA SABOYA GOMES
Senadora – PPS/CE


Paulo Paim
Senador – PT/RS


João Capiberibe
Senador – PSB/AP


Ana Júlia Carepa
Senadora – PT/PA


Heloísa Helena
Senadora – PSOL/AL

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Alvaro Dias e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do escritor João Ubaldo Ribeiro publicada na revista Veja, edição de 18 de maio do corrente, sob o título “Somos um país corrupto”.

Na opinião do escritor, o Presidente Lula não gosta de administrar: “Ele não senta para ler, para despachar, para trabalhar” além de não digerir muito bem as críticas que lhe são feitas. E segue dizendo

que “Quando alguém critica Lula chamando-o, por exemplo, de ignorante – o que não é uma difamação, é uma verdade – diz-se que o Presidente está sendo desrespeitado”.

Comenta, ainda, que votou em Lula na última eleição, mas, hoje, o acha despreparado para ocupar o cargo: “Vende a imagem da leitura como uma coisa difícil, comparável a andar em esteira. Uma das coisas graves que eu acho que Lula faz é se gabar, se vangloriar da própria falta de formação”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: João Ubaldo Ribeiro

"SOMOS UM PAÍS CORRUPTO"

O escritor diz que o governo Lula é incompetente, que ricos e pobres brasileiros são igualmente desonestos e que a idéia de cotas significa um esforço para dividi o Brasil em raças

João Gabriel de Lima

O escritor João Ubaldo Ribeiro fustiga o presidente Lula com a mesma intensidade com que Luis Fernando Veríssimo atormentava Fernando Henrique Cardoso. Nestes dois anos e meio de administração petista, Ubaldo se tornou um dos críticos mais ácidos do governo. "Não gosto dessa posição, não gosto de aparecer, mas fazer o quê? É inevitável se indignar com certas coisas", diz o autor. Seu motivo mais recente de irritação foi a cartilha com termos politicamente corretos elaborada pela Secretaria dos Direitos Humanos. Ubaldo escreveu um e-mail a dezenas de amigos, e isso desencadeou toda a polêmica a respeito do tema. Aos 64 anos, o escritor baiano é um dos maiores best-sellers brasileiros, com 3 milhões de exemplares vendidos ao longo da carreira. Em casa, quando não está escrevendo, Ubaldo se dedica a uma nova paixão: o computador. Ele é capaz de ficar um dia inteiro baixando programas e viajando na internet. Compartilha o hobby com o amigo e também autor Rubem Fonseca: "Ele é um expert e dizia que eu nunca seria como ele. Hoje me chama de mestre". Em seu apartamento no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, João Ubaldo Ribeiro recebeu VEJA para a seguinte entrevista.

Veja — O senhor é um dos maiores críticos do governo. O que há de errado com a administração petista?

Ubaldo — O governo é de uma extraordinária incompetência. Não conseguiu formular nenhum projeto, nenhuma vi-

são nacional. O presidente, na minha opinião, tem de ser respeitado, pela sua condição de incorporar e encarnar o cargo supremo do Executivo brasileiro.

E eu jamais faltei com esse respeito. No entanto, o brasileiro é tão subserviente que, quando alguém critica Lula chamando-o, por exemplo, de ignorante — o que não é uma difamação, é uma verdade —, diz-se que o presidente está sendo desrespeitado.

Veja — A ignorância a que o senhor se refere não seria compensada por outras qualidades?

Ubaldo — Lula é autor de uma obra monumental, o Partido dos Trabalhadores. É algo sem precedentes na história brasileira, e talvez na história latino-americana. Governar um país, no entanto, não é a dele. Lula não sabe administrar. Ele não senta para ler, para despachar, para trabalhar. Ele tem um ministério que dificilmente conseguirá reunir num mesmo dia porque é impossível, num time de quarenta integrantes, que pelo menos um não esteja gripado ou com algum impedimento.

Veja — O senhor votou em Lula?

Ubaldo — Sim, na última eleição. Em 1994 e 1998, votei em Fernando Henrique. Eu não considerava Lula preparado. Hoje vejo que tinha razão. Na época da eleição de 2002, deixei-me convencer

de que os quadros do PT seriam suficientes para manter a coisa sob controle e que o presidente não se deixaria seduzir de forma tão flagrante pelos atrativos do poder. Observando o comporta-

to de Lula, nota-se que o prazer dele não é administrar. São os discursos, são as aparições que eu classifiquei, e não me arrependo do adjetivo, de circenses. Vem sendo assim desde o primeiro dia. Ele foi a uma das cidades mais pobres, se não a mais pobre e faminta do Brasil, lá no Piauí. Muitas daquelas pessoas não sabiam exatamente o que significava um presidente da República, que para elas seria algo assim como um dono do mundo. Lá, ele disse ao povo que todos iriam comer no dia seguinte. E eu duvido que estejam comendo hoje.

Veja — Por causa desse tom crítico ao governo, o senhor é acusado de estar a serviço do PSDB. Como reage a isso?

Ubaldo — Eu sou uma pessoa totalmente destituída de rabo preso. Nunca roubei ninguém, não tenho antecedentes criminais, nunca fui dedo-duro, é difícil desencavar em meu passado algo, mais grave do que ter enganado uma namorada, e assim mesmo muito eventualmente. Quando eu falo mal do governo, recebo cartas iradas dizendo: "Mas o que o PSDB faria neste caso?". Como se tudo o que eu escrevi contra o PSDB não valesse nada. No Brasil, sempre se acredita que a imprensa vive no bolso de alguém. Eu convivi com Roberto Marinho episodicamente por causa de nossa condição de integrantes da Academia Brasileira de Letras. Por ter comparecido a três ou quatro jantares na casa do dono

do Globo, fui acusado de conspirar com ele. Você imagina que Roberto Marinho iria chamar um colunista de jornal para que ambos, juntos, manobrassem os cordões que gerem esta República? As pessoas têm essa convicção porque estão acostumadas ao ambiente de corrupção que reina no Brasil.

Veja — Não é um exagero dizer que a corrupção reina no Brasil?

Ubaldo — Nós vivemos num ambiente de lassitude moral que se estende a todas as camadas da sociedade. Esse negócio de dizer que as elites são corruptas mas o povo é honesto é conversa fiada. Nós somos um povo de comportamento desonesto de maneira geral, ou pelo menos um comportamento pouco recomendável. Se você me acompanhar à rua, a gente pode até fazer uma experiência. A população da Zona Sul do Rio de Janeiro é formada em grande parte de gente da terceira idade. Quando um idoso atravessa a rua, os motoristas de ônibus costumam acelerar em ponto morto, fazendo um barulhão. Eles querem dar um susto no velho; eles querem matar o velho. Já vi fazerem isso com crianças, que acabam saindo correndo. Eu mesmo, que tenho 64 anos, já tomei um susto assim. Os brasileiros estão convictos de que, se um

"Nós vivemos num ambiente de lassitude moral que se estende a todas as camadas da sociedade.

Esse negócio de dizer que as elites são corruptas mas o povo é honesto é conversa fiada.

Nós somos um povo de comportamento desonesto de maneira geral"

pedestre atravessar fora da faixa, o motorista tem o direito de atropelá-lo e matá-lo. Outro exemplo. Eu ouço de várias empregadas domésticas que é comuníssimo aqui no Rio de Janeiro que responsáveis pela merenda escolar retirem substancial quantidade de víveres e alimentos das crianças para levar para casa, distribuir entre parentes e até montar quitandas. Isso é um evidente absurdo."

Veja — *O senhor falou em lassitude moral. Isso não ocorreria porque o país não tem instituições fortes, ao contrário de nações europeias e dos Estados Unidos?*

Ubaldo — Nós somos de um país cuja colonização se deu em moldes muito diferentes dos da colonização dos Estados Unidos, nação à qual somos frequentemente comparados. Os colonizadores ingleses, ao vir para a América, estavam dando as costas para a Europa. Eles vieram para nunca mais voltar. Sua intenção, ao chegar ao Novo Mundo, era criar uma nação ou várias pequenas nações nas treze colônias. No Brasil isso não ocorreu. Não porque os portugueses sejam ordinários pela própria natureza, como frequentemente se diz. A questão é que Portugal nos pegou num momento em que sua prosperidade dependia do fato de o país ser um grande entreposto da Europa, um grande fornecedor de mercadorias. Fizeram, assim, uma colonização predatória. Portugal enriqueceu à custa do açúcar brasileiro, e Lisboa foi recons-

truída pelo marquês de Pombal com dinheiro brasileiro. Convinha manter aqui um controle rígido, diferentemente dos americanos, que de costas para a Europa criaram suas próprias leis. Os portugueses, no entanto, não tinham estrutura para isso. Com essa presença forte do governo necessariamente despoliciado pela metrópole, o domínio dos portugueses ocorreu de uma maneira desordenada, desregulada, importando caoticamente a burocracia lusitana, com a corrupção que essa burocracia gera. Construiu-se toda uma visão de mundo centrada na ação estatal. A origem de muitos dos nossos problemas pode ser essa.

Veja — *De acordo com Gilberto Freyre, no entanto, os portugueses contribuíram positivamente ao criar uma nação miscigenada.*

Ubaldo — É verdade, eles deram algumas contribuições positivas, e essa é uma delas. Com a qual, por falar nisso, o governo quer acabar, implantando o sistema de cotas nas universidades. Eu vejo essa idéia com profunda desconfiança e muito desagrado. Em minha opinião, ela representa um esforço para dividir este país, pela primeira vez, em linhas raciais. Tenho amigos diretores e donos de colégios que estão sendo obrigados a classificar os alunos por raça. Que retrocesso é esse? Já me chamaram e me chamam de vez em quando de negro. Eu me recuso a ser chamado de negro. Não porque tenha vergonha. Eu sou filho de uma família portuguesa pelo lado da mãe, neto de um português pelo lado do pai. A mulher do meu avô paterno era uma mulata acabocada. O que significa que eu tenho sangue negro. Mas eu me recuso a usar o critério americano que diz que é negro todo mundo que tem uma gota de sangue negro. Ou seja, se o sujeito é filho de um zulu com uma sueca, por que a metade zulu tem de prevalecer? E aí vem o governo com essa bobagem de que não se pode usar a palavra "mulato" porque vem de mula. Vou dizer algo politicamente incorreto: Lula é mulato. Se bem me lembro, o cabelo dele era crespo, encarapinhado, no tempo em que era líder metalúrgico. Já hoje, presidente da República, ele tem cabelos sedosos.

Veja — *O senhor acha que o sistema de cotas é de difícil implantação?*

Ubaldo — Eu acho muito complicado classificar as pessoas por raças no Bra-

sil. Eu não vejo TV, posso estar dizendo alguma bobagem, mas eu me lembro de que, a Xuxa só aceitava loirinhas para paquitas. Suponhamos que baixassem no Brasil um decreto específico, dizendo: "Xuxa Meneghel é obrigada a reservar 50% das vagas de paquitas para afro-descendentes". Apareceriam no dia seguinte 20 000 loiras de olhos azuis mostrando o retrato de um vovô negro. Carla Perez, minha conterrânea, é uma loira artificial. Ela é mulata, filha de mulato, sem deixar de ser loira. Essa idéia das cotas embute, no fundo, uma visão equivocada: aquela que enxerga a questão da escravidão como um problema de origem racial.

Veja — *E não é?*

Ubaldo — Não existe nada mais falso do que isso. Ao longo da história, os escravos sempre foram os vencidos, e não necessariamente os negros. Na maior parte das civilizações, os escravos eram brancos. Os hebreus foram escravos dos egípcios, por exemplo. Não foram os portugueses que escravizaram os africanos. Eles trouxeram nos navios negreiros pessoas que já haviam sido escravizadas em sua nação de origem. Eram negros escravizando negros. As nações da África do início do ciclo das grandes navegações nunca tinham ouvido falar na existência dos brancos. Acreditavam que a humanidade era negra. Achavam-se, assim, tão diferentes dos vizinhos que falavam outra língua, cultuavam outros deuses e comiam outra comida quanto um inglês se acha diferente de um francês, de um alemão ou de um napolitano. A suposta irmandade entre os negros passou a existir quando eles foram unificados na categoria de escravos.

Veja — *O senhor sempre se autodefiniu como um autor que escreve por dinheiro. Alguém com essa postura sofre algum tipo de discriminação no Brasil?*

Ubaldo — Sem dúvida. Em parte por causa da inveja dos que não conseguem vender livros. Durante a maior parte da história a regra foi a encomenda. Quase toda a arte renascentista foi produzida assim, da Capela Sistina às fontes de Roma. Esse negócio de se sentar e se comunicar magicamente com as musas é conversa de rico que fica falando em arte. O artista de verdade quer ser pago.

“Eu vejo essa idéia de cotas com profunda desconfiança. Ela representa um esforço para dividir este país, pela primeira vez, em linhas raciais. Tenho sangue negro. Mas eu me recuso a usar o critério americano que diz que é negro todo mundo que tem um gota de sangue negro”

Veja — Por que se lê tão pouco no Brasil?

Ubaldo — É um lugar-comum dizer que isso ocorre porque o livro é caro. Sem dúvida essa é uma das razões. Há, no entanto, uma cultura de que o livro é uma coisa chata, difícil. Eu sou adotado em escolas, e devo ser odiado por um número imenso de estudantes brasileiros. Os jovens lêem os livros preocupados em responder a perguntas incompreensíveis em provas. Um grande número de professores transmite aos alunos o ódio que eles mesmos têm dos

clássicos. O próprio presidente vende a imagem da leitura como uma coisa difícil, comparável a andar em esteira. Uma das coisas graves que eu acho que Lula faz é se gabar, se vangloriar da própria ignorância, da própria falta de formação.

Veja — O senhor recentemente teve graves problemas de saúde por causa do alcoolismo. Poderia contar o que aconteceu?

Ubaldo — Foi uma luta de oito anos, complicadíssima. Tudo começou com uma depressão, em 1994, quando voltei da Copa do Mundo dos Estados Unidos. Uma depressão sem motivo, mas eu caí de cama, só não quis me suicidar. Tomei todos os remédios possíveis. Eu, que já bebia bastante, tentei curar a depressão com álcool, que é a pior burrice que alguém pode fazer. Porque a depressão vai embora durante três horas, quatro horas, depois volta pior. Você entra numa espiral descendente da qual é difícil sair. Fiquei oito anos nesse inferno, inchado, tremendo. O auge, há quatro ou cinco anos, foi quando tive uma pancreatite que quase me levou à morte. Passei quinze dias na unidade semi-intensiva do hospital. Tive a sorte de ser um dos poucos casos de pancreatite que não deram dor nenhuma. Dizem que as dores associadas a essa doença estão entre as piores que se podem suportar. Hoje, felizmente, estou há três anos sem beber.

Veja — Como o senhor superou o problema?

Ubaldo — Pela via da religião. Eu não me submeto ao ministério de nenhuma crença; embora acredite em Deus, reze todas as noites e me considere cristão. Há algum tempo, por uma série incrível de coincidências que não vou relatar aqui, tornei-me devoto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Eu dizia que quase morri de pancreatite. Depois que saí do hospital, voltei a meus velhos hábitos de beber. Acordava cedíssimo, por volta das 5 da manhã, ia comprar jornal e passava pelos bares que fecham tarde para comprar uísque. Às 10 da manhã já estava bêbado, e assim passava o dia inteiro. Logo tive o anúncio de que a pancreatite estava voltando: engulhos em seco. Eu acordava e ia direto para o vaso sanitário, para uma sessão de náuseas. Isso piorava a cada dia, e uma segunda pancreatite para mim seria a morte. Até que uma noite, na hora de dormir, eu rezei a Nossa Senhora: “Se amanhã eu amanhecer sem náuseas, eu paro de beber”. Acordei e, pela primeira vez em muito tempo, não tive engulhos. Desde então, e isso foi há três anos, não bebi mais nada. Todos os fins de semana vou com meus amigos ao boteco e só tomo guaraná diet. O mais incrível é que não sinto a mínima vontade de beber. Eu poderia dizer que tenho uma imensa força de vontade, mas não seria verdade. Eu não faço esforço nenhum. ■

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Boquinha livre”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 22 de maio do corrente.

O artigo mostra que o Partido dos Trabalhadores é contra as privatizações porque, com elas, o PT perde espaço dentro do Estado para fazer o jogo político e eleitoral.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Minha presença nesta tribuna hoje também tem a finalidade de registrar o excelente artigo do Colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 29 de maio último, sob o título “A última do Lula: um plano de metas para o ano 2022”.

A matéria trata de um “plano de metas para vigorar até 2022”, remetido pelo Ministro Luiz Gushiken, em correspondência a 50 mil pessoas espalhadas pelo

Brasil, apresentando um tal “Projeto Brasil 3 Tempos”. O custo disso ficou em torno de R\$900 mil reais.

Essa correspondência contém questionário de 50 temas, que vão de política cultural a nanotecnologia, por meio do qual o destinatário é instado a dar sua opinião para ajudar a “Construção de um Futuro Melhor”.

Segundo o articulista “Não há projeto de futuro capaz de subsistir a um presente tão promíscuo”, referindo-se à desastrosa gestão atual do PT.

Sr. Presidente, o artigo, por sua importância, merece a reflexão de todos, razão pela qual solicito seja transcrito como parte integrante deste meu pronunciamento, para que também conste dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Boquinha livre

BRASÍLIA - A privatização do sistema Telebrás rendeu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso muita crítica antes, durante e depois do programa. De aliados e de opositores.

Algumas eram procedentes. Como as baseadas em grampos telefônicos, que levantaram a suspeita de ação do governo para beneficiar alguns grupos nos leilões de privatização.

Outras escondiam a defesa de interesses corporativos e pessoais. Sobre essas, lembro de um desabafo de FHC na época: “É chiadeira de quem vai perder uns cem cargos políticos”.

Diretórias das teles faziam parte das jóias da coroa. Presentes em todos os Estados, eram cobiçadas pelos políticos pelo potencial eleitoral.

Rendiam negócios milionários, um canal para a coleta de doações eleitorais e outros negocinhos. Serviam ainda para ganhar votos, prestando serviços como a instalação de telefones a eleitores. A farra acabou com venda da Telebrás.

Tal uma grande serventia das privatizações. Estreitar ao máximo o es-

paço dentro do Estado utilizado para o jogo político pessoal e eleitoral. Afinal, ninguém se esbofeteia por cargos pensando em um projeto de país.

No caso das teles, é inegável também que o serviço de telefonia no país melhorou — e muito. É o ideal? Ainda não, mas imagine se ainda fosse estatal. Veja o que acontece com nossas estradas esburacadas.

Alguém vai lembrar das denúncias de corrupção e comissões nos leilões das teles. Até hoje esses fantasmas, ainda não comprovados, continuam rondando a cena brasileira.

Deveriam existir? Não. Mas isso não significa que tudo deveria ter ficado como estava. Um Estado gigantesco é campo fértil para as negociações políticas. Como a dos Correios, que ainda vai tirar muita noite de sono do presidente Lula.

Infelizmente, o PT não é muito favorável a privatizações. Seus aliados agradecem. Vão mantendo suas boquinhas. E nem precisam votar a favor do governo.

NO PLANALTO

DOCUMENTO, A QUE SE
REFERE

A última de Lula: um plano de metas para o ano 20

JOSIAS DE SOUZA

CC: UNISTADAFOLHA

NÃO HÁ mais dúvidas: é mesmo uma espécie de capacitor que foi a casa de Volante para salvar a Chapéuzinha Vermelha e acabou casando com o Lobo Mau. Mas o presidente já fez esteja enojado da opção que fez. Tanto que encomendou ao camarada-estrategista Luiz Gushiken um plano de metas para vigiar, até 2022. Duas décadas de convivência com a desfaçatez é tudo o que Lula e o ex-PT parecem dispostos a aguentar. A paciência do petismo tem limites.

Em carta recebida da Presidência da República, o repórter foi convidado a ajudar a "construir o Brasil do futuro". A mesma correspondência foi enviada a outros 49.999 brasileiros. Todos foram instados a visitar um endereço eletrônico: www.pt.sidenet.gov.br/br31. Ali, digitando-se uma senha individual, as pessoas são apresentadas a um tal "Projeto Brasil 3 Tempos".

O repórter alarmou-se com a súbita responsabilidade acordada sobre os seus ombros estreitos. "O projeto depende da sua opinião". Com o auxílio de acadêmicos, o governo elaborou um questionário. Cuius? Ambiciosa. Aborda 50 temas: a política cultural, a nanotecnologia. Com a sua participação, os temas serão discutidos, formando o alicerce de um processo de estudo estratégico, que permitirá a construção de um futuro melhor, estimulando a mensagem.

Embora sensibilizado com tanta deferência, o repórter achou melhor declinar do convite para participar da ambiciosa empre-

tada governamental. Súbita, lembrou-se de Stefan Zweig, autor do livro "Brasil, País do Futuro", o escritor austríaco suicidou-se em fevereiro de 42, em Petrópolis (RJ), por não suportar o presente. Observando a sem-vergonhice dos dias que correm, o repórter, por vezes também sente as ansiedades da morte voluntária.

A colaboração com Gushiken revolveria perigosamente os subterrâneos da psique do repórter. O id poderia receber mal a ideia. Decerto decodificaria as respostas ao questionário do Planalto como evidências da cumplicidade com o governo. Um governo que, por indigno, não merece ajuda. Seria arriscado. Muito arriscado. Arriscadíssimo. Melhor evitar. Não é hora de apressar o encontro com Stefan Zweig.

Nada como o presente para descreatar o futuro. Enquanto Gushiken, instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, finge construir 2022, Lula, na sala ao lado, e José Dirceu, no pavimento superior, conduzem operações que destroem 2005.

"Poder-se-ia imaginar que o tour-de-farsa fosse coisa combinada. Lula e Dirceu mergulhariam o país no caos de propósito, só para que Gushiken pudesse erigir dos escombros uma nação novinha em folha, nascida do zero. O mais provável, no entanto, é que Gushiken esteja mesmo planejando um imaginário Brasil das maravilhas, a ser gerido por uma improvável Alice petista."

As voltas com as contradições de uma gestão convencional, o PT parece não seguir aqui

não é mais a elite conservadora. Tampouco é neoliberalismo. Muito menos o mercado financeiro. O principal adversário do ex-PT é, e nisso vai uma rubrica, a dose de ironia, o próprio partido. O partido virou uma caixa de zoro. Encontra-se corda. Nos aros instantâneos que o segue abrirem os olhos, o adversário que o mais dosamente tem a noção do velho PT, aquela geradora de embate, de outrora, fenece transigente da ética.

Nada mais trágico para o partido do que, acabando com os demônios que se rebatam. O petismo é a própria trapaça. O tipo de ex-PT converte-se na desgraça do PT. O sucesso de um matou o outro. Não há projeto de futuro capaz de subsistir a um presente tão promíscuo.

Um novo Brasil, organizado e sério, exigiria respeito ao erário. Mas Lula achou melhor não correr o risco de melhorar o país. Optou pelo arcaísmo de sempre. Preservou a névoa de atraso que recobre o vale-tudo da predação patrimonialista. A covardia cobra agora o preço da desmoralização.

Por todas as razões, o repórter quer distância do mirabolante plano de metas de Gushiken. Mas, levando-se em conta que está contribuindo com a bilheteria do circo — o "Projeto Brasil 3 Tempos" custará à Folha cerca de R\$ 900 mil —, sente-se no direito de dar um palpite gratuito ao companheiro-estrategista.

Além de não poder ajudar a consertar o presente, caro camarada, é melhor deixar o futuro em paz. No rumo em que as coisas vão, o amanhã terá o incômodo semblante de anteontem. Em 2022, o país será retrocedido a uma era muito emotiva. Não haverá mais PT. Não existirá mais Brasil. Restarão apenas uns poucos hominídeos. Entre eles o homo petebé ere, tu, e o homo dirceu sapiens. Travarão renhidas contendas para decidir quem controlará o último osso e quem ocupará mais espaços na derradeira caverna, um buraco escuro, úmido e fétido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ligações perigosas”, publicada na revista **Veja** em sua edição do último dia 8 de maio.

A matéria mostra o envolvimento entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que age nos presídios do Estado de São Paulo. Gravações indicam que o contato entre o MST e o PCC

teria começado por meio das relações pessoais de um dos presos com integrantes do Movimento.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Revista:

veja

08/05/05

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação

Carlos Rydlewski e Fábio Portela

Era o que faltava: uma ligação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua nos cárceres paulistas. Não se sabe ainda se é rasa ou profunda, mas, ao que tudo indica, ela existe. Um relatório preparado pelo juiz Edmar de Oliveira Ciciliati, da Vara de Execuções Criminais de Tupã (SP), com uma hora de escutas telefônicas, feitas no início de abril pela Polícia Militar em celulares de presos, sugere que o PCC contou com a colaboração dos sem-terra para organizar um protesto em 18 de abril, em São Paulo. Participaram da manifestação mais de 4 000 pessoas, no que foi a maior concentração de parentes de condenados já vista no Brasil. O ato, que reivindicava mudanças no regime de visitas dos presídios, mostrou uma capacidade até então inédita de articulação dos detentos.

As gravações indicam que o contato com o MST teria começado por meio das relações pessoais de um dos presos com integrantes do movimento. “Aí veio a idéia de ter uma maior orientação no campo de batalha”, diz um criminoso (veja trechos da escuta na pág. ao lado). As aulas dos sem-terra tinham sido transmitidas em “palestras” ministradas a pessoas em liberdade, que depois as repassaram para a facção criminosa. Um integrante do MST ofereceu ainda os serviços de uma gráfica. Nas ligações, há comentários sobre o fato de um dos líderes do PCC ter conhecido José Rainha Júnior, do MST, na prisão de Presidente Bernardes (SP), em 2003. “Mas ele é sujo”, diz o condenado. “Não com ladrão (detentos comuns), mas com o comando (o PCC).” Já um tal Gaúcho, apontado como membro da cúpula do MST, seria “da hora”.

Nos telefonemas gravados, parcialmente divulgados na semana passada pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, discutem-se ainda detalhes práticos do protesto, como o preço do frete de ônibus para levar pessoas do interior ao ato na capital. Cada veículo custou 1 300 reais. Os presos também acertaram o valor de 10 000 camisetas — cada uma a 0,40 reais. O juiz corregedor dos presídios, Miguel Marques e Silva, afirma: “Tudo isso precisa ser apurado, mas a questão que fica é como o Es-

tado, organizado e com mobilidade para defender a sociedade, não consegue combater um grupo de presos que faz esse tipo de coisa de dentro da cadeia”.

Xico Graziano, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não considera improvável que tenha sido estabelecida uma relação mais próxima entre o MST e o PCC. “Desde que passou a montar fábricas de sem-terra, o MST faz alianças urbanas de todo tipo”, diz Graziano. “Eles precisavam arregimentar pessoas para a militância e, nesse processo, essa aproximação é razoável.” Razoável e com precedentes, enfatiza-se. Alianças entre bandos criminosos e organizações que se pretendem revolucionárias são comuns. O caso mais próximo e atual é a associação entre as Farc, a guerrilha esquerdista que minuzza a Colômbia, e os traficantes de cocaína daquele país. Um alimenta o outro, numa simbiose que tenta minar o poder do Estado.

Protesto em SP que reuniu mais de 4 000 pessoas: detentos planejaram o transporte e até as palavras de ordem

OS DIÁLOGOS DO PCC

As escutas feitas pela polícia de São Paulo, no início de abril, flagraram conversas por celular entre prisioneiros, todos apontados como integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

OS PERSONAGENS

Orlando Mota Júnior, conhecido como Cala Calu, então preso na cidade de Iaras. Condenado a 48 anos de prisão.

Douglas Azevedo, o Da Paz, na ocasião, preso em Araraquara. Condenado a dezesseis anos.

Marcos Williams Camacho, vulgo Marcôla ou Narigudo, atual cabeça do PCC. Condenado a 39 anos.

Denis e Luizinho, outros dois integrantes do grupo. Luizinho está solto.

AS CONVERSAS

O PCC PEDE AJUDA AO MST

Fala 1. Entre Orlando Mota Júnior, o Cala Calu, e Denis:

Cala Calu – (...) Eu acabei de conversar com os líderes do MST e eles vão dar umas instruções (sic) pra gente.

Fala 2. Entre Cala Calu e Douglas Azevedo, o Da Paz:

Da Paz – (...) O Narigudo (Marcôla) conhece um dos líderes dele, que estava em Bernardino. É sujo, o Rainha (José Rainha).

Cala Calu – É sujo, né?

Da Paz – Sujo, sujo. Nem conversava (...). Mas um outro que assumiu é o líder-geral de es lá, que é o Alemão, e o nome dele é Eduardo, ele já mudou as caras para o irmão aqui (Marcôla). Ele é um cara da hora, irmão, e está fechando com a gente de igual.

Fala 3. Mantêm-se os personagens:

Cala Calu – (...) Nós pode (sic) ficar tranquilo que ele (o suposto integrante do MST) tem experiência com isso, ele vai conduzir a situação nossa, aí vou a ideia de (...) ter uma maior orientação no campo de batalha, entendeu? (...)

Da Paz – Pra você ver que, às vezes, os ventos estão a nosso favor, né, cara?

Cala Calu – Ele deixou à nossa disposição até mesmo a gráfica dele e as pessoas que fez (sic) faixa para ele pra todo tipo de manifestação.

Da Paz – Não tô acreditando no tamanho do negócio que estamos proporcionando. O negócio é evolução, mesmo. O barato vai ser mil grau (sic).

CRIME MUITO ORGANIZADO

Fala 4. Da Paz faz comentário sobre a consulta feita ao Ministério da Justiça, por um advogado, os ritos burocráticos para organizar um protesto:

Da Paz – Eles (do Ministério da Justiça) não podem estar diretamente com a gente, não mover nenhuma balha. A única que podem fazer é mandar avisar para a prefeitura, para a PM, a (polícia), o DSV (departamento trânsito). Tem de avisar um momento (...). Ti do isso, como eu te falar, é um direito nosso (...). Vocês fizer (sic) desse jeito, por que já era (...).

PODER DE FOGO

Fala 5. Da cadeia, outros negócios também são tratados nas ligações gravadas, como a compra de uma metralhadora:

Luizinho – Tem um cara aqui que está vendendo uma metralha (metralhadora). (...) Fala que dá 3 000 reais, no máximo 3 500 se estiver nova.

veja 11 de maio, 2005

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o Senado aprovou, com o apoio de todos os Partidos políticos, projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04, na Câmara), que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e institui seu conselho gestor.

O projeto contou com mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas, inclusive do Presidente Lula e há catorze anos tramitava na Câmara Federal.

Foi aprovado no Senado com o apoio de todos os partidos, num prazo considerado extremamente rápido (quarenta e cinco dias).

Para semelhante projeto são necessárias assinaturas de 1% do eleitorado do País, distribuído pelo menos por cinco estados com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um desses cinco Estados.

Nessa casa o projeto teve a contribuição de todos, mas gostaríamos de ressaltar o excelente trabalho realizado pelos Relatores Ideli Salvatti (Bloco/PT

–SC), Relatora do projeto, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ), Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Todos eles ressaltaram a importância de se aprovar um projeto de iniciativa popular, fato que se repete pela segunda vez na história do nosso País.

Com a extinção do BNH, em meados da década de 80, apenas tentativas isoladas buscaram solucionar o problema habitacional no Brasil, que apresenta um déficit de sete milhões de moradias.

Sr. Presidente, gostaríamos ainda de ressaltar o papel imprescindível do Ministério das Cidades neste processo. O Ministro Olívio Dutra deu seu inteiro aval para que a proposta fosse aprovada.

Para o Ministro o projeto aprovado pelo Congresso tornou-se a espinha dorsal da Política Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e tanto a sua aprovação, quanto a sua implantação é prioridade para o Governo Federal.

O projeto prevê a criação de um fundo, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNIHS. Prevê também a criação de um conselho gestor para o fundo, coordenado pelo Ministério das Cidades.

A criação de um sistema nacional de habitação de interesse social trará mais segurança para investimentos tanto da iniciativa privada, quanto do poder público no setor habitacional.

É fundamental ressaltar também que 88% do déficit de habitações recai sobre as famílias com renda mensal de até três salários mínimos e que o novo sistema visa atender prioritariamente essas famílias.

As ações do sistema se darão de forma articulada entre Municípios, Estados e União ante um levantamento prévio das demandas locais no setor habitacional e da existência de áreas sub utilizadas, entre outros fatores.

Considerada por todos uma grande vitória da democracia, a aprovação desse projeto de iniciativa popular é a demonstração de que a sociedade articulada e organizada é uma força viva na construção dos seus próprios caminhos e nas soluções das barreiras que se apresentam.

Parabéns a todo povo que construiu a proposta e a todos os envolvidos na sua aprovação. Precisamos agora é da concretização deste sonho!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA **Às 15:30 horas**

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2005

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 571,
de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que *cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 684, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 241, DE 2005**

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.*

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 242, DE 2005**

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 243, DE 2005**

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresen-

tado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005*.

5**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2005**

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005*.

6**PARECER Nº 595, DE 2005**

*(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

7**PARECER Nº 596, DE 2005**

*(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do

Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

8**PARECER Nº 597, DE 2005**

*(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

9**PARECER Nº 598, DE 2005**

*(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

10**PARECER Nº 599, DE 2005**

*(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005

(nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11**PARECER Nº 600, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarino Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12**PARECER Nº 601, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13**PARECER Nº 602, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados

do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14**PARECER Nº 603, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15**PARECER Nº 604, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 7, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

19**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como

primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

21**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250**, adotada em 19 de maio de 2005 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que “**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00, para os fins que especifica**”.

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ADEMIR CAMILO	008
Deputado JAIME MARTINS	009
Deputado RICARDO BARROS	001
Deputado RAUL JUNGMAN	006
Deputado ROGÉRIO TEÓFILO	007
Deputado SANDRO MABEL	002, 003, 004 e 005

TOTAL DE EMENDAS: 009

MPV - 250

00001

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIA**ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

Medida Provisória n. 250 de 2005

01

TEXTO

Inclua-se na Medida Provisória nº 250, de 2005, um artigo com a seguinte redação:

"Art. ____ Fica vedado o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos para contribuições partidárias

JUSTIFICAÇÃO**JUSTIFICATIVA**

A medida visa conter a transferência de recursos públicos para os partidos políticos, exigida estatutariamente de forma coercitiva.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

RICARDO BARROS

PR

PP

DATA

ASSINATURA

23/05/2005

MPV - 250**00002****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

250/05

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250/05 - 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

Recuperação de Danos Causados por Desastres no município de FAINA, Estado de Goiás.

GND 04 / MOD. APL. 40

VALOR R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais)

CANCELAMENTO:

RESPOSTA AOS DESASTRES - AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO

GND 03 / MOD 40 / FONTE 300 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

08.244.1029.0A01.0001

VALOR R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 250/2005 Visa A Obtenção De Recursos Financeiros Objetivando a obtenção de recursos financeiros que serão utilizados na recuperação de áreas degradadas devido as precipitações ocorridas no mês de janeiro de 2004, o que trouxe inúmeros transtornos à população carente, indubitavelmente a mais prejudicada com esta situação de emergência. É importante ressaltar que toda documentação onde se pode constatar a real situação do município já foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

ASSINATURA

25/05/05

MPV - 250**00003****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

250/05

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250/05 - 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

Recuperação de Danos Causados por Desastres no município de SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO, Estado de Goiás.

GND 04 / MOD. APL. 40

VALOR R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

CANCELAMENTO:

RESPOSTA AOS DESASTRES - AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO

GND 03 / MOD 40 / FONTE 300 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

08.244.1029.0A01.0001

VALOR R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 250/2005 Visa A Obtenção De Recursos Financeiros Objetivando a obtenção de recursos financeiros que serão utilizados na recuperação de áreas degradadas devido as precipitações ocorridas no mês de janeiro de 2004, o que trouxe inúmeros transtornos à população carente, indubitavelmente a mais prejudicada com esta situação de emergência. É importante ressaltar que toda documentação onde se pode constatar a real situação do município já foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

ASSINATURA

25/05/05

MPV - 250

00004

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

250/05

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250/05 - 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

Recuperação de Danos Causados por Desastres no município de NOVO GAMA, Estado de Goiás.

GND 04 / MOD. APL. 40

VALOR R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

CANCELAMENTO:

RESPOSTA AOS DESASTRES - AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO

GND 03 / MOD 40 / FONTE 300 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

08.244.1029.0A01.0001

VALOR R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 250/2005 Visa A Obtenção De Recursos Financeiros Objetivando a obtenção de recursos financeiros que serão utilizados na recuperação de áreas degradadas devido as precipitações ocorridas no mês de janeiro de 2004, o que trouxe inúmeros transtornos à população carente, indubitavelmente a mais prejudicada com esta situação de emergência. É importante ressaltar que toda documentação onde se pode constatar a real situação do município já foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

25/05/05

ASSINATURA

MPV - 250**.00005****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

250/05

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250/05 - 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

Recuperação de Danos Causados por Desastres no município de SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, Estado de Goiás.

GND 04 / MOD. APL. 40

VALOR R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais)

CANCELAMENTO:

RESPOSTA AOS DESASTRES - AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO

GND 03 / MOD 40 / FONTE 300 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

08.244.1029.0A01.0001

VALOR R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 250/2005 Visa A Obtenção De Recursos Financeiros Objetivando a obtenção de recursos financeiros que serão utilizados na recuperação de áreas degradadas devido as precipitações ocorridas no mês de janeiro de 2004, o que trouxe inúmeros transtornos à população carente, indubitavelmente a mais prejudicada com esta situação de emergência. É importante ressaltar que toda documentação onde se pode constatar a real situação do município já foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

25/05/05

ASSINATURA

MPV - 250

00006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO		MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
		250/2005	01 DE 01
TEXTO			
<p>Inclua-se na MP 250/2005 o seguinte subtítulo:</p> <p><u>Suplementação</u></p> <p>08.244.1029.0A01.XXXX – Auxílio Emergencial Financeiro (Crédito Extraordinário) – Estado de Pernambuco</p> <p>Valor: R\$ 5.000.000,00</p> <p><u>Cancelamento</u></p> <p>08.244.1029.0A01.0001 – Auxílio Emergencial Financeiro (Crédito Extraordinário) – Nacional</p> <p>Valor: R\$ 5.000.000,00</p>			
JUSTIFICAÇÃO			
<p>A presente emenda tem o objetivo de proporcionar o atendimento emergencial não apenas nos estados do sul do Brasil mas, principalmente, nas localidades mais necessitadas.</p> <p>A exposição de motivos à MP traz a alegação que os recursos ora destinados visam atender as populações "vítimas de forte estiagem ocorridas recentemente nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná". Ora, é notória a necessidade de auxílio financeiro também por parte dos agricultores nordestinos, haja vista que "forte estiagem" ocorre a muitos anos no nordeste brasileiro.</p> <p>Isto posto, e para que se dê tratamento equânime à região nordeste, é que solicito a aprovação da presente emenda pelo nobre relator.</p>			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF
	Deputado Raul Jungman		PE
DATA	ASSINATURA		PARTIDO
25/05/2005			PPS

MPV - 250

00007

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

250/2005

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Funcional Programática: 08.244.1029.0A01.XXXX

Programa: Auxílio Emergencial Financeiro (Crédito Extraordinário)- Municípios do Estado de Alagoas

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

Modalidade: 40

CANCELAMENTO

Funcional Programática: 08.244.1029.0A01.0001

Programa: Auxílio Emergencial Financeiro (Crédito Extraordinário)- Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

Modalidade: 40

JUSTIFICAÇÃO

Não obstante a importância do crédito para o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida na região sul do País, **a presente suplementação visa** atender as vítimas das fortes chuvas que assolaram o Estado de Alagoas, sobretudo nos três municípios mais atingidos - **Coruripe, Feliz Deserto e Penedo**, onde várias casas foram derrubadas pela enchentes o que deixou muitos desabrigados, onde foi constatado pelos **técnicos da Defesa Civil Nacional** que a situação dos municípios é realmente de **calamidade pública**.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROGÉRIO TEÓFILO

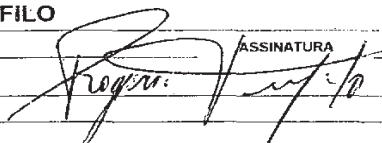
AL

PPS

DATA

25/05_/05_

ASSINATURA



MPV - 250

00008

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

250/2005

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

1 de 1

TEXTO

Inclua-se:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101- Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática

06.182.1027.0678.xxxx – Apoio a Obras Preventivas de Desastres- Construção do Dique de Contenção em Almenara – MG

Valor: R\$ 5.500.000,00

GND: 4

Fonte: 100

Cancelamento

Valor: R\$ 5.500.000,00

Órgão: 5300 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

1029 – Resposta aos Desastres

0824410290A010001 – Auxílio Emergencial Financeiro (Crédito Extraordinário) - Nacional

JUSTIFICAÇÃO

A construção do Dique de Contenção das águas do Rio Jequitinhonha e Córrego São Francisco, no Município de Almenara – MG é uma obra emergencial e urgente para a cidade e seus munícipes, pois os transtornos causados em épocas de enchentes têm provocado sérios danos e prejuízos ao comércio em geral e aos demais moradores dos bairros próximos.

CÓDIGO

ADEMIR CAMILO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

MG

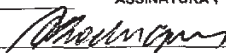
PARTIDO

PL

DATA

25/ 05 /2005

ASSINATURA



MPV - 250

00009

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

250/2005

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

Funcional-programática: 06.182.1027.0678.000 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres em Municípios do Estado de Minas.

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$10.000.000,00

Cancelamento:

08.244.1029.0A01.0001 – Auxílio Emergencial Financeiro

Esfera: 2 – GND: 3 – Mod.Aplicação: 90 – Fonte: 300

Valor: R\$10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda a alocação de recursos financeiros para execução de obras de drenagem e revitalização de córregos, bem como implantação de sistema de tratamento de esgotos em municípios localizados às margens do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais, a fim de evitar a contaminação de suas águas.

CÓDIGO

3230

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PL

DATA

25/05/05

ASSINATURA

ATO DO PRESIDENTE N.º 072 , DE 2005

"Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2005."

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2005, compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2004 a abril de 2005, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2004 A ABRIL/2005

R\$ Milhares

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	MAI/2004 A ABR/2005
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	1.353.069
Pessoal Ativo	1.104.311
Pessoal Inativo e Pensionistas	580.842
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF).	332.084
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.271
Decorrentes de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	190.484
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	137.329
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).	0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II).	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	52.324
Contribuições Patronais	52.324
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II+III)	1.405.393
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	280.593.633
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (IV/V) x 100	0,50
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%
	2.413.105
	2.300.868

FONTE: SIAFI, SCONT/SF e Portaria STN nº 339, de 18 de maio de 2005.

NOTA: Do total da despesa com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, foram subtraídos os seguintes valores: R\$ 322.000,68 (Auxílio Funeral - Inativo Civil) e R\$ 34.606,64 (despesa de Exercícios Anteriores - Ativo Civil)

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2334, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008278/05-9,

RESOLVE dispensar o servidor **JOBERTO MATTOS DE SANT'ANNA**, matrícula 37233, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Papaléo Paes, a partir de 24 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2335, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008101/05-1,

RESOLVE dispensar o servidor **MAX FABIANO BARROS GOMES**, matrícula 54401, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Diretor, Símbolo FC-9, da Secretaria Rádio Senado, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Produção de Pesquisa Jornalística da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, a partir de 20 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



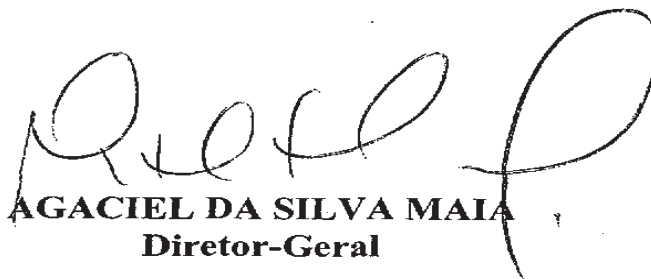
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2336 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008056/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor **JORGE WILSON GOMES SCHELB**, matrícula 49405, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Pedro Simon, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 19 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



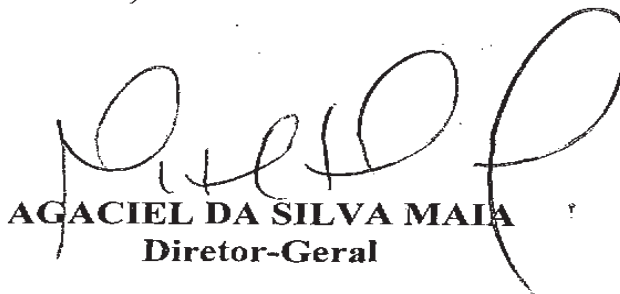
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2337 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007834/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **MÁRCIO AUGUSTO DIAS MAGALHÃES**, matrícula 54644, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Cooperação Institucional da Secretaria de Relações Públicas, a partir de 17 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2338 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelos Atos n.ºs 108, de 2003 e 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008302/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA, matrícula 40943, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Tasso Jereissati, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Secretaria de Comissões, a partir de 01 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2339 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008034/05-2,

RESOLVE dispensar a servidora EDILAMAR DE SÁ SOUSA, matrícula 38547, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Alberto Sousa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 19 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2340 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008151/05-9,

RESOLVE dispensar a servidora **CLAUDIA PATRICIA DUARTE R. N. DE LIMA**, matrícula 42289, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Efraim Moraes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 20 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2341 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008132/05-4,

RESOLVE designar o servidor **SILVIO OLIVEIRA SARAIVA**, matrícula 39497, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria, a partir de 20 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2342 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008023/05-0,

RESOLVE designar a servidora JÚLIA MARTINS DE PAULA, matrícula 42757, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 13 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2343 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008231/05-2,

RESOLVE designar a servidora GEIZA MARLI SOARES RIBEIRO, matrícula 45930, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney, a partir de 24 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2344 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008284/05-9,

RESOLVE designar a servidora **VANESSA APARECIDA DE SOUZA**, matrícula 42265, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 24 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2345 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008142/05-0,

RESOLVE designar o servidor **ELIAS GONÇALVES ROSA**, matrícula 19310, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 20 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2346 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007835/05-1,

RESOLVE designar o servidor MANOEL ANTÔNIO DE CARVALHO, matrícula 23386, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 17 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2347 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008092/05-2,

RESOLVE designar o servidor LUCIANO CANDIDO MARIZ, matrícula 21651, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Fiscalização e Controle, a partir de 19 de maio de 2005.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2348 de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 20502/03-6, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, a servidora ROSA MARIA ORRO, matrícula 35303, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 2349, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 008380/05-8,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **CONSUELO MARIA PINTO DE CAMPOS**, matrícula n.º 154596, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2350 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos n.º **008348/05-7 e 008346/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **RACHEL SANTUSA DUARTE MENDONÇA VIANA**, matrícula n.º 154262, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2351 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008394/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELIANE BOEING**, matrícula n.º 178886, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2352 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008396/05-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANESSA AMORIM MILIOLI BITTENCOURT**, matrícula n.º 175137, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2353 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008355/05-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CID FURTADO FILHO**, matrícula n.º 187840, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2354, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008395/05-5**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **FELIPE PASQUAOLOTTO**, matrícula n.º 185027, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2355, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008393/05-2**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **GABRIELA CAROLINA DREHER DE ANDRADE**, matrícula n.º 181769, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2356 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008392/05-6**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ ADELIR DIAS**, matrícula n.º 186086, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2357 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008397/05-8**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **JAIR DOMINGOS GONÇALVES**, matrícula n.º 178916, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2358 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008382/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSVALDO RODRIGUES NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2359 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008381/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ CARLOS DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



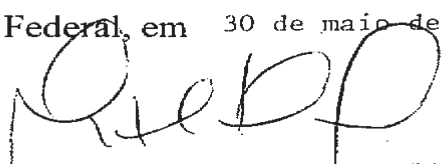
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2360 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008377/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUDMILA SOBRAL ASCARRUNS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



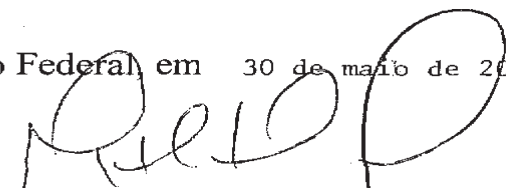
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2361 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008398/05-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIO ROBERTO PIZARRO SCHUSTER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2362 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008400/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CIRO DIAS TAVARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2363 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008402/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA PAULA BARRETO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2364, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008347/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JEAN MARCEL D'AVILA FONTES DE ALENCAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2365, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008391/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2366 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008399/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VILMAR ZOLLNER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2367 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008356/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2368 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008314/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ITAMAR JOSÉ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Educação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2369 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008325/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GERALDO ANDRADE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da 2ª Vice Presidência.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2370 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008326/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAIMUNDA NASCIMENTO MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da 2ª Vice Presidência.

Senado Federal, em 30 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2371 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Ato do Presidente nº 108/2003,

RESOLVE dispensar o servidor **CELSO ANTONIO MARTINS MENEZES**, matrícula 30548, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assessor Jurídico da Advocacia, Símbolo FC-08, e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Diretoria-Geral, a partir desta data.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.

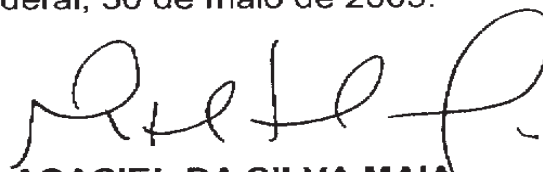

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2372 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Ato do Presidente nº 108/2003,

RESOLVE dispensar a servidora, a pedido, **PATRÍCIA GRIBEL BRÜGGER**, matrícula 33252, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assessor Jurídico da Advocacia, Símbolo FC-08, a partir desta data.

Senado Federal, 30 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 156 PÁGINAS